

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
NÍVEL MESTRADO

MATHEUS DE MESQUITA SILVEIRA

O PAPEL DA SIMPATIA NAS DISTINÇÕES MORAIS:  
UMA LEITURA HUMEANA NUMA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA

SÃO LEOPOLDO

2010

Matheus de Mesquita Silveira

O PAPEL DA SIMPATIA NAS DISTINÇÕES MORAIS:

Uma leitura humeana numa perspectiva evolucionista

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Dr. Adriano Naves de Brito

SÃO LEOPOLDO

2010

S587p Silveira, Matheus de Mesquita  
O papel da simpatia nas distinções morais: uma leitura humeana numa perspectiva evolucionista / por Matheus de Mesquita Silveira. -- São Leopoldo, 2010.

156 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, 2010.  
“Orientação: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Ciências Humanas”.

1.Hume, David – Ética. 2.Desenvolvimento moral. 3.Darwin, Charles – Seleção natural. 4.Evolução (Biologia) – Filosofia. 5.Simpatia. 6.Emoções.  
I.Título.

CDU 17HUME

17

575.8:1

Catálogo na publicação:  
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Matheus de Mesquita Silveira

O PAPEL DA SIMPATIA NAS DISTINÇÕES MORAIS:

Uma leitura humeana numa perspectiva evolucionista

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em: \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Adriano Naves de Brito – UNISINOS (orientador)

---

Dra. Anna Carolina Krebs Pereira Regner – UNISINOS

---

Dra. Livia Maria Guimarães – UFMG

*Dedico este trabalho para a sempre carinhosa e motivadora Martha; para os familiares e amigos que tanta paciência tiveram comigo e; para Suuhai e Shippo, que, a cada dia, me apresentam as mais espontâneas demonstrações de amizade.*

## AGRADECIMENTOS

Há momentos em que, sem o apoio daqueles que nutrem algum afeto para conosco, as barreiras da vida seriam intransponíveis. Para a realização desta dissertação, pude contar com o auxílio, das mais variadas formas, dos mais diferentes amigos:

Martha, por sua amizade e amor, meu sincero obrigado por todo o apoio e companheirismo;

Núbia, minha mãe, Geraldo e Nely, Eva e Vanor, meus avós, e minhas tias, Noely e Neusa, agradeço pela paciência e compreensão;

Suuhai e Shippo, queridos cães e leais amigos, pela companhia nos longos dias e madrugadas. Vocês me mostram, a todo instante, que raça ou espécie não são barreiras para o despertar da amizade e dos mais nobres sentimentos;

Ao professor Adriano Naves de Brito, orientador desse trabalho, por seu conhecimento, dedicação, paciência e boa vontade;

Aos colegas do grupo Quíron: Ética, Linguagem e Natureza Humana, pelos debates que tanto auxiliaram a esclarecer meu pensamento;

À professa Dra. Sofia Inês A. Stein, por sua análise e contribuição para o aperfeiçoamento da dissertação;

Aos professores Rodolfo Gaeta, Nélida Gentile e Estela Santilli, que tão bem me receberam durante meu intercâmbio na Universidad de Buenos Aires;

Aos professores João Baptista C. Sieczkowski e Anna Carolina K. Regner, por terem despertado em mim o interesse pela filosofia;

Para todos, humanos ou não, que viram o começo desta caminhada, mas, por estes desvios da vida, não puderam ver o seu final, minhas eternas lembranças.

*“Quão solitária é a noite sem o uivo de um lobo” (Autor desconhecido)*

## RESUMO

Meu objetivo é apresentar uma descrição naturalizada do fenômeno moral. Defenderei esse posicionamento apresentando uma possível relação existente entre a aptidão social de certas espécies animais, dentre elas, o ser humano, e a sua capacidade de realizar distinções de cunho moral. Parto do problema central da filosofia prática humeana, que é o de determinar qual o princípio pelo qual são realizadas as distinções morais. David Hume, nas obras *Tratado da Natureza Humana* e *Investigações sobre os Princípios da Moral*, coloca o princípio da utilidade como o que se encontra no fundamento das distinções desta natureza, sendo bom aquilo que é útil para a sociedade e ruim o que lhe é prejudicial. Aqui está o ponto central para se compreender porque, para Hume, os sentimentos, influenciados pela qualidade natural da simpatia, são centrais à moralidade, uma vez que eles constituem o elemento norteador para definir o que é ou não útil ao convívio social. No momento em que o sentimento constitui um elemento central dentro de uma proposta de naturalização do fenômeno moral, buscarei compreender se sua origem é natural ou advinda da cultura. Charles Darwin, na obra *A Origem das Espécies* apresenta a teoria sobre da seleção natural, explicando o modo como surgiram e se desenvolveram as características naturais presentes nas mais variadas espécies. O autor, em *A expressão das emoções no homem e nos animais*, diz que a habilidade de sinalizar sentimentos, necessidades e desejos foram fundamentais à sobrevivência de espécies que tem no convívio social uma importante vantagem evolutiva. Apresentar o vínculo entre sentimentos e o modo como são



realizadas as distinções morais e mostrar que não somente os seres humanos, mas outras espécies de animais sociais realizam estas distinções de modo semelhante, parece constituir um forte argumento em favor de uma teoria que explique o fenômeno moral em bases naturais. Defenderei que a qualidade natural da simpatia faz com que certos sentimentos adquiram força moral, uma vez que os interesses dos membros de determinado grupo convergem para um lugar comum, fazendo com que estes percam sua característica individualista, transformando-se num interesse social, onde o que é bom para um é o que será bom para todos.

Palavras-chave: Moral, Hume, utilidade, simpatia, sentimentos morais, Darwin, seleção natural, expressões, lobos, natureza.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11;</b>
<b>1 DA TEORIA MORAL DE DAVID HUME.....</b>	<b>16;</b>
1.1 ENTRE SENTIMENTOS E RAZÕES.....	17;
1.2 DO MÉTODO EMPIRISTA EM HUME.....	23;
<b>1.2.1 Da relação de semelhança, contigüidade e causalidade.....</b>	<b>25;</b>
<b>1.2.2 Do hábito e do conceito de crença.....</b>	<b>26;</b>
<b>1.2.3 Do método empírico aplicado à moral.....</b>	<b>31;</b>
1.3 DA VIRTUDE NATURAL DA BENEVOLÊNCIA.....	34;
<b>1.3.1 Benevolência e utilidade.....</b>	<b>36;</b>
<b>1.3.2 Benevolência, utilidade e o refinamento do sentimento moral.....</b>	<b>37;</b>
<b>1.3.3 Benevolência, utilidade e o valor moral.....</b>	<b>39;</b>
1.4 DA VIRTUDE ARTIFICIAL DA JUSTIÇA.....	40;
<b>1.4.1 Da utilidade como fundamento da virtude artificial da justiça.....</b>	<b>41;</b>
<b>1.4.2 Da justiça como uma virtude social artificial.....</b>	<b>45;</b>
1.5 DO PRINCÍPIO GERAL DA MORAL.....	48;
<b>1.5.1 Da análise humeana da simpatia.....</b>	<b>49;</b>

<b>1.5.2 Do interesse individual.....</b>	<b>51;</b>
<b>1.5.3 Da relação entre interesse individual e interesse social.....</b>	<b>53;</b>
<b>1.5.4 Da relação entre interesse e sentimento.....</b>	<b>54;</b>
<b>1.5.5 Do fundamento das distinções morais.....</b>	<b>58;</b>
1.5.5.1 Da natureza do sentimento moral.....	60;
1.5.5.2 Da relação entre utilidade e sentimento moral.....	62;
<b>1.6 LIMITES DA TEORIA MORAL HUMEANA.....</b>	<b>64;</b>
<b>2 TEORIAS EVOLUCIONISTAS – DE DARWIN À PSICOLOGIA GOGNITIVA.....</b>	<b>67;</b>
2.1 DA ORIGEM DAS ESPÉCIES.....	69;
<b>2.1.1 Da Seleção Natural.....</b>	<b>70;</b>
<b>2.1.2 Da influência do hábito nas transmissões de características hereditárias.....</b>	<b>73;</b>
<b>2.1.3 Da influência dos hábitos alimentares na Seleção Natural.....</b>	<b>75;</b>
<b>2.1.4 Da influência do ambiente no processo de Seleção Natural.....</b>	<b>77;</b>
<b>2.1.5 Seleção Natural e sociabilidade.....</b>	<b>80;</b>
2.2 DO ESTUDO DAS EXPRESSÕES.....	82;
<b>2.2.1 Definição do problema e método de investigação.....</b>	<b>84;</b>
<b>2.2.2 Do princípio dos hábitos associados úteis.....</b>	<b>88;</b>
2.2.2.1 Das ações reflexas.....	91;
<b>2.2.3 Do princípio da antítese.....</b>	<b>96;</b>
2.2.3.1 Da origem do princípio da antítese.....	98;
<b>2.2.4 Do princípio das ações devidas à constituição do sistema nervoso.....</b>	<b>101;</b>
2.2.4.1 Da relação entre a ação direta do sistema nervoso em movimentos expressivos provocados pela sensação de dor.....	103;
2.2.4.2 Da distinção entre sensações excitantes e deprimidas.....	106;
<b>2.2.5 Da relação entre o princípio dos hábitos associados úteis e da ação direta do sistema nervoso.....</b>	<b>110;</b>
2.3 DAS EXPRESSÕES NÃO-VERBAIS BIOLOGICAMENTE INATAS DOS SENTIMENTOS.....	111;

2.3.1 Das características e funcionalidades dos sentimentos de orgulho e vergonha.....	112;
2.3.2 Evidências para uma origem biologicamente inata para os sentimentos de orgulho e vergonha.....	116;
<b>3 NATURALIZAÇÃO DO FENÔMENO MORAL.....</b>	<b>122;</b>
3.1 DO PRINCÍPIO DA SIMPATIA COMO UMA QUALIDADE NATURAL.....	124;
3.1.1 Da relação entre a qualidade natural da simpatia e as virtudes naturais.....	127;
3.1.2 Da relação entre a qualidade natural da simpatia e as virtudes artificiais.....	128;
3.1.3 Da qualidade natural da simpatia e a relação entre virtudes naturais e artificiais.....	130;
3.1.4 Da relação entre a qualidade natural da simpatia e as sensações de prazer e dor.....	133;
3.1.5 Da qualidade natural da simpatia e a comunicação de sentimentos.....	134;
3.2 CONEXÕES EVOLUCIONISTAS.....	136;
3.2.1 Os lobos de Ellesmere.....	140;
3.3 DA QUALIDADE NATURAL DA SIMPATIA E DO SENTIMENTO MORAL.....	143;
3.4 DOS SENTIMENTOS MORAIS COMO FUNDAMENTO DAS DISTINÇÕES MORAIS.....	146;
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>149;</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>154;</b>

## INTRODUÇÃO

Toda pesquisa acerca de um tema filosófico tem início com uma questão, um problema sob o qual se busca um esclarecimento. Em 2006, juntei-me, como aluno de iniciação científica, ao Quíron: Ética, Linguagem e Natureza Humana, coordenado pelo professor Dr. Adriano Naves de Brito. O problema com o qual se ocupava o grupo era a fundamentação da moral e mediante essa discussão é que cheguei ao que aqui me dedico a investigar. Após um breve estudo de Kant, no âmbito dos seminários do grupo, dediquei-me ao estudo da obra de Hume, principalmente as *Investigações sobre os princípios da moral*.

Com a mudança do eixo teórico para uma abordagem mais ampla do problema, entrei em contato com textos que discutiam o problema acerca da naturalização da moral, o que chamou minha atenção de imediato. Tendo como base os textos do próprio orientador, bem como dos colegas de grupo, que realizaram pesquisas principalmente em Tugendhat e Kant, e influenciado por minhas leituras de Hume, comecei a perceber que havia um forte naturalismo no pensamento do filósofo escocês. Esse naturalismo, que paulatinamente ganhou mais e mais espaço nas discussões do grupo, carecia, contudo, de esclarecimentos em várias frentes. Somando esse interesse partilhado com o grupo e a minhas próprias inclinações para o estudo do comportamento animal, resultou a formulação de tentar explicar melhor as bases da simpatia, como fundamento da moralidade. Durante um intercâmbio realizado na Universidad de Buenos Aires, no ano

de 2009, tive a felicidade e o privilégio de poder discutir este problema com a professora Dra. Estela Santilli. Num momento decisivo para avançar na pesquisa, a discussão de temas relativos ao evolucionismo com a referida professora foram fundamentais.

O ponto central para que se possa realizar uma naturalização da moral está em saber se as distinções morais podem ser fundamentadas no comportamento moral da espécie humana, ou seja, saber se ela pode ser entendida e explicada dentro das bases de como os seres humanos estão naturalmente dispostos a agir quando em grupos. O conceito de sentimento moral é essencial para conectar esses juízos morais com o comportamento humano. Neste texto, o que almejo é contribuir com o projeto de produzir uma explicação naturalizada da moral (BRITO, 2003)<sup>1</sup>. Para tanto, irei concentrar-me na filosofia de Hume e, em especial, no tema da simpatia, vinculando essa temática com investigações empíricas sobre o comportamento expressivo do homem e de outros animais sociais.

O problema a ser trabalhado é o da fundamentação das distinções morais, conforme formulado por Hume nas obras *Tratado da Natureza Humana* e *Investigações sobre os princípios da moral*, e de como é possível obter uma descrição do fenômeno moral com base em sentimentos e explicado dentro dos marcos da natureza. Para explicar e esclarecer esse problema, primeiramente será feito um estudo da filosofia moral humeana e de qual a influência que razão e sentimento exercem nas distinções morais. Explicarei, também, como e por que é o princípio da utilidade o que está na base das distinções sobre o bem e o mal moral, bem como o motivo de os homens preferirem o que é útil para a sociedade, posto que este é um problema-chave para entender porque, conforme Hume, os sentimentos são centrais para a moralidade.

Hume inicia sua obra colocando que a existência de distinções morais é um fato empírico, posto que é inviável conceber a idéia de todas as ações serem igualmente dignas de apreço ou despreço por todas as pessoas. Este é um ponto que não é

---

<sup>1</sup> Conforme o projeto “Entre sentimentos e razões: uma investigação sobre os fundamentos da moral.” PQ-CNPq, In: [web.me.com/andebrito](http://web.me.com/andebrito).

problemático para o autor, pois é facilmente comprovado no cotidiano. O problema digno de atenção, segundo Hume, é o de averiguar qual o princípio que está na base da distinção entre vício e virtude. Nesta parte, apresentarei, primeiro, os argumentos que defendem um fundamento passional para a moralidade e os que buscam corroborar a idéia de que este fundamento está na razão. Mostrarei, então, que essa disputa não é decisiva para Hume.

A segunda parte da descrição do argumento humeano consiste em apresentar dois estudos de caso feitos por Hume, a saber, das virtudes sociais da benevolência e da justiça. O estudo dessas virtudes é importante, pois ambas são consideradas por Hume como as mais elevadas e que recebem maior aprovação dos homens. Entretanto, elas possuem uma fundamentação distinta. Enquanto a benevolência ganha o apreço dos seres humanos por meio da qualidade natural da simpatia, a justiça deriva seu mérito unicamente de sua utilidade para a sociedade, algo que, para Hume, somente poderá ser percebido por meio de uma reflexão. Conjugando o natural agrado por ações benevolentes com o mérito reflexivo da utilidade será o principal problema a ser resolvido por Hume para demonstrar porque a utilidade é o que se encontra na base das distinções morais e que papel os sentimentos exercem para chegar a essas distinções. É exatamente sobre o problema acima exposto que a última parte do primeiro capítulo versa. Para Hume, as virtudes sociais são úteis e promovem o bem-estar social, mas sem a qualidade natural da simpatia que se encontra na base do interesse dos seres humanos pelo bem-estar alheio, de nada adiantaria essa utilidade, posto que não haveria um elemento norteador para a distinção entre o que é ou não benéfico para o convívio social.

No momento em que os sentimentos são colocados como o fundamento das distinções morais, é preciso compreender como eles são expressos e reconhecidos, a fim de determinar se sua origem está na natureza, sendo resultado do processo de seleção natural ou, se são advindos de cultura. O primeiro ponto importante a ser trabalhado no segundo capítulo será compreender o que Darwin entende por seleção natural e explicar esse processo, para que então se possa compreender melhor sua teoria sobre a origem dos movimentos expressivos. Dedicarei parte do capítulo a clarificação de conceitos

apresentados por Darwin na obra *A Origem das Espécies*, em especial, sobre o processo de seleção natural e sua influência sobre o modo como se desenvolveram as características presentes nas variadas espécies.

Num segundo momento do capítulo, utilizarei a obra *A Expressão das emoções no homem e nos animais*, onde Darwin analisou as expressões de diferentes espécies animais e culturas humanas, com o intuito de verificar exatamente a questão relativa à origem dos movimentos expressivos. Apresentarei os princípios gerais das expressões formulado por Darwin, tanto com relação aos seres humanos como com outras espécies, buscando apresentar como os mesmos princípios expressivos atuam tanto no homem como em outros animais. Pretendo, com isso, mostrar que o modo como sentimentos são expressos e reconhecidos se dá de modo instintivo. Descreverei um importante estudo sobre as expressões, liderado pelos pesquisadores Jessica L. Tracy e David Matsumoto, que reforça a idéia de que as expressões faciais utilizadas para demonstrar emoções são inatas e não aprendidas ao longo da vida. Os especialistas da Universidade da Colúmbia Britânica e da Universidade Estadual de São Francisco chegaram à conclusão ao comparar 4.800 fotografias de atletas de judô cegos e com visão normal durante cerimônias de entrega de medalhas nas Olimpíadas de 2004 e nos Jogos Paraolímpicos do mesmo ano.

O último capítulo destina-se a corroborar uma visão naturalizada do sistema de moralidade, seguindo aqui o projeto naturalista de Brito (2006)<sup>2</sup>. Defenderei esse posicionamento apresentando uma possível relação existente entre a aptidão social de certas espécies animais e a existência de um sistema de moralidade dentro do grupo em que vivem. Hume fundamenta nos sentimentos o modo como a espécie humana realiza distinções morais. Esse comportamento, no entanto, é observável em espécies evolutivamente distantes da humana, mas que, assim como os humanos, são considerados animais sociais. Alcatéias de lobos (*Canis lúpus*) têm sido usadas, por muito tempo, como exemplos em descrições de relações comportamentais entre

---

<sup>2</sup> Conforme o projeto “Valor interesse e Liberdade na moral naturalizada” PQ-CNPq: [web.me.com/andebrito](http://web.me.com/andebrito).



membros de grupos sociais. O biólogo L. David Mech, no artigo *Status, Dominance, and Division of Labor in Wolf Packs*<sup>3</sup>, apresenta uma descrição bastante precisa do comportamento de uma alcatéia de lobos selvagens, argumentando em favor de que sentimentos como culpa, vergonha e cuidado são reguladores do comportamento do grupo, fazendo da hierarquia da alcatéia algo muito semelhante à encontrada em famílias humanas.

Apresentando o vínculo entre sentimento e o modo como são formados juízos morais e, mostrando que não somente os seres humanos, mas outras espécies de animais sociais realizam estas distinções de modo semelhante, parece constituir um forte argumento em favor de uma teoria que explique o fenômeno moral em bases naturais. Defenderei que a qualidade natural da simpatia faz com que certos sentimentos adquiram força moral, uma vez que os interesses dos membros de determinado grupo convergem para um lugar comum, fazendo com que estes percam sua característica individualista, transformando-se num interesse social, onde o que é bom para um é o que será bom para todos.

---

<sup>3</sup> *Posição Alfa, Dominação e Divisão do Trabalho em Alcatéias de Lobos* (minha tradução).

## 1 DA TEORIA MORAL DE DAVID HUME

David Hume, nas obras *Tratado da Natureza Humana* (THN), de 1739-1740, e *Investigações sobre os princípios da moral* (EPM), de 1748, busca compreender e resolver o problema relativo a fundamentação das distinções morais. Hume inicia sua obra colocando que a existência de distinções morais é um fato empírico, posto a inviabilidade de se conceber a idéia na qual todas as ações são igualmente dignas de apreço ou despreço por todas as pessoas. Este ponto não é problemático para o autor, pois é facilmente comprovado no convívio cotidiano dos homens. De acordo com Hume (EPM, I, § 2, p. 225)<sup>4</sup>, “[...] não é concebível que alguma criatura humana pudesse seriamente acreditar que todos os caracteres e ações fossem igualmente dignos de estima e consideração de todas as pessoas”. Mesmo um homem insensível pode ser tocado pelas imagens de certo e errado e, por mais preconceituoso que seja, pode observar que as outras pessoas realizam essas distinções. Portanto, conforme Brito (2001), que haja distinções morais é, para Hume, um fato. Explicar as distintas funções que sentimento e razão desempenham no modo como são realizadas as distinções morais é um ponto importante para que se possa avançar na compreensão do problema central da filosofia prática humeana, que é o de compreender qual o princípio que está na base do modo como são realizadas as distinções morais.

---

<sup>4</sup> Utilizarei a sigla EPM – *An Enquiry concerning the Principal of Morals* –, com o auxílio da seção e do parágrafo, para a indicação das referências a essa obra de Hume.

## 1.1 ENTRE SENTIMENTOS E RAZÕES

Tanto as teorias que defendem serem os sentimentos a base para as distinções morais, quanto as que conferem à razão esse papel possuem bons argumentos, defende Hume no início das *Investigações sobre os Princípios da Moral*. Se, por um lado, os raciocínios cumprem um papel nas deliberações morais, por outro, os sentimentos também têm um papel central em distinções deste tipo. Todas as muitas disputas existentes tanto no dia a dia quanto na filosofia provêm do confronto, em suas diversas variações, dessas duas posições.

O problema para Hume, contudo, não está propriamente em decidir qual dos lados está com a razão. O grande problema é saber qual é o princípio que permite a distinção entre o bem e o mal. De fato, defende Ayer, “Hume não nega que os homens possam agir a partir de uma noção de dever. O que ele rejeita é que isto em si mesmo confira algum mérito a uma ação” (AYER, 2003, p.118). A questão é, pois, qual o princípio que distingue o mérito de seu oposto. Hume coloca que é da natureza da virtude ser estimável e do vício é ser odioso. Pergunta-se, então, se “poderia a razão ou argumentação distribuir esses diversos epítetos a quaisquer objetos e decidir de antemão que isto deve produzir amor, e aquilo, ódio?” (EPM, I, § 6, p. 228) e sua resposta é negativa.

A razão não tem controle sobre as paixões, não tendo força para motivar as pessoas a agirem quando confrontadas com decisões de cunho moral, sendo esse um papel dos sentimentos. Mas ela também não tem o condão de definir de antemão o que será objeto de apreço moral ou não. Conforme Hume (EPM, I, § 6, p. 228) “elas [as deliberações racionais] revelam verdades, mas, quando as verdades que elas revelam são indiferentes e não engendram desejo ou aversão, elas não podem ter influência na conduta e no comportamento”. Princípios benevolentes, por exemplo, despertam no coração humano sentimentos de alegria e ternura, sendo que é esse sentimento que

impulsiona o homem a abraçá-los e defendê-los. Mas uma verdade que não se refira às paixões humanas obtém apenas uma fria aceitação do entendimento. A maior alegria que ela pode proporcionar é a de satisfazer a uma curiosidade e nada mais.

Extingam-se todos os cálidos sentimentos e propensões em favor da virtude, e toda repugnância ou aversão ao vício: tornem-se os homens totalmente indiferentes a essas distinções, e a moralidade não mais será um estudo prático nem terá nenhuma tendência a regular nossas ações (EPM, I, § 8, p. 229).

Em resumo, ambas as posições que disputaram hegemonia ao longo da tradição possuem bons argumentos, podendo-se intuir, então, que tanto a razão quanto o sentimento colaboram na maioria das decisões e conclusões morais. O ponto fundamental, para dizê-lo mais uma vez, não é saber como sentimentos e razões se comportam no âmbito da ação humana, mas o que interessa a Hume é saber qual o princípio que funciona como pedra de toque para a censura ou aprovação moral.

A razão, desde que plenamente desenvolvida e assistida, pode ser suficiente para fazer o ser humano reconhecer a tendência nociva ou não de determinada qualidade ou ação. Contudo, ela não é capaz, sozinha, de conferir mérito à ação. Sobre o papel da razão no modo como são feitas as distinções morais, Ayer (p.119 e 120) tem uma interessante análise, ao colocar que “a razão controla as paixões, na medida em que ela pode ser usada para descobrir que uma paixão se baseia em uma falsa avaliação, por exemplo, quando o objeto de temor não existe”. É apenas na manifestação do sentimento que vai se estabelecer a preferência pelas tendências louváveis sobre as nocivas, mas isso não nos dá ainda um critério para a distinção moral. A razão influencia a ação apenas quando já há uma motivação passional para realizá-la. Segundo Hume (EPM, Apêndice I, § 3, p. 369) “esse sentimento só pode ser uma apreciação da felicidade dos seres humanos e uma indignação perante sua desgraça, já que esses são

os diferentes fins que a virtude e o vício têm tendência a promover”. Do ponto de vista da ação, a razão pode esclarecer as diversas tendências das ações, mas é o sentimento que inclina o agente.

É verdade que falamos de uma pessoa como agindo irracionalmente quando ela segue um curso de ação sem pensar nas conseqüências, mas também consideramos algumas classes de fins, como as que ocorrem nos exemplos de Hume, como intrinsecamente irracionais. Penso que o que entendemos por isso é que há escolhas que nenhum homem sensato faria” (AYER, 2003, p.121).

Nesse sentido, ao dizer que a ação moral de determinada pessoa foi racional, têm-se em mente as inferências e conseqüências da ação. No entanto, a motivação para a sua realização continua sendo algum sentimento.

Um bom exemplo para elucidar esse ponto é a análise feita por Hume do vício da ingratidão. Este se caracteriza quando uma atitude benevolente, acompanhada pela prestação de bons serviços tem como retribuição uma atitude hostil ou indiferente, acompanhada de omissão ou desserviço. Segundo Hume (EPM, Apêndice I, § 6, p. 370) “a razão julga ou sobre *questões de fato* ou sobre *relações*”. Desse modo, para analisar esse vício, primeiramente é necessário encontrar o fato que aqui é considerado condenável. Depois, é preciso apontá-lo, a fim de determinar o momento em que ocorreu e, em seguida, realizar uma descrição de sua natureza e explicar qual faculdade ou sentimento que o apreendeu.

Caso o fundamento de toda distinção moral seja a razão, a ingratidão deve residir na mente da pessoa ingrata que, desse modo, deve poder sentir e ter consciência de sua ação. Agora, considere-se que a única paixão que existe na mente desse

indivíduo é a hostilidade ou, então, uma profunda indiferença. Hostilidade e indiferença não são atos condenáveis em todas as circunstâncias. Estes atos somente são considerados como ingratos quando são dados em resposta a um gesto de boa vontade.

Em conseqüência, podemos inferir que o ato moralmente condenável da ingratidão não consiste em nenhum *fato* particular e individual, mas decorre de um complexo de circunstâncias que, ao serem apresentadas ao espectador, provocam o *sentimento* de censura, em razão da peculiar estrutura e organização de sua mente (EPM, Apêndice I, § 6, p. 370).

Portanto, uma atitude hostil ou indiferente não é sempre considerada como um gesto de ingratidão, não sendo um fato particular. Eles somente são considerados ingratos dentro de uma determinada circunstância, sendo que é neste caso, ou em situações semelhantes, que tais ações provocam no ser humano um sentimento censurável. O princípio que está em ação aqui é o da simpatia, sobre o qual irei me dedicar com maior atenção no último capítulo.

Poder-se-ia dizer, ainda, que não é um fato particular, cuja realidade seria assegurada pela razão, o que é moralmente condenável. O conjunto das relações morais que, da mesma maneira que a matemática, pode ser descoberta por meio de deliberações racionais é o que seria alvo de condenação. No exemplo anteriormente citado, as relações caracterizam-se pela benevolência e a prestação de serviço de uma pessoa, seguida pelos desserviços e hostilidade de outra para com a primeira. O que há nesse caso, de acordo com Hume, é uma relação de contrariedade. A pergunta a ser feita agora seria se é essa relação o que torna tal ato condenável.

Imagine que a pessoa **A** demonstra hostilidade para com a pessoa **B** e essa, em resposta, fica indiferente à atitude hostil de **A** ou, ainda, presta-lhe um bom serviço. O que ocorre nesse caso é a mesma relação de contrariedade. Entretanto, o comportamento de **B** em relação a **A** não é condenável; ao contrário, constitui uma ação digna de aprovação. Segundo Hume (EPM, Apêndice I, § 7, p. 371) “[...] jamais se conseguirá estabelecer a moralidade sobre uma relação, mas será sempre necessário recorrer às decisões do sentimento”.

Se nosso comportamento não fosse influenciado pelos sentimentos – se agíssemos de maneira puramente racional -, não haveria confusões sobre as regras e preceitos morais. A moral seria uma questão de verdade ou falsidade, podendo ser provada logicamente. Portanto, os caracteres morais não são verdadeiros ou falsos, não havendo como negá-los ou afirmá-los. “Eles podem ser louváveis ou censuráveis” (SCHNEEWIND, 2001, p. 391).

Hume responderá a sua questão sobre o princípio da distinção moral mais adiante em EPM. Como sabemos, a utilidade será apontada como esse princípio. A isso voltarei mais adiante. Vale, contudo, destacar a vinculação que Hume, mediante os sentimentos, estabelece com a natureza no que concerne à moral. Ele aponta que o mais provável é que as distinções morais estejam apoiadas, portanto, num sentido interno ou sensação que a natureza tornou universal na espécie humana. Isso devido ao fato de que apenas o sentimento tem capacidade para motivar o ser humano e somente ele é capaz de exercer influência suficiente em seu comportamento a ponto de fazer com que se tenha mais apreço pela virtude do que pelo vício, definidos, então, pelo crivo da utilidade.

É provável que a sentença final que julga caracteres e ações como amáveis ou odiosos, louváveis ou repreensíveis; aquilo que lhes impõe a marca da honra ou da infâmia, da aprovação ou da censura, aquilo que torna a moralidade um princípio ativo e faz da virtude nossa felicidade e do vício nossa miséria – é provável, eu dizia, que essa sentença final se apóie em algum sentido interno ou sensação que a natureza tornou universal na espécie inteira (EPM, I, § 9, p. 229).

A força motivacional que impulsiona o ser humano a preferir a virtude e repudiar o vício é o sentimento de agrado para com o primeiro e de repúdio em relação ao segundo. A função da razão é prestar auxílio para que desse sentimento possa prover um apropriado discernimento de seu objeto. Para que isso aconteça, constantemente se faz necessário precedê-lo de raciocínios e deliberações, realizar distinções sutis, estabelecer comparações distantes, inferir conclusões corretas e verificar fatos gerais.

Perceba-se, por exemplo, que existem diferentes tipos de beleza. As de espécie natural impõe-se ao afeto e aprovação do ser humano desde a primeira vista. Caso ela, neste primeiro momento, não desperte interesse, não há raciocínio que consiga corrigir sua influência, nem adaptá-la ao gosto ou sentimento dos homens. Por outro lado, têm-se as belas-artes. Nesse caso é possível, por meio do raciocínio, que o homem experimente o sentimento adequado com relação a um objeto, e um falso deleite pode ser corrigido mediante argumentos e reflexões.

A beleza moral tem traços em comuns com este último tipo. Portanto, ela exige a assistência das faculdades do entendimento presentes na espécie humana para que possa adquirir uma influência apropriada sobre a mente. Contudo, a razão está limitada pela constituição natural do homem<sup>5</sup>. Uma pintura, por exemplo, não pode provocar uma sensação estética para a qual não exista no ser humano uma adequada estrutura de recepção. No que se refere à moral, por mais que a razão refine um sentimento, ele está

---

<sup>5</sup> Como afirmam da Silva e Brito (2001, p. 16) “a razão opera na moral e na arte, sobre aquilo que já está disponível em nossa constituição natural”.



limitado pelo espectro de emoções que o ser humano é capaz de sentir. Conforme Schneewind (2001, p. 392), “tudo que podemos inferir quando falamos de virtude e de vício são sentimentos de aprovação e desaprovação”. O fundamento de nossas distinções morais é esse sentimento ou aparato afetivo natural na espécie humana.

## 1.2 DO MÉTODO EMPIRISTA EM HUME

Antes de avançar na teoria humeana sobre a moral, é importante destacar o aspecto metodológico e teórico de sua filosofia, pois ambos têm conseqüências para a sua investigação prática. De fato, o método que utilizará Hume para descobrir a origem das distinções morais e, conseqüentemente, compreender o fenômeno moral, será o método empírico de investigação.

Dado que esta é uma questão factual e não um assunto das ciências abstratas, só podemos esperar obter sucesso seguindo o método experimental e deduzindo máximas gerais a partir de uma comparação de casos particulares (EPM, Apêndice I, § 10, p. 231).

Esse método tem, contudo, raízes em sua teoria do conhecimento. O empirismo humeano está calcado na análise de dados da experiência sensorial. Para ele, os objetos da investigação humana podem ser divididos em dois tipos: relação de idéias e questões de fato. Em relação a primeira, ela independe da experiência, sendo que toda a afirmação pode ser demonstrativamente certa. Toma-se como exemplo, a geometria. Quanto às questões de fato, Hume diz que, nesse caso, o contrário de uma afirmação só é possível quando não implicar numa contradição. O que o autor propõe, com relação ao

estudo da moral, é investigar a natureza daquilo que pode ser observado, a saber, os comportamentos humanos.

O fenômeno que Hume busca investigar está para além dos sentidos ou da memória. Ele coloca que, quando o ser humano realiza uma deliberação a respeito dessas questões de fato, supõe que exista uma conexão entre o fato presente e o fato inferido. Essa relação é o que Hume chama de causa e efeito. Perceba-se que tal relação não provém de um raciocínio *a priori*, sendo advinda inteiramente da experiência. O autor acrescenta que “[...] tampouco nossa razão é capaz de extrair, sem auxílio da experiência, qualquer conclusão referente à existência de coisas ou questões de fato” (HUME, EPM, IV, § 6, p. 56). O raciocínio *a priori* é inventivo ou imaginativo, sendo arbitrário, visto que não resulta da experiência, não conseguindo estabelecer qual será o efeito de determinada causa.

Todo argumento relativo à existência, em Hume, funda-se na relação de causa e efeito. O conhecimento humano dessa relação deriva inteiramente da experiência. É interessante lembrar que todas as conclusões experimentais procedem da suposição de que o futuro está em conformidade com o passado; afinal, é natural que, de causas semelhantes se infira efeitos semelhantes.

Todos os argumentos que partem da experiência fundam-se na semelhança que observamos entre os objetos naturais, pelo qual somos induzidos a esperar efeitos semelhantes aos que descobrimos seguirem-se de tais objetos (EPM, IV, § 20, p. 66).

Mas, afinal, onde se fundamenta essa inferência? Ela não pode ser demonstrativa ou intuitiva, e nenhum argumento advindo da experiência pode provar que o passado irá sempre repetir-se no futuro.

### 1.2.1 Da relação de semelhança, contigüidade e causalidade

Hume reduz os princípios de conexão e associação a três: semelhança, contigüidade e causalidade. No princípio de semelhança ocorre tanto uma relação de idéias como uma impressão presente. Observa-se, por exemplo, o retrato de um amigo ausente. A idéia que se tem dele é ativada pela semelhança do retrato para com essa pessoa, incitando nela todos os sentimentos que essa idéia ocasiona. Entretanto, quando o retrato não se parece com o amigo, não se dirige o pensamento a ele. Embora a mente possa passar de um pensamento a outro, a idéia é enfraquecida pela transição. Pode-se dizer, então, que a semelhança tem, nas idéias, o efeito de avivamento.

No que se refere ao princípio de contigüidade, compreende-se que ele possui maior vivacidade quando feito na presença de um objeto revelado aos sentidos. Pensemos o seguinte: quanto maior a distância, mais fraca é a idéia. Agora, quanto maior a proximidade e a convivência, mesmo o objeto não se revelando aos sentidos, produz sobre a mente uma influência que imita uma operação imediata. Em relação a este princípio, pode-se dizer que ele acontece quando temos contato com um objeto que nos remete, de maneira vivaz, a outro objeto, que outrora nos foi bastante próximo. Por exemplo, ao se receber a visita do filho de um amigo morto há bastante tempo. A presença do filho reaviva, na pessoa, de modo vivaz, lembranças do passado, ou, nesse caso, do velho amigo.

As relações de semelhança, contigüidade e causalidade exercem forte influência sobre as relações morais, uma vez que os sentimentos de outros seres que estejam afastados, ou que não possuem nenhuma das relações acima citadas, exercem menor influência sobre o comportamento das pessoas. Estas relações contribuem para que se tenha interesse mútuo, mas, ainda assim, não é tão influente quanto a convivência e a proximidade decorrentes dela. Essas relações afetam, embora em graus

diferentes, a intensidade com que ocorre esse intercâmbio de sentimentos e o quão eles irão influenciar o comportamento humano.

### 1.2.2 Do hábito e do conceito de crença

O princípio que irá sustentar a relação de causa e efeito é o hábito. Após o ser humano observar que objetos semelhantes produzem efeitos semelhantes ele, segundo Hume (EPM, V, § 4, p. 74), “passa a inferir imediatamente a existência de um objeto a partir do aparecimento de outro”. Não é nenhum raciocínio que realiza essa inferência, sendo mediante da experiência que se realiza, por exemplo, a inferência de **A** a **B**. Entretanto a experiência não diz o poder secreto pelo qual **A** irá produzir **B**. Embora não seja o único, um importante princípio que faz com que, sempre que ocorre **A** infira-se **B**, é o hábito, pois sempre que se observou a ocorrência de **A**, também foi observado, como efeito de **A**, **B**.

O hábito não é o único princípio, mas é o mais fundamental que é possível identificar das conclusões tiradas da experiência. Retira-se, por exemplo, de cem casos uma inferência que não é possível retirar de um só, embora este caso seja semelhante a todos os outros. A razão determina, a partir de um único círculo, como serão todos os outros do universo. Entretanto o círculo faz parte da matemática, que, por sua vez, faz parte de uma relação de idéias que independe da experiência. No que se refere as questões de fato, por vezes, a razão não consegue, ao analisar um único caso, estabelecer regras gerais para todos os outros. São necessárias uma sucessão de experiências semelhantes para que se realize uma inferência, transformando essa sucessão de experiências num hábito. No entanto pode ocorrer a formação da crença a partir de apenas uma experiência, desde que ela seja intensa e vivaz, como, por exemplo, o ato que se queimar.

A experiência, por sua vez, conduz para além da memória, levando até o hábito. Faz-se necessário para que se tenha tais conclusões, no entanto, que algum fato esteja presente aos sentidos ao à memória.

[...] se não partirmos de algum fato, presente à memória ou aos sentidos, nossos raciocínios serão puramente hipotéticos, e, por melhor que os elos individuais pudessem estar conectados uns aos outros, a cadeia de inferências, como um todo, nada teria que lhe desse sustentação, e jamais poderíamos, por meio dela, chegar ao conhecimento efetivo de qualquer coisa (EPM, V, § 7, p.78).

Um fato particular necessita de algo para sustentá-lo, sendo que este precisa de um novo fato que esteja ligado ao primeiro. Não é possível levar esse raciocínio ao infinito. Perceba-se que, para a crença não ser infundada, faz-se necessário que ela tenha como base um fato que esteja presente à memória ou aos sentidos. Por exemplo, a experiência, ao longo do tempo, sempre mostrou que, onde havia neve, também havia o frio. No momento em que a neve se apresenta aos sentidos, a mente, como habitualmente sempre ocorreu, espera o frio e acredita que esta qualidade estará presente quando se estiver em meio a neve. Essa operação se dá como um instinto natural, não sendo fruto do raciocínio ou de algum processo do entendimento. Ela é, pois, fundada num mecanismo vinculado aos sentimentos que é a base comum que conecta crença e hábito.

Hume diz que a imaginação humana está limitada por aquilo que lhe é fornecida pelos sentidos. Ela tem o poder de criar e fazer combinações diversas, inventando cadeia de acontecimentos que possuem toda a aparência de realidade. É interessante notar que a imaginação tem a capacidade de dar local e data para esses acontecimentos, de sorte a concebê-los como um fato histórico, com toda a aparência de algo verídico.

Então como é possível estabelecer a diferença entre imaginação e crença? Para o autor, a diferença não repousa numa idéia peculiar anexada a concepções que exigem um assentimento. A mente tem autoridade sobre todas as idéias, tendo o poder de anexar uma idéia a uma ficção qualquer. Ela é capaz de criar tudo o que não for contraditório, podendo, por exemplo, conceber a idéia de um sátiro ou centauro, sem, no entanto, acreditar que tais seres feéricos realmente existam. De acordo com Hume (EPM, V, § 11, p. 81), “[...] a diferença entre ficção e crença localiza-se em alguma sensação ou sentimento que se anexa a segunda, mas não à primeira, e que não depende da vontade, nem pode ser convocada quando se queira”. Esse sentimento deve ser provocado pela experiência. Quando determinado objeto é apresentado aos sentidos, o hábito faz com que a mente conceba o objeto-efeito do primeiro. Essa inferência está sempre acompanhada de uma sensação ou sentimento bastante vívidos. É esse sentimento o que difere a crença da fantasia. Nas questões de fato é possível conceber questões contrárias e ambas serem plausíveis à mente. O que faz com que se prefira uma em detrimento da outra é a vivacidade do sentimento que está envolvido, que faz com que se distinga, por exemplo, a realidade da fantasia.

Conforme Hume (EPM, V, § 12, p. 82), “crença pode ser definida como uma concepção de um objeto mais vívida, vigorosa, energética, firme e constante do que jamais seria possível obter pela imaginação”. A imaginação comanda as idéias, tendo o poder de juntá-las, misturá-las e modificá-las, podendo, ainda, conceber objetos fictícios dentro do tempo e do espaço. Ela não consegue, entretanto, por si só, alcançar o estado de crença, visto que esta não se dá na natureza particular e específica das idéias. A crença se dá na forma como é concebida e no sentimento presente nessa concepção. Sendo assim, ela é algo que é sentido, tendo mais peso e influência que, por exemplo, a imaginação, constituindo-se como um guia das ações humanas. O sentimento de crença possui uma maior intensidade e constância do que a imaginação.

Mediante a realização de inferências causais, o homem percebe algumas das regularidades dos movimentos do mundo, criando uma crença sobre estes eventos observados na experiência. A capacidade de realizar este tipo de inferência é de suma

importância para a ação, uma vez que ao se ter uma crença sobre algo, é possível, com certa segurança, antecipar certos acontecimentos e reagir com relação a eles, mesmo sendo esta uma concepção presente apenas no modo de se perceber o mundo empírico, não sendo uma característica própria dele. Afinal, não há nenhuma garantia de que os eventos que ocorrerão no futuro se darão do mesmo modo dos que foram observados no passado.

Conforme Hume, é nessa expectativa de que o futuro ocorrerá em conformidade com o passado onde pode haver algum tipo de conhecimento sobre o mundo empírico, sendo aqui entendido como uma crença cuja origem está, dentre outros elementos, num sentimento intenso, seja ele sentido uma única vez ou, em outros casos, ao longo de repetidas vezes. Entretanto, caso ocorra uma ou mais experiências contrárias à crença, é possível que ela enfraqueça ou mesmo desapareça. Por exemplo, pode-se imaginar uma situação em que algum alimento, ao invés de saciar a fome, ocasione alguma doença ou mesmo uma sensação de mal-estar. Isso poderá alterar a imagem que a pessoa que ingeriu esse alimento tinha dele, podendo fazer com que ela o evite, mesmo que seja apenas por certo período de tempo. Um alimento pode fazer bem ou mal para a saúde e ambas as idéias podem ser concebidas pela mente, mas é a sensação que este alimento provoca que irá determinar como se irá reagir a ele no futuro. É interessante notar que, caso provoque uma sensação boa, mesmo que não faça tão bem à saúde, há uma tendência forte a se procurar esse alimento pelo prazer que ele provoca, enquanto que alimentos muitas vezes saudáveis são evitados por não terem um gosto tão agradável.

A crença se apresenta como um fator importante para o agir, fazendo com que o indivíduo se incline, frente a diferentes possibilidades de ação, mais para um tipo em específico. Para Quinton (1999, p.42), “convicções morais movem-nos à ação; a razão, sozinha, não é capaz de fazê-lo, portanto, convicções morais não são produto da razão”. Por exemplo, um cão que constantemente apanha de seu dono, ao menor sinal do movimento de um braço, se recolhe e comprime seu corpo, já esperando a surra com a

qual está habituado sempre que esse gesto é realizado. Do mesmo modo, outro cão que habitualmente recebe carinho, agirá de outro modo com relação ao mesmo movimento.

[...] ele está sustentando aqui é que o hábito de inferir a partir da experiência do passado e do futuro, bem como o pressuposto de regularidades mais firmes do que aquelas que efetivamente descobrimos, ocorrem tanto nas ciências sociais como nas naturais. (AYER, 2003, p.104).

O importante a ser compreendido é que os processos mentais pelos quais o ser humano apreende o mundo a sua volta também irão influenciar no modo como ele percebe as ações, tanto suas como de outros homens. No momento em que se verifica, pela experiência, que a aprovação ou censura de determinadas condutas promovem o bem-estar social, por meio do hábito, tende-se a reagir do mesmo modo com relação a ações equivalentes.

Note-se que, da mesma forma que uma sensação forte e vivaz deve estar na base das crenças a respeito das aparentes regularidades dos movimentos do mundo, um sentimento deverá servir de fundamento para as crenças do julgamento sobre o comportamento, seja o da própria pessoa ou daqueles com quais mantém algum tipo de vínculo ou contato. Quinton (1999, p. 42) reforça essa idéia, segundo ele, “tomemos qualquer ação como viciosa, por mais atentamente que a examinemos, jamais encontraremos vício nela”. O vício ou a virtude de uma ação não é, portanto, uma qualidade intrínseca dela, mas um sentimento presente naquele que, de algum modo, é afetado por ela. A experiência irá influenciar na formação da crença, mas só o faz por que há nos seres humanos (e, acredito, em outros animais de comportamento social) um aparato natural apto a receber essas influências do meio em que vivem.



### 1.2.3 Do método empírico aplicado à moral

A contingência é o elemento central que caracteriza o mundo, cabendo as mais variadas ciências encontrar regularidades e, a partir delas, formular princípios que as expliquem para que, desse modo, seja possível ver esse mundo de modo mais ordenado. Sendo assim, mediante esses princípios ordenadores, busca-se compreender e prever os mais variados movimentos do mundo, desde a previsão das condições climáticas até o comportamento das mais diferentes espécies de animais. No entanto, numa investigação de cunho empirista, um elemento em comum está sempre presente, a saber, o de que a fonte desses princípios devem ser sempre dados empíricos.

O problema contra o qual Hume se defronta em seu estudo sobre a moral é determinar de onde podem vir os dados sobre a moralidade que o poderão ajudar a resolver o problema do princípio geral para as distinções morais. Para que seja possível um estudo empírico sobre a moral, entendida aqui como um fenômeno, é necessário que exista alguma manifestação empiricamente perceptível. Nesse sentido, inclinações morais devem ser entendidas como causas de uma ação e, mesmo que não possam ser analisadas diretamente, podem ser percebidas mediante seus efeitos, ou seja, pela expressão dos sentimentos de aprovação e reprovação. Os sentimentos e o modo como são expressos é o que há de mais observável para que se possa compreender quais são as inclinações naturais legítimas que operam como o fundamento último das distinções morais.

Na questão moral, os dados analisados são os hábitos, sentimentos e faculdades que implicam censura ou aprovação; qualidades que, quando atribuídas a um indivíduo qualquer, figuram num aspecto de louvor ou demérito de seu caráter. Conforme Hume (EPM, I, § 10, p. 230) “a aguda sensibilidade que nesses assuntos é tão universal entre os seres humanos que fornece ao filósofo uma garantia suficiente de que nunca estará demasiadamente enganado ao compor seu catálogo”. Em caso de dúvida se

determinada qualidade é louvável ou censurável, diz ele, basta ao investigador olhar para si e considerar se gostaria ou não que esse atributo lhe fosse atribuído, bem como se essa atribuição viria de um inimigo ou amigo. Em suma, a linha que Hume segue para explicar o fenômeno moral é a de examinar a vida comum das pessoas.

Vamos analisar o complexo de qualidades mentais que constituem aquilo que, na vida cotidiana, chamamos de mérito pessoal; vamos considerar cada atributo do espírito que faz de alguém objeto de estima e afeição, ou de ódio e desprezo (EPM, Apêndice I, § 10, p. 230).

Perceba-se que a investigação humeana acerca das distinções morais tem como primeiro passo a identificação dos elementos que compõe os conjuntos da virtude e do vício, a saber, um levantamento das qualidades que recebem a aprovação ou a aversão dos seres humanos. No tocante a esse ponto, Hume acredita que a natureza da linguagem é um importante guia para que se possa distinguir de maneira correta quais qualidades a humanidade toma como virtuosas e quais não. Toda língua possui expressões que denotam virtudes e outras que expressam vícios. Uma familiaridade com o idioma é suficiente para orientar na catalogação dessas qualidades. A tarefa do raciocínio está em discernir, para cada caso, as circunstâncias que são comuns a elas. Isso consiste em observar as particularidades presentes em todas as qualidades estimáveis e, do mesmo modo, analisar que características podem ser encontradas nos atributos censuráveis. A partir deste ponto Hume acredita ser possível descobrir o princípio que está na base das distinções morais, logo, o fundamento último de toda aprovação ou censura.

Entretanto, a identificação das características que constituem o elenco de vícios e virtudes não é o ponto principal da investigação humeana, uma vez que não há a pretensão de determinar com precisão o conjunto das virtudes e dos vícios, mas

compreender que elementos presentes nesses conjuntos despertam o assentimento ou reprovação. Para Brito (2001, p. 11), “se há algo para investigar a propósito da moral, então, sob a perspectiva do empirismo, isto deveria estar no mundo e poder ser, como tudo o mais, objeto de experiência; isto é, deveria ser empírico”. Aquilo que é factual no que concerne ao estudo da moral são exatamente os comportamentos; em especial, os movimentos que expressam sentimentos do ser humano e, como apresentarei no segundo e terceiro capítulos, de outros animais de comportamento social.

É interessante notar como, nesse método de investigação, ocorre uma importante inversão metodológica. A base para o estudo da moral não mais são princípios elevados de certo sistema moral, mas a análise do comportamento lingüístico do homem em sociedade. É mediante uma descrição desses comportamentos que será possível descobrir qual é o padrão moral da espécie humana, o que possibilitará uma melhor compreensão sobre qual o princípio que opera ao se realizar as distinções morais que são percebidas no cotidiano.

A análise da virtude da benevolência é importante para que se tenha uma melhor compreensão da natureza do sentimento que Hume acredita estar na base das distinções morais. Já o estudo da justiça será um importante passo para entender qual o princípio que opera no sentimento e que faz com que se goste mais da virtude que do vício. Hume considera a análise destas virtudes sociais importantes para que se possa encontrar o fundamento das distinções morais, devido a isso, é destes estudos que irei tratar a seguir.

### 1.3 DA VIRTUDE NATURAL DA BENEVOLÊNCIA

Provar que as afecções gentis e benevolentes são estimáveis, tendo aprovação e boa vontade por parte de toda a espécie humana é, segundo Hume, uma tarefa supérflua, posto que isso é um fato, sendo um dado obtido pela experiência.

Os epítetos “sociável”, “de boa índole”, “humano”, “compassivo”, “grato”, “amistoso”, “generoso”, “benfazejo”, ou seus equivalentes, são conhecidos em todas as linguagens e expressam universalmente o mais alto mérito que a *natureza humana* é capaz de atingir (EPM, II, § 1, p.233).

Uma natureza benevolente, quando acompanhada de poder político e social, manifesta-se, por exemplo, num bom governo. Pessoas benevolentes e detentoras desse poder muitas vezes são alçadas pelos homens para além de sua natureza humana e são aproximadas, em certa medida, da divina. Um herói ou político audaz, de grande aptidão e sucesso é um alvo fácil para a inveja e má vontade por parte das pessoas. Agora, acrescente-se as qualidades de beneficente e humanitário, sendo que suas ações ofereçam respaldo para isso, que toda a má vontade e inveja são sobrepujadas pela aprovação geral.

As virtudes sociais são ainda mais essenciais no homem ordinário, cujos talentos e habilidades não são elevados a ponto de compensar algum desvio de conduta ou preservá-lo da aversão ou desprezo. De acordo com Hume (EPM, II, § 3, p.234) “as virtudes sociais e delicadas são, aí, as que devem principalmente ser levadas em consideração. Estas são sempre boas e estimáveis”. A grande capacidade para

relacionar-se da espécie humana também torna mais extensa sua benevolência se comparada a de outros animais sociais, que tendem a estabelecer vínculos apenas entre os membros do grupo no qual vivem. Isso propicia ao ser humano uma maior capacidade de disseminar uma influência benevolente do que tem as demais espécies. Hume acredita que somente por meio dessas práticas que o homem pode verdadeiramente gozar das vantagens de alguma eminência. Como dito anteriormente, uma posição de destaque deixa o indivíduo mais exposto ao perigo provocado pela má vontade e inveja alheias. Entretanto, por meio de uma natural benevolência, como, por exemplo, o ato de oferecer abrigo aos que necessitam de proteção, tal pessoa subjuga esses impulsos nocivos e ganha o respeito e admiração de seus semelhantes.

Hume não pretende, contudo, apenas elogiar a benevolência ou demonstrar os genuínos encantos das virtudes sociais. Verdade que estas qualidades são tão sedutoras que, no momento em que são mencionadas no discurso ou raciocínio, fica difícil não realizar algum tipo de elogio. Esse, aliás, já é um bom exemplo do quanto o coração humano é tocado por tais virtudes. Hume quer demonstrar que não há qualidade mais merecedora de estima do que a benevolência, bem como entender qual o princípio que faz com que essa virtude seja tão estimável.

[...] como nosso assunto aqui é antes a parte especulativa do que a parte prática da moral, será suficiente notar (o que, segundo penso, será facilmente concedido) que não há qualidades mais merecedoras da boa vontade e aprovação geral dos homens que a beneficência e humanidade, a amizade e a gratidão, a afeição natural e o espírito público, e tudo o que procede de uma terna simpatia pelos demais e de uma generosa preocupação pelo nosso grupo e espécie. Tais qualidades, onde quer que se manifestem, parecem de certa forma infundir-se a todos que as contemplam e produzir neles, em seu próprio interesse, os mesmos sentimentos favoráveis e afetuosos que elas exercem ao seu redor (EPM, II, § 5, p.235).

Perceba-se que, ao descrever as qualidades de uma pessoa benevolente, a satisfação e felicidade social advindas de sua convivência e bons ofícios são sempre realçadas. Quando se elogia uma pessoa como *bondosa*, faz-se porque se identifica traços benevolentes nela, sendo que este elogio lhe é agradável. A benevolência acaba por ser útil, posto que uma pessoa de boa índole tende a ganhar naturalmente o apreço dos que estão ao seu redor. Entretanto, ela não é útil somente para determinada pessoa especificamente, mas também o é para toda a sociedade, que colhe os benefícios de possuir cidadãos benevolentes.

### **1.3.1 Benevolência e utilidade**

No âmbito social, uma pessoa benevolente doa alimento aos famintos e vestimentas aos necessitados. Quando restrita à vida privada, a esfera de pessoas que são influenciadas por suas ações é menor, mas o caráter benigno e gentil de suas atividades permanece inalterado. Pode-se dizer, desse modo, que uma pessoa de boa índole possui grande utilidade para a sociedade.

Dado que esses tópicos de louvor são sempre empregados, e com sucesso, quando queremos despertar a estima por alguém, não se poderia porventura disso concluir que a *utilidade* resultante das virtudes sociais constitui pelo menos uma *parte* de seu mérito, e é uma fonte de aprovação e respeito que recebem de forma tão universal? (EPM, II, § 8, p. 236).

Ao qualificar um animal como benéfico e útil, faz-se um elogio adequado à sua natureza. Por outro lado, os seres que oferecem alguma influência danosa à vida humana sempre inspiram o sentimento de aversão. As imagens de árvores cheias de frutos e animais vivendo em harmonia despertam sentimentos agradáveis. Por sua vez, a idéia de plantas venenosas que escondem bestas malignas inspira em qualquer pessoa o sentimento de aversão.

Objetos, mobílias, roupas ou casas bem planejadas, que são úteis e convenientes aos seus usuários ganham logo sua aprovação e, nessa medida, são contempladas como belas. O autor coloca que um olhar experiente e que possua maior sensibilidade pode, nesses casos, contemplar muitas outras qualidades que passam despercebidas das pessoas inexperientes.

Hume escreve que uma profissão que seja útil e traga benefícios à sociedade é digna de louvor, e poucas ofensas causam tanta ira quanto dizer a uma pessoa que sua profissão é inútil ou prejudicial à sociedade. Conforme Hume (EPM, II, § 13, p. 237) “[...] em geral, quanto louvor não está subentendido no simples qualificativo “útil”! E quanta reprovação em seu contrário!”. O motivo pelo qual, por exemplo, um historiador, tem orgulho de sua profissão deriva do benefício que esta trás para a sociedade, enquanto que um autor de ficção, ao contrário, muitas vezes tem que amenizar ou negar as más conseqüências que são atribuídas aos seus escritos.

### **1.3.2 Benevolência, utilidade e o refinamento do sentimento moral**

A utilidade pública é uma característica presente em todas as decisões morais. Quando há alguma controvérsia, o lado que apresenta a proposta mais útil, estando de acordo com os interesses sociais, tende a ganhar o apreço e aprovação social.

Em todas as decisões morais, a característica de utilidade pública é o que se tem principalmente em vista; e sempre que surgem disputas, seja em filosofia seja na vida cotidiana, referentes aos limites do dever, a melhor forma de decidir a questão é averiguar, em cada um dos lados, os verdadeiros interesses da humanidade (EPM, II, § 17, p. 238).

De acordo com Hume, qualquer pessoa pode ter, em vista das aparências, uma primeira impressão errônea sobre algo. Nesse momento, o raciocínio, com base na experiência, pode oferecer uma idéia mais precisa sobre o objeto do engano. Por meio desse processo, o sentimento torna-se mais sensível às sutilezas do mundo, refinando as sensações que se têm diante do bem e mal morais. Perceba-se, entretanto, que o sentimento de aversão ao vício e agrado à virtude não muda, ele é apenas refinado pela razão e pela experiência.

Dar esmolas para quem não tem dinheiro e trabalho é um ato que, a princípio, parece ser digno de elogio. No entanto, ao perceber que essa ação incentiva o ócio e a devassidão, ela deixa de ser vista como um ato benevolente, sendo não mais considerada uma virtude e sim uma fraqueza. Do mesmo modo, o ato de assassinar governantes opressores foi, por muito tempo, enaltecido, pois livrava a sociedade dos caprichos desses tiranos. Contudo, a experiência mostrou que este tipo de conduta só fez aumentar a suspeita e crueldade dos governantes, o que é muito mais prejudicial para o povo, tanto que esta prática é, nos dias atuais, condenada moralmente, sendo considerada, no mínimo, como um modelo muito impróprio para imitação.

A liberalidade de um governante pode, num primeiro momento, ser um sinal de sua beneficência. Agora, quando os recursos destinados ao povo são desviados para sustentar os seus caprichos particulares, todo elogio transforma-se em censura e o sentimento de aprovação da lugar à indignação. Do mesmo modo, o afastamento de um governante pode ser algo lamentável, a não ser que ele estivesse no poder apenas para



tirar proveito de seu cargo para si e seus assessores. Nesse caso, prefere-se o seu afastamento ao desperdício dos recursos do Estado.

Segundo Hume, o luxo, o conforto e um refinamento dos prazeres da vida foram, para muitas pessoas, a principal causa de guerras e rebeliões, além da discórdia e total perda de liberdade. Luxo e conforto foram, portanto, tomados como vícios, sendo alvo de severos moralistas. Por outro lado, há os que entendem que estes refinamentos tendem mais ao desenvolvimento da diligência e das artes do que ao caos e as desigualdades sociais, trazendo mais benefícios do que malefícios para a sociedade. Caso a prática do cotidiano mostre que tais ações provocam bem para a sociedade, diz Hume (EPM, II, § 21, p. 239) que “[...] esses refinamentos [...] estão dando uma nova regulamentação a nossos sentimentos *morais* [...] e representam como louvável ou inocente o que anteriormente era considerado pernicioso ou censurável”.

### **1.3.3 Benevolência, utilidade e o valor moral**

O sentimento de benevolência em grau elevado parece ser o que confere maior mérito a qualquer ser humano. Parte desse valor está em sua tendência a promover os interesses sociais, sendo, portanto, útil para a sociedade, uma vez que tudo o que possui uma influência benevolente, cujo fim está em harmonia com os interesses sociais, é sentido com prazer e satisfação.

Segundo Hume (EPM, II, § 22, p. 240) “as virtudes sociais não são nunca consideradas separadamente de suas tendências benéficas, nem vistas como estéreis ou infrutíferas”. Desse modo, a felicidade e o bem-estar social passam a ser vistos como o resultado da natural influência que a benevolência tem sobre os corações humanos.

Se levarmos tudo isso em conta, parece inegável, portanto, que nada pode conferir mais mérito a qualquer criatura humana do que o sentimento de benevolência em um grau elevado, e que *parte*, ao menos, de seu mérito provém de sua tendência a promover os interesses de nossa espécie e trazer felicidade à sociedade humana (EPM, II, § 22, p.239 – 240).

Todas as ações benevolentes são dignas do aplauso e aprovação dos homens, e a todas está ligada algum tipo de utilidade, seja para o benefício do indivíduo, seja para o da sociedade como um todo. A utilidade parece exercer, portanto, alguma influência sobre os sentimentos e, de fato, influencia, no que tange a moral, as tomadas de decisões.

Acredito ter mostrado como Hume chega à conclusão de que *parte* do valor moral que o natural sentimento de benevolência deve-se a sua utilidade social. É mediante o estudo da virtude artificial da justiça, entretanto, que o autor acredita ser possível mostrar que considerável parte do mérito das virtudes sociais deve-se a sua utilidade. Por esse motivo dedicarei a próxima parte deste trabalho à análise que Hume faz da justiça, pois isso ajudará a expor qual o princípio fundamental, segundo o autor, pelo qual realizamos as distinções morais.

#### 1.4 DA VIRTUDE ARTIFICIAL DA JUSTIÇA

De acordo com Hume, é um fato que ao menos parte do mérito da justiça está em sua utilidade para a sociedade. O pensador escocês, entretanto, é mais radical nessa questão e coloca que a utilidade pública é a única origem da justiça, sendo ela, ao

contrário da benevolência, uma virtude artificial, posto que seu mérito provém unicamente das reflexões sobre as suas conseqüências benéficas.

#### **1.4.1 Da utilidade como fundamento da virtude artificial da justiça**

Com o intuito de descrever o mérito reflexivo da justiça, Hume inicia a exposição de sua tese apresentando situações hipotéticas em que a justiça, devido a configurações sociais específicas, perde sua utilidade, posto que ela não mais apresenta algum benefício social. Inicialmente, ele apresenta um mundo onde a natureza provê o homem com relação a todas as necessidades exteriores com grande abundância. Nesse mundo não haveria qualquer tipo de carência, pois toda pessoa estaria completamente provida de tudo o que seus desejos necessitassem, sem que qualquer esforço de sua parte fosse necessário para atingi-los. O clima ameno, por exemplo, tornaria inúteis as roupas, frutas e verduras proporcionariam um saboroso jantar, enquanto que as fontes de água pura saciariam toda a sede. Não seria necessário trabalhar, tendo os homens tempo suficiente para entretenimentos e convivência social.

Parece óbvio que, em uma condição tão afortunada, todas as demais virtudes iriam florescer intensificar-se dez vezes mais. Da virtude da justiça, entretanto, ninguém jamais teria tido menor idéia (EPM, III, § 3, p. 242).

Mesmo no mundo em que vivemos, carente de muitos dos benefícios externos do qual necessitamos, sempre que algo é provido em abundância, ele é considerado com um bem de toda a humanidade, não se estabelecendo qualquer direito de propriedade

sobre ele. A água é um exemplo citado por Hume e é muito relevante para análise, pois é um dos bens naturais mais caros ao homem. Foi a partir do final do século XX, entretanto, quando a carência de água potável no planeta ficou mais evidente, que ela tornou-se um bem precioso, sendo objeto de disputa e ganhando um alto valor no mercado, sendo que hoje qualquer desperdício de água é duramente criticado. No século XVIII, contudo, quando se acreditava que a água era inesgotável, este bem não era disputado como propriedade de determinado indivíduo e não havia qualquer tipo de censura quanto ao seu desperdício.

Do mesmo modo, não há disputas por terras e reivindicações por reforma agrária em países com poucos habitantes e grande quantidade de terras férteis. Ar, água e terra podem ser objetos de disputas em certos países e não em outros. Eles só serão disputados quando sua obtenção for difícil ou só for possível em pequenas quantidades. Sempre que existirem em maior quantidade do que as necessidades dos habitantes de determinada região, não haverá qualquer tipo de disputa por sua propriedade.

Não há utilidade em partilhar ou proteger um bem quando todos já possuem tudo o que desejam. Desse modo, a propriedade, num mundo onde tudo está ao alcance de todos, torna-se, em si, inútil. Segundo Hume (EPM, III, § 3 p. 242) “a justiça, sendo completamente *inútil* nessa situação, não passaria de um vão cerimonial e jamais poderia figurar no catálogo das virtudes”.

Imagine agora um mundo contrário ao que foi exposto anteriormente. Conforme relata Hume, ao invés de uma completa abundância, o que ocorre nesse mundo é uma situação de completa carência de tudo o que é necessário para a sobrevivência. Há grande miséria e mesmo o máximo esforço não impede a morte da maior parte da população. A justiça, nesse caso, é sobrepujada pela necessidade da autopreservação.

O mesmo ocorre no caso de um naufrágio, onde o desejo de sobrevivência faz com que a pessoa se agarre a qualquer coisa que flutue, independente desta lhe pertencer ou não. Do mesmo modo, num país onde as pessoas pereçam de fome, o alimento será disputado com a vida. Qualquer lei de posse, equidade ou justiça não terá força motivadora para conter tal ação, pois elas não são mais úteis para cumprir o fim a que se destinam, a saber, promover a ordem e a felicidade social.

O uso e o fim dessa virtude é proporcionar felicidade e segurança pela preservação da ordem na sociedade, mas, quando a sociedade está prestes a sucumbir de extrema penúria, não há nenhum mal maior a temer da violência e da injustiça, e cada homem está livre para cuidar de si próprio por todos os meios que a prudência lhe ditar ou seus sentimentos humanitários permitirem (EPM, III, § 8, p. 245).

Numa situação de extrema carência, a força constrangedora da lei perde sua capacidade de censura frente, por exemplo, a ação de um pai que rouba para dar comida ao filho faminto, mesmo que essa ação se dê por meio da força ou da violência. Isso acontece devido a justiça ter perdido sua finalidade e, conseqüentemente, sua utilidade para regular as relações sociais e promover o bem estar da sociedade.

Num outro mundo, com carências semelhantes as que temos, mas que tenha o ser humano engrandecido seu sentimento a tal ponto que, dado a sua grande generosidade e amizade, toda pessoa se interesse da mesma forma tanto pelos seus assuntos, como pelo de seus companheiros, a justiça também perderia sua utilidade. Nesse caso, ela deixaria de ser uma virtude, pois a sociedade já estaria naturalmente harmoniosa. Conforme Hume (EPM, III, § 6 p.243), “em vista de tamanha benevolência, parece evidente que o uso da justiça ficaria nesse caso suspenso, e as divisões e barreiras da propriedade e da obrigação jamais seriam cogitadas”.

Perceba-se que é desnecessário obrigar, pela lei, uma pessoa a prestar um serviço quando esta já está naturalmente motivada, por uma inclinação a buscar a felicidade alheia, a fazê-lo. Claro que, como diz Hume, caso o dano que seria causado em **A** fosse maior que o benefício que **B** receberia de sua ação, então **B**, movido por um caráter humanitário e amistoso, impediria **A** de realizar esse imprudente ato de generosidade.

Seria inútil, também, delimitar uma propriedade quando os vizinhos compartilham os mesmos interesses e sentem as mesmas alegrias e tristezas como se fossem as suas. Nesse caso, cada indivíduo seria como um segundo *eu* para o outro, confiando, sem qualquer tipo de divisão ou distinção, seus interesses ao discernimento alheio. Os seres humanos seriam, portanto, como uma família única, sem a necessidade de considerações sobre a propriedade e utilizando os bens com prudência, considerando as necessidades alheias como se fossem suas.

É difícil achar na sociedade humana um exemplo cabal que demonstre afeições tão elevadas. As relações familiares são, para Hume, as que mais se aproximam desse ideal, pois quanto mais benevolente for o sentimento que rege esse tipo de relação, menor é a distinção de propriedade entre seus membros. É comum, por exemplo, pessoas casarem-se em comunhão de bens. Supõe-se, nesse caso, que o sentimento benevolente entre o marido e a mulher é tão forte a ponto de extinguir qualquer noção de posse. Entretanto, quando o sentimento que unia o casal acaba e ocorre a separação, a disputa pela posse dos bens é sempre alvo de controvérsia por parte do ex-casal.

Diz Hume (EPM, III, § 7 p.244) que “é certo, portanto, que essa virtude deriva sua existência inteiramente de seu indispensável *uso* para o relacionamento humano e a vida em sociedade”. A justiça tem sua existência devido a sua utilidade para regular a vida em sociedade e, conseqüentemente, os relacionamentos humanos.

As regras da equidade ou da justiça dependem, portanto, inteiramente do estado e situação particulares em que os homens se encontram, e devem sua origem e existência à *utilidade* que proporcionam ao público pela sua observância estrita e regular. Contrarie-se, em qualquer aspecto relevante, a condição dos homens; produza-se extrema abundância ou extrema penúria; implante-se no coração humano perfeita moderação e humanidade ou perfeita rapacidade e malícia; ao tornar a justiça totalmente *inútil*, destrói-se totalmente sua essência e suspende-se sua obrigatoriedade sobre os seres humanos (EPM, III, § 12, p.247).

Desse modo, a justiça depende da configuração social específica em que os homens se encontram e só existe e se sustenta devido à utilidade que proporciona ao público pela sua observância estrita e regular. Quando as considerações de justiça tornam-se inúteis, é destruída a sua obrigatoriedade.

#### **1.4.2 Da justiça como uma virtude social artificial**

O mundo no qual vivemos se encontra entre os extremos da abundância e da penúria. Por exemplo, a natureza, em seu estado bruto, não provê a humanidade de grandes prazeres, mas mediante trabalho e técnica, estes podem ser extraídos em maior abundância. O caráter moralmente obrigatório e o mérito atribuído à justiça decorrem exatamente do fato de que a sociedade humana situa-se num meio termo entre os extremos apresentados e, por isso, as idéias de justiça são necessárias para toda a sociedade.

Sobre o ser humano, diz Hume (EPM, III, § 13, p.247) que “somos naturalmente parciais em relação a nós mesmos e nossos amigos, mas somos capazes de

compreender as vantagens de uma conduta mais equânime”. Portanto, há, na virtude social da justiça, certa artificialidade, pois é somente mediante nossa reflexão sobre suas vantagens e desvantagens que ela adquire seu mérito.

O homem é o animal com maior capacidade de adaptar a natureza às suas necessidades. Digo isso, pois suas carências não são necessariamente compensadas como um meio propenso a saciá-las. Diferente do ser humano, na maioria dos animais esses dois pontos estão em equilíbrio. O leão, por exemplo, é um animal carnívoro e de grande voracidade, tendo a necessidade de uma grande quantidade de alimento para sobreviver. Entretanto, sua constituição física e seu temperamento corajoso e audaz conferem a ele vantagens que são proporcionais às suas carências. O mesmo ocorre com os bovinos. Eles podem não ter a coragem ou a audácia do leão, mas, em compensação, o seu alimento é de fácil obtenção. No caso do ser humano, apenas a vida em sociedade é capaz de suprir as suas carências físicas, não só diminuindo a diferença em relação aos outros animais em capacidade de caça e proteção, mas o fazendo adquirir, inclusive, certa superioridade sobre eles.

Pela sociedade, todas suas debilidades são compensadas, embora, nessa situação, suas necessidades se multipliquem a cada instante, suas capacidades se ampliam ainda mais, deixando-o, em todos os aspectos, mais satisfeito e feliz do que jamais poderia se tornar em sua condição selvagem e solitária (THN, III, ii, 2, § 3, p.526)<sup>6</sup>.

Embora pareça evidente a necessidade que a vida em grupo tem para a sobrevivência dos seres humanos, a natureza de seu sentimento pode ser contrária a formação de grandes grupos, principalmente quando estes se encontram fora da esfera familiar.

---

<sup>6</sup> Utilizarei a sigla THN – *A Treatise of Human Nature* –, com o auxílio da seção e do parágrafo, para a indicação das referências a essa obra de Hume.



Conforme visto anteriormente, Hume reconhece a existência de uma capacidade de simpatia, por parte dos homens, por ações benevolentes. Contudo, essa é uma tendência que, ao invés de preparar as pessoas para a vida em grandes sociedades, pode agir de maneira contrária. O ser humano tem a tendência de dedicar uma atenção muito maior aos seus entes queridos do que a estranhos. É natural que se tenha uma maior simpatia por familiares e amigos do que a estranhos ou pessoas pelas quais se é distante. Parece evidente que ocorra certa parcialidade nos sentimentos das pessoas. Segundo Hume (THN, III, ii, 2, § 8, p. 529), “essa parcialidade, portanto, e essa afeição desigual têm de influenciar não somente nosso comportamento e conduta social, mas também, nossas idéias de vício e virtude [...]”. A tendência natural do homem não é, portanto, regular a parcialidade de seus sentimentos, antes disso, tende-se a dar mais força e influência a ela.

A utilidade da justiça está exatamente em neutralizar essa parcialidade, tornando todos os membros da sociedade iguais. Ela se caracteriza não como algo natural, mas como um artifício criado por meio da reflexão para regular os afetos. Por meio das regras da justiça cria-se, artificialmente, um meio para restringir os movimentos parciais dos sentimentos. Contudo, diz Hume (THN, III, ii, 2, § 9, p.530), “tal restrição não é contrária às paixões; se o fosse, jamais poderia ser feita, nem mantida. É contrária apenas ao seu movimento cego e impetuoso”. A justiça deve sua origem, portanto, ao fato de os seres humanos viverem em sociedade e, para garantir a sua boa convivência, bem como a subsistência desta, as pessoas acatam as regras de justiça. À medida que se familiarizam com a utilidade dessas regras, mais as consideram e respeitam.

Sendo assim, é devido a sua utilidade para regular a convivência social e preservar a paz na sociedade que a justiça adquire valor. Entretanto, esse não é, para Hume, um processo natural. As leis da justiça não ganham a aprovação dos homens de maneira imediata e instintiva, ao contrário, pois, como foi dito, seu valor está fortemente ligado a sua utilidade e esta somente é percebida mediante um ato reflexivo que avalia seus benefícios. Explicar qual o motivo dos seres humanos gostarem dessa

utilidade é um problema-chave em Hume, e necessário para mostrar que é no sentimento onde está o fundamento das distinções morais.

### 1.5 DO PRINCÍPIO GERAL DA MORAL

É bastante plausível a idéia de que as virtudes sociais têm sua origem na utilidade. No cotidiano ela é sempre tomada como algo valoroso – isso se aplica tanto ao homem quanto aos outros seres vivos e a objetos inanimados. Do mesmo modo que a virtude é sempre associada a uma utilidade, no que tange a questões práticas, o seu oposto está sempre relacionado a um vício. Um edifício, por exemplo, cujas portas e janelas sejam desproporcionais a figura humana é deveras estranho. Isso se deve ao fato da proporção das portas e janelas serem desproporcionais ao corpo humano, que não poderia passar por elas. Essa sensação de que “algo não está certo” pode ser traduzido por desaprovação, desgosto ou repulsa. É um sentimento bastante semelhante ao que se costuma ter ao encontrar um ser humano cujos hábitos são prejudiciais ao bem-estar social.

[...] se um princípio qualquer é confirmado pela experiência, o fato de não sermos capazes de dar uma explicação satisfatória de sua origem, ou de analisá-los quanto a outros princípios mais gerais, não constitui uma justa razão pra rejeitá-lo (EPM, V, § 2, pág. 279).

No princípio da utilidade encontra-se, para Hume, a origem do bem e do mau moral. Sua influência na formação dos princípios morais do homem pode ser percebida pela experiência e ser reconhecida na natureza humana. O que pretendo é explicar como

Hume conjuga a qualidade natural da simpatia presente no ser humano com o mérito reflexivo da utilidade e como, a partir disso, pode-se concluir que é o sentimento o que se encontra na base das distinções morais.

### **1.5.1 Da análise humeana da simpatia**

É visível a utilidade das virtudes sociais. Entretanto, pode-se dizer, mediante esse princípio, que as distinções morais são originadas na cultura, sendo isso o que torna os homens sociáveis, sobrepujando sua suposta ferocidade e egoísmo naturais. Hume admite que a cultura pode aumentar ou diminuir a capacidade humana de simpatizar com determinadas ações ou qualidades benéficas. Ela pode, inclusive, ser a origem de um sentimento, prazeroso ou não, sem que este possua uma base natural. Um exemplo disso são os dogmas religiosos e os nacionalismos extremos. Contudo, não se pode inferir disso que a cultura é a base de toda estima ou reprovação moral.

Se a natureza não tivesse feito essa distinção com base na constituição original da mente, as palavras “vergonhoso”, “estimável” e “odioso”, “nobre” e “desprezível” não existiriam em nenhuma linguagem; e mesmo que os políticos viessem a inventar esses termos, jamais seriam capazes de torná-los inteligíveis ou fazê-los veicular alguma idéia aos ouvintes (EPM, V, § 3, pág. 279).

As virtudes sociais possuem beleza e estima naturais. Esse agrado que elas despertam na espécie humana é anterior a qualquer estrutura cultural. Perceba-se que elas se mostram agradáveis mesmo a um homem desdotado de qualquer instrução. O

mérito das virtudes está ligado a sua utilidade pública, e a finalidade que ela tende a promover é agradável de alguma forma ao ser humano. Ela adquire, das pessoas, alguma afeição natural e pode agradar tanto pelo interesse próprio quanto pelo social. Verdade que não é toda e qualquer ação que é motivada por sentimentos que visam o bem comum.

Conforme mencionei anteriormente, o homem possui uma forte ligação com o convívio social e, como falarei nos próximos capítulos, este comportamento se mostrou necessário para a sua sobrevivência e bem-estar. Esse é um dos motivos pelo qual ele tende a promover hábitos e princípios que sejam favoráveis à sociedade. Princípios como o da benevolência e o da justiça ajudam a promover a ordem social, sendo que este é o motivo pelo qual o ser humano eleva esses princípios ao mais alto grau. Afinal, eles permitem que o homem receba os benefícios da mútua proteção e assistência.

Poder-se-ia deduzir desse raciocínio que a moral deriva do amor de si mesmo ou de um egoísmo natural. Hume concede que a idéia de que os juízos morais derivam de interesses privados está correta, mas discorda que o sentimento prazeroso que acompanha a virtude possua uma base egoísta. Segundo ele, a natureza e a experiência podem provar que este raciocínio está errado. O homem, por exemplo, tem seu coração tomado de ternura e compaixão ao ouvir relatos de ações virtuosas e isso acontece mesmo quando tal história aconteceu num país remoto, há muito tempo. Mesmo não havendo nenhum ganho pessoal, não se é indiferente a essas histórias.

Há também casos em que um interesse particular é o mesmo da sociedade. O que ocorre, neste caso, é uma mistura de sentimentos distintos. O interesse particular dá força ao sentimento social.

Aplaudimos talvez com mais vivacidade quando a ação humanitária generosa favorece nossos interesses particulares, mas os tópicos de louvor sobre os quais insistimos vão muito além dessas circunstâncias (EPM, V, § 9, pág. 282).

Ao descrever um indivíduo virtuoso, imediatamente a simpatia desperta no ser humano uma afeição para com ele. Pouco importa onde ou em que época ele viveu, o sentimento de admiração encontra-se presente em grande parte da espécie humana. Se o interesse particular fosse maior que o social, saber onde tal homem viveu seria essencial, e não o é.

### **1.5.2 Do interesse individual**

O ser humano constantemente se pergunta se determinado assunto tem algo a ver com sua vida. Caso essa pergunta possuísse um valor universal infalível, todos os discursos e feitos valorosos, bem como seu oposto, perderiam o sentido. As pessoas são confrontadas por fatos e argumentos. Isso as faz, por meio da imaginação, a se transportarem para a época em que tal fato ocorreu. Uma vez lá, se passa a considerar os benefícios, ou não, que se teria tido caso se presenciasse tal evento. Segundo Hume, isso não passa de um mero subterfúgio, pois um sentimento real não pode brotar de um interesse imaginário. O interesse real é distinto do imaginário e mais digno de consideração e, muitas vezes, ambos os interesses são opostos.

Hume coloca o exemplo de um homem que, à beira de um precipício é afligido por um medo imaginário. Em oposição a esse medo encontra-se a crença em uma segurança real. A imaginação está, nesse caso, auxiliada pela vivacidade de uma

imagem. Contudo, ela não prevalece sobre a realidade. Conforme Hume, a exceção se dá quando a imaginação é auxiliada pela visão inusitada do objeto. Por meio do hábito, por exemplo, este homem faz uma associação entre alturas e precipícios. A imagem da dor que ele sentiria caso caísse dá maior força ao medo de uma possível queda.

Com relação aos juízos que o ser humano faz sobre os costumes acontece o contrário. O homem se depara constantemente com questões morais. Isso refina o seu sentimento com relação aos vícios e virtudes. Este tipo de questão é tão comum que nenhum dilema dessa espécie deve ser incomum a qualquer pessoa. Afinal, falsas opiniões não têm força suficiente para sustentarem-se perante as experiências vívidas do cotidiano.

Dado que a experiência é o principal agente na formação das associações de idéias, é impossível que qualquer associação consiga estabelecer-se e persistir em direta oposição a esse princípio (EPM, V, § 14, pág. 284).

A utilidade é agradável ao ser humano e tem sua aprovação. Isto é uma questão factual, que pode ser comprovada pelo comportamento humano observado em seu cotidiano. Perceba-se que, se algo é útil, o é para os interesses de alguma pessoa, mas as aprovações ou censuras que diariamente são realizadas estão além da esfera particular. Segundo Hume (EPM, V, § 15, p.284) “devem, portanto, ser os interesses dos que são beneficiados pelo caráter ou ação que recebe aprovação, o que nos leva a concluir que esses interesses [...] não nos são totalmente indiferentes”. Esse princípio consiste, para Hume, numa fonte de distinções morais.

### 1.5.3 Da relação entre interesse individual e interesse social

O amor de si mesmo, ou a capacidade de cada ser de querer o próprio bem-estar, é um princípio muito forte na natureza da espécie humana. Pelo fato do interesse particular estar normalmente próximo do interesse social, é um erro comum inferir que todo interesse social é, no fundo, uma preocupação egoísta pelo bem-estar particular, quando, na verdade, ter um bom convívio social e ver aqueles de quem se gosta bem é fundamental para o sentir-se bem. Ações que agradam ou desagradam estão presentes rotineiramente no cotidiano do homem. Muitas vezes, acaba-se por denominar como vício e virtude o objeto desses sentimentos. Observa-se que aquilo que é virtuoso tende a aumentar a felicidade, ao contrário do que é vicioso. Uma vez que a virtude promove a felicidade do indivíduo, poderia ele ter algum sentimento desinteressado pelo bem-estar alheio? Um cético moral diria que tais sentimentos são variações do amor de si mesmo. Essa conclusão estaria baseada na estreita relação que há entre o interesse público e o individual.

De acordo com Hume essa convergência de interesses não é suficiente para sustentar essa hipótese. Há casos em que o interesse público é contrário ao privado, mas o sentimento moral e, conseqüentemente, a ação moral, permanece a mesma diante de interesses contrários. Agora, quando há uma convergência de interesses, o sentimento moral ganha mais intensidade e o apelo pela virtude e repulsa pelo vício tornam-se mais ardentes. Essa situação é um bom contra-exemplo à teoria de que o sentimento moral é derivado de uma concepção de homem dotado de uma natureza egoísta. O bem-estar social não é indiferente ao ser humano mesmo quando este não está associado ao seu interesse particular. Portanto, há de se admitir que a espécie humana é dotada da capacidade de possuir uma afeição de natureza pública.

A utilidade é apenas uma tendência para certo fim, e seria contraditório supor que alguma coisa agrade enquanto meio para um certo fim se esse próprio fim não nos afeta de modo algum (EPM, V, § 17, pág. 285 – 286).

A utilidade está na base dos sentimentos morais. No entanto, mesmo uma ação cuja motivação seja o bem-comum, pode não estar em conformidade com princípios utilitários, afinal, do mesmo modo que na base do agir não se encontram sentimentos puramente egoístas, também não se encontram sentimentos puramente altruísticos.

Dizer que nossas ações motivadas não se conformam, em geral, a princípios utilitários não significa negar que eles devam se conformar. Pode-se sustentar que é somente quando eles o fazem que nós os consideramos virtuosos (AYER, 2003, p.113).

Note-se que tudo o que é útil para a promoção do bem-estar social ganha o agrado do homem, granjeando sua aprovação. Nesse sentido que o princípio da utilidade ajuda a explicar, com bases naturais, grande parte da origem da moral.

#### **1.5.4 Da relação entre interesse e sentimento**

O ser humano sente prazer ao vislumbrar algo alegre e próspero. Do mesmo modo, sente desconforto ao presenciar a dor e o sofrimento. Uma pessoa afligida por



uma forte solidão perde a capacidade de sentir qualquer gosto pela vida, com exceção dos gozos sensuais e especulativos. Isso ocorre porque seus sentimentos já não encontram um correspondente em uma criatura que lhe é semelhante. Expressões tristes despertam um sentimento de pesar. Assim como expressões físicas de dor e tristeza tendem a inspirar compaixão e desconforto.

Os efeitos da aflição nos tocam de uma forma tão vívida que não se pode supor que ficaríamos de todo insensíveis ou indiferentes a suas causas quando um caráter ou comportamento malicioso e traiçoeiro nos fosse apresentado (EPM, V, § 18, pág. 287).

Imagine um ambiente confortável, com uma atmosfera agradável. A mera visão deste local já é fonte de prazer. O ser humano, pela imaginação, associa esse lugar à idéia de bem-estar e satisfação. Pense agora que o dono deste ambiente é uma pessoa afável e simpática. Imediatamente imagina-se o quão prazeroso é viver nesse lugar junto a essa pessoa.

Pense agora na imagem de um vizinho tirânico que despoja um bom homem de sua herança. Além disso, esse vizinho é um grande perturbador da paz e da tranquilidade. O sentimento de indignação, nesse caso, é bastante comum. Esse vizinho é, ainda, um cruel senhor de escravos e genocida. Somam-se ao sentimento de indignação, o horror provocado pela imagem de seus atos e uma profunda aversão para com tal pessoa.

Não importa qual é o objeto de reflexão, se é uma ocupação séria ou um divertimento, o ser humano não é imparcial com relação à felicidade ou miséria alheia.

Em geral, é certo que, para qualquer lugar que nos dirigimos, sobre qualquer coisa que refletimos ou conversamos, tudo nos parece sob a perspectiva da felicidade ou miséria humanas, e excita em nosso coração um movimento simpático de prazer e desconforto (EPM, V, § 23, pág. 288).

Um escritor competente transmite ao leitor as diversas emoções sentidas pelas personagens, que passa a vivenciar os mesmos dramas e alegrias sentidos por elas. Quando algo ruim acontece com uma personagem que desperta grande simpatia, o leitor tende a se preocupar com ela e, se o infortúnio provém das mãos de um cruel inimigo, este será alvo da ira do leitor. Hume coloca que é contrário às regras da arte apresentar algo indiferente. Personagens secundárias que não possuem importância para o desenrolar da trama, diz ele, devem ser evitadas pois, caso contrário, isso poderia refrear o sentimento vivenciado pelo leitor.

O ser humano possui uma maior propensão a identificar-se com os sentimentos que ele vivencia em seu cotidiano, mas toda paixão, quando bem representada, não é ao homem totalmente indiferente. Com relação às paixões, diz Hume (EPM, V, § 30, pág. 289-90) que “[...] não há nenhuma da qual já não tenha dentro de si pelo menos as sementes e os primeiros princípios”. O que a poesia faz, por exemplo, é tornar vívida uma fantasia. Uma vez que ela pareça real e verdadeira, ela desperta emoções. Não importa onde está a realidade, a mente e os sentimentos são afetados por ela.

Uma notícia ou acontecimento que irá interferir na vida de muitas pessoas ou mesmo de um estado é de grande interesse, não somente para os envolvidos, mas também para os que não serão afetados por ela. Um evento dessa importância propaga-se com rapidez e tende a ser analisada com grande atenção. Esse é um caso em que o interesse social é o mesmo que o particular. Mesmo assim, os sentimentos nem sempre serão afetados ao ponto de terem alguma influência no comportamento.

A leitura de uma obra que relate acontecimentos históricos parece ser algo bastante tranqüilo. Isso seria diferente se as emoções humanas não fossem semelhantes às descritas pelo autor. Relatos de disputas triviais de pouco interesse dificilmente despertam a atenção. Por outro lado, um conflito grandioso e feitos heróicos despertam compaixão, assim como relatos de perigo e traição fazem despertar sentimentos de ansiedade e horror.

O fato é que tanto uma narrativa refinada quanto uma apática podem convencer um homem sobre a bondade ou crueldade de uma pessoa, mas apenas um relato refinado pode despertar o sentimento de compaixão ou rancor para com o que se está relatando. Para Hume (EPM, V, § 35, pág. 291), “revoltas populares, fanatismo partidário, obediência cega a líderes sediciosos: estes são alguns dos efeitos mais perceptíveis, ainda que menos louváveis, dessa simpatia social na natureza humana”. Ou ainda:

Sempre que se julga a beleza, os sentimentos da pessoa afetada são levados em consideração e transmitem ao espectador estímulos semelhantes de prazer ou desconforto. Por que nos admiramos, então, de não podermos emitir nenhum juízo relativo ao caráter e a conduta dos seres humanos sem levar em conta os prováveis resultados de suas ações e a felicidade ou miséria que delas decorrem para a sociedade? (EPM, V, § 38, pág. 292).

Mesmo um motivo fútil, quando agrega a si a imagem de algum sentimento, não é ao ser humano totalmente indiferente. O esforço de um gago para articular uma oração, por exemplo, desperta compaixão. Esteticamente, uma oração com a escrita mal formulada, quando pronunciada, também soará estranha aos ouvidos. Hume coloca que isso se dá por causa de um tipo de harmonia que há entre a construção de uma oração, sua verbalização e o ouvido que escuta a sentença. Ao ler uma sentença estranha, por meio da imaginação o ser humano forma a imagem de alguém que sofre pra pronunciar

a oração. Esse é um bom exemplo do quão grande é a sensibilidade da simpatia humana. Nenhuma operação de idéias poderia agir de maneira efetiva se não houvesse esse princípio como base, sendo esta uma constatação de grande importância.

### **1.5.5 Do fundamento das distinções morais**

Uma pessoa indiferente à felicidade ou miséria alheia também o será com relação à virtude e ao vício. A preocupação para com os interesses sociais possui uma maior sensibilidade com relação às distinções morais, a saber, uma satisfação pelo bem-estar do outro e a indignação diante de ofensas feitas contra inocentes.

Os seres humanos possuem, segundo Hume, grandes diferenças entre si. Existem indivíduos que tem grande sensibilidade para assuntos morais, enquanto outros não têm. Entretanto, apesar das diferenças, nenhum ser humano possui uma completa indiferença com relação ao seu semelhante. Mesmo uma pessoa insensível realiza distinções morais, ainda que de forma precária, em consequência de diferentes princípios. Qualquer ser dotado de um mínimo de sensibilidade vai gostar mais de algo que é bom para sua espécie do que de algo que é prejudicial. Mesmo um homem muito egoísta, quando não tiver seus interesses pessoais em jogo, terá preferência por algo que faça algum bem social ao invés de seu oposto.

Um homem não causa mal a outro com quem não possua desavença, pois se leva em consideração, no agir, o bem-estar alheio. De acordo com Hume, essa é uma inclinação natural da espécie humana. Entretanto, muitas vezes o interesse privado leva o homem a agir contra essa natureza, trazendo prejuízo a seus semelhantes em troca de

um ganho privado. A intensidade desse sentimento varia de pessoa para pessoa, sua existência, no entanto, é um fato.

E se os princípios humanitários são capazes, em muitas ocasiões, de influenciar nossas ações, eles devem ter em todos os momentos *alguma* autoridade sobre nossos sentimentos, fazendo-nos aprovar em geral o que é útil para a sociedade e censurar o que é perigoso ou nocivo (EPM, V, § 39, pág. 294).

Um ser completamente maligno, por exemplo, também não seria indiferente com relação a moral. Ele simplesmente tomaria como virtude o que se considera vício e vice-versa. O que colabora para o bem-estar social causaria desconforto em tal criatura. Por outro lado, tudo o que causa dano ao ser humano provocar-lhe-ia prazer. Portanto, a espécie humana e este ser terão sentimentos opostos com relação a uma mesma ação de caráter moral.

A humanidade como um todo assemelha-se tanto ao princípio do Bem que, quando nossas disposições não estão corrompidas pelo interesse, pelo ressentimento ou pela inveja, estamos sempre inclinados, pela nossa filantropia natural, a dar preferência à felicidade da sociedade e, conseqüentemente, à virtude, mais do que a seu oposto (EPM, V, § 40, pág. 295).

A perversidade absoluta nunca fez parte da natureza humana. Caso isso aconteça um dia, perverterá toda a nossa concepção de moral e, obviamente, todos os sentimentos humanitários. A maldade humana não é voluntária. Ela é o resultado, segundo Hume, de constantes temores e ressentimentos.

### 1.5.5.1 Da natureza do sentimento moral

A vivacidade de uma ação intensifica o sentimento despertado por ela. O mérito de um ato realizado nos dias atuais e de outro semelhante feito na antiguidade é o mesmo. Contudo, o sentimento despertado pelo primeiro é muito maior que o despertado pelo segundo, mas, apesar do sentimento ser diferente, Hume insiste em dizer que o mérito é igual.

O que ocorre, no caso acima, é que o juízo corrige a parcialidade das emoções e percepções internas do ser humano. Essa correção acontece de modo semelhante ao realizado com as diferentes imagens apresentadas aos sentidos externos do homem. No caso, pense num objeto colocado duas vezes mais longe que outro igual. Este parecerá ter metade do seu tamanho. O ser humano imagina que, caso ambos objetos fossem colocados lado a lado, teriam o mesmo tamanho. Isso se dá porque a imagem dele irá se expandir à medida que os olhos se aproximam do objeto. A diferença reside na posição do observador com relação ao objeto e não no objeto em si.

O homem é capaz de perceber os objetos em perspectivas e situações diferentes. Para Hume, é por meio da razão que se torna esses objetos simétricos, sendo que o mesmo acontece com relação aos sentimentos internos. Por esse motivo é que o ser humano pode falar sobre qualquer coisa de maneira uniforme.

A espécie humana leva em conta, no que tange as decisões morais, apenas a tendência das ações e não suas conseqüências concretas e acidentais. Pelo sentimento, um homem cuja posição social torna suas ações benevolentes muito úteis a sociedade tende a ganhar mais respeito do que outro cujas ações são apenas movidas por sentimentos benevolentes. Por meio do pensamento realiza-se uma distinção de caráter e igualam-se as pessoas, concedendo-lhes a mesma aprovação geral. Tais preferências e

distinções gerais tornam-se mais claras quanto maior for a convivência entre as pessoas. Sem este convívio, discursos e princípios não seriam inteligíveis. A linguagem geral formou-se conforme o uso de toda uma comunidade, moldando-se conforme perspectivas gerais. Ela torna inteligíveis princípios de censura e louvor que, por sua vez, estão calcados em sentimentos provindos dos gerais interesses sociais.

E se esses sentimentos, na maioria das pessoas, não são tão fortes como aqueles que se referem ao bem privado, ainda assim devem produzir algumas distinções mesmo nas pessoas mais egoístas e depravadas, e devem associar a noção de bem uma conduta benevolente, e a de mal à conduta contrária (EPM, V, § 42, pág. 297).

A capacidade de se colocar no lugar de outro mediante a qualidade natural da simpatia é mais tênue que o amor de si mesmo, assim como o é por pessoas distantes com relação aos que nos são próximos e queridos. Por esse motivo que Hume considera o exercício da reflexão importante, pois, segundo ele, as deliberações racionais nivelam o sentimento, tornando-o mais público. A todo o momento o ser humano encontra pessoas em posições e perspectivas diferentes. Isso impede, muitas vezes, que haja comunicação entre as partes. Nesse caso, o homem, por vezes, abandona a posição que lhe é mais peculiar para, com isso, poder ver uma ação sob outra perspectiva.

Conforme Hume (EPM, V, § 42, pág. 298), “o intercâmbio de sentimentos na vida e convivência sociais faz-nos estabelecer um certo padrão geral e inalterável com base no qual aprovamos e desaprovamos os caracteres e costumes”. O sentimento de amor ou ódio, por exemplo, não é regulado por noções abstratas e universais do que deveria ser vício ou virtude. O interesse pessoal e pelas pessoas que são próximas e queridas despertam maior afeição no ser humano com maior intensidade do que qualquer noção abstrata de certo e errado. Hume concede, no entanto, que esses

princípios influenciam o comportamento humano pois, uma vez que eles fornecem as bases para o discurso, tornam-se úteis, mantendo coesa a convivência social.

#### 1.5.5.2 Da relação entre utilidade e sentimento moral

A espécie humana possui um natural sentimento de agrado pela benevolência, de onde deriva seu interesse pelo bem-estar social. Por meio desse zelo pelo que é útil e bom para a sociedade, surge, de modo uniforme, o mérito que toda a espécie humana atribui às virtudes sociais. Por meio do método empirista de investigação da moral, diz Hume, pode-se dizer *a priori* que não há possibilidade de um homem ser indiferente a outro no que diz respeito ao seu bem-estar e mal-estar. Desde que nada leve o ser humano à parcialidade, ele mostrará agrado pelo que é bom e promove a felicidade e desagrado pela situação oposta. Esta é uma importante distinção que o pensamento humeano estabelece entre vício e virtude.

À medida que o ser humano refina esse sentimento benevolente cresce o vínculo para com seus semelhantes e ações que tragam-lhe benefícios ganharão cada vez mais apreço, enquanto atos que provocam tristeza e angústia serão recebidos com desprezo e indignação. Conforme Hume (EPM, V, § 43, pág. 299) “[...] a censura ou aprovação que daí decorrem adquirirão proporcionalmente um maior vigor”.

Uma ação virtuosa ocorrida em uma época distante dificilmente despertará maiores sentimentos nas pessoas. Pelo entendimento pode-se reconhecer tal ação como virtuosa, mas sua imagem distante não provoca qualquer reação comportamental mais forte. Entretanto, no momento em que, por meio da familiaridade ou conexão com as pessoas relatadas na história, quando essa ação virtuosa aproxima-se da vida do



indivíduo, ela deixa de ser indiferente e passa de uma aprovação refletida para um forte sentimento de amizade para com os envolvidos no relato. É assim que o ser humano age em seu dia a dia e, pelo pensamento humeano, esse modo de agir reflete os princípios gerais da natureza humana.

O mérito da virtude social tem como base os sentimentos que estão presentes na natureza humana. A utilidade é sempre fonte de louvor e aprovação, qualificando o mérito ou não das ações morais. Ela também é, conforme dito anteriormente, o único motivo do apreço humano pela justiça. Todas as virtudes sociais são úteis, sendo que este é o principal fundamento da moral.

Most of the acts or characters we approve of are useful to society, or tend to produce the good of mankind. It is because of their ‘utility’ that we approve of justice, obedience to law, fidelity or trustworthiness, and allegiance, as well as generosity, charity and moderation. All of these characteristics contribute to the well-being of mankind, and that is why we feel the sentiments of approbation towards them that we do (STROUDT, 1977, p. 194)<sup>7</sup>.

De acordo com Hume (EPM, V, § 45, pág. 300) “[...] a tendência útil das virtudes sociais não nos motiva em vista de quaisquer considerações de interesse próprio, mas tem uma influência muito mais ampla e universal”. A utilidade afeta os sentimentos presentes na espécie humana, fazendo com que ele goste do que é bom para a sociedade.

---

<sup>7</sup> A maioria dos atos ou caracteres que nós aprovamos são úteis para a sociedade, ou tendem a produzir o bem da humanidade. É devido a sua “utilidade” que nós aprovamos a justiça, a obediência a lei, fidelidade ou confiança, e fidelidade, assim como a generosidade, caridade e moderação. Todas estas características contribuem para o bem-estar da humanidade, sendo por isso que temos esses sentimentos de aprovação, do modo como o temos, para com eles (STROUDT, 1977, p. 194 – minha tradução).

[...] esses princípios de humanidade e simpatia enraízam-se tão profundamente em todos os nossos sentimentos e exercem sobre eles uma influência tão poderosa que os levam a provocar os mais enérgicos aplausos e censuras (EPM, V, § 45, pág. 300).

Da teoria humeana se infere essas conclusões calcadas na experiência e observação uniformes. Analisar o agir humano no cotidiano nos apresenta diversos casos em que ele recebe ações virtuosas com aplauso e as viciosas, com censura. Pode-se dizer, também, que tudo o que promove o bem da sociedade agrada ao ser humano, deixando bastante claro a força desse sentimento de agrado por ações socialmente benevolentes. Conforme dito previamente, não há possibilidade de algo agradar ao homem enquanto meio para um fim se este não lhe desperte interesse algum.

## 1.6 LIMITES DA TEORIA MORAL HUMEANA

Podemos agora retornar para o problema formulado por Hume na obra *EPM*, a saber, qual a fundamentação das distinções morais. Para Hume, a resposta está na utilidade e são os sentimentos que motivam o ser humano a gostar do que é virtuoso e, conseqüentemente, útil, e desprezar o vício.

Um estudo de cunho empírico sobre o problema da fundamentação da moral, conforme apresentada por Hume, caracteriza-se pela investigação de uma soma de fatos e suas articulações. Desse modo, faz sentido entender a moral como um fenômeno. Ao descrever esse fenômeno, o que se está mirando, também, é a legitimidade intersubjetiva das normas que regulam o comportamento daqueles que nele estão inseridos. No entanto, uma descrição do fenômeno moral deve conter a validade fática

das normas, uma vez que elas são partes constitutivas desse fenômeno. Segundo Brito (2006, p.3), “[...] a mera constatação da vigência de certas normas é insuficiente para discernir se algumas delas são melhores ou mais legítimas do que outras”. Este é o ponto em que a descrição do fenômeno moral feita por Hume parece incompleta, posto que ele não consegue desenvolver uma base totalmente sólida para explicar como sentimentos podem ser a base de valores intersubjetivos<sup>8</sup>.

Valores, em Hume, não são e não podem ser deduzidos de fatos, quaisquer que sejam. Eles, na verdade, possuem como base sentimentos de aprovação e desaprovação, refletindo distinções com uma base passional. Os valores morais têm sua origem no gosto, ou seja, na preferência dos seres humanos e, portanto, no mundo empírico. Afinal, o fundamento da distinção moral, aquilo que motiva os homens a abraçar a virtude e repudiar o vício, tem de ser identificado pelo sentimento do agradável, que dirige nossa aprovação para o que nos é útil. Desse modo, virtudes e vícios não são questões de fato, mas distinções feitas com base em sentimentos, possuindo, portanto, um forte aspecto subjetivo. O problema é que, nesse sentido, o que decorre é um aparente relativismo com relação as distinções morais, o que de fato não parece ocorrer no mundo, uma vez que os juízos morais expressos pelas pessoas possuem uma pretensão de validade intersubjetiva, não sendo uma mera expressão interna do sujeito.

Embora Hume exponha uma filosofia que está embasada numa correta interdição de qualquer tentativa de dedução de valores mediante a preferência fática dos seres humanos, ele não consegue estabelecer uma explicação clara para a pretensão de validade intersubjetiva contida nos juízos morais. Falta, aqui, uma explicação mais

---

<sup>8</sup> O problema da validade dos juízos morais foi desenvolvido por Brito, a partir de Tugendhat e Hume, sendo que era a questão central do projeto de pesquisa no qual me inseri como estudante, e cujo título era “Entre sentimentos e razões: Investigação sobre os fundamentos da moral” (cf. [www.adriano debrito.com.br](http://www.adriano debrito.com.br), consultado em 3 de abril de 2010). Alguns resultados relevantes para o presente trabalho foram publicados nos seguintes textos: “Hume e o universalismo na moral” (BRITO, 2008) publicado na revista *Etic@* (Florianópolis, v. 7, nº2, PP. 126-136) e “Da validade de juízos morais: uma abordagem empirista.” (BRITO, 2005. Belo Horizonte: UFMG. PP. 171,185.) Foi sobre a base da questão levantada nesses escritos que avancei para a solução que proponho nesse trabalho, para cujo fundamento coloco o elemento da qualidade natural da simpatia presente nos homens e nos outros animais de vida social complexa.

precisa do que torna um sistema social um sistema moral, a saber, o que faz com que em sua base não estejam meras preferências individuais, mas algo que tenha força necessária para regular o comportamento, possuindo uma legítima autoridade com relação às vontades individuais dos envolvidos. Em suma, é preciso uma explicação para o fato dos juízos morais terem essa validade intersubjetiva, de modo a entender como é possível que esses juízos possuam a força de constrangimento mútuo que, em verdade, têm.

Uma vez que há uma pretensão de explicar o fenômeno moral sem que se recorra a qualquer elemento transcendente, então ele deve ser explicado a partir do processo evolutivo e ser compatível com a idéia de vantagem evolutiva, levando essa abordagem ao seu limite e realizando uma descrição mais completa desse fenômeno. O desafio de uma naturalização da moral está exatamente em explicar como sentimentos podem ser reguladores da ação sem que se caia num relativismo moral.

Adiante, aqui, que uma possível resposta está no próprio pensamento de Hume, mais precisamente, no conceito de simpatia. Rever este conceito a partir de uma leitura que tenha como base o evolucionismo reforçará a idéia de que ela constitui uma qualidade natural não só dos seres humanos, mas, também, de outros animais sociais, o que deverá apontar um caminho para uma explicação naturalizada do fenômeno moral que dê conta de elucidar como sentimentos morais podem conter, em si, uma pretensão de validade intersubjetiva e, conseqüentemente, evitar que se caia num relativismo moral. Para tanto, é necessário entender, primeiro, o que constitui a teoria da evolução conforme foi proposta por Darwin e como sentimentos são expressos e reconhecidos, ou seja, se os movimentos que os expressam são oriundos de instintos naturais ou de convenções culturais. Este último ponto é fundamental para entender se o fenômeno moral possui, ou não, uma origem natural, pois, se o modo como sentimentos são expressos é natural e instintivo, é bastante plausível pensar que os sentimentos que estão na base dessas expressões também o sejam e, uma vez que é com base em determinados sentimentos que se realizam as distinções morais, estas também deverão ter sua origem na natureza. Sobre o tema da evolução e da expressão me dedico no próximo capítulo.

## **2 TEORIAS EVOLUCIONISTAS – DE DARWIN À PSICOLOGIA COGNITIVA**

Darwin publicou a obra *A Origem das Espécies*, em 1859, onde expôs sua teoria sobre o desenvolvimento e evolução das espécies mediante o que ele denominou de processo de seleção natural. Desde então, biólogos e evolucionistas em geral, toda vez que se pretende fornecer uma explicação naturalizada para certo fenômeno, buscam compatibilizar seu pensamento com as idéias propostas por Darwin e, em contrapartida, acabam por reforçar os alicerces do evolucionismo. Este caminho parece ser correto, uma vez que repetidos sucessos em pesquisas no campo da biologia, etologia, neurociência e psicologia cognitiva apontam que muitas das características comportamentais ainda presentes hoje no homem e em outras espécies de animais são resultados de pressões seletivas específicas ocorridas durante o processo evolutivo. Nesse sentido, todas as características fisiológicas e, no mínimo, alguns importantes princípios que influenciam o comportamento das espécies animais existentes devem ser vistas como resultantes de uma pressão seletiva que foi exercida devido a sua função de sobrevivência específica.

A etologia, que pode ser entendida como a “biologia comportamental”, é, dentre as diversas áreas das ciências naturais, uma das que mais dependem do enfoque

selecionista. Darwin, na obra *A expressão das emoções no homem e nos animais*, elabora uma teoria que pesquisas atuais vêm corroborando, a saber, que padrões comportamentais constituem características bastante conservadas nas espécies, tanto quanto a arcada dentária, formação óssea ou qualquer outra estrutura fisiológica. Do mesmo modo que ocorre com características fisiológicas, semelhanças entre características comportamentais hereditárias podem unir membros de uma espécie, de um gênero ou, inclusive, de unidades taxonômicas maiores. Muitas destas características comportamentais, encontradas atualmente nas mais variadas espécies animais, mesmo já tendo exercido sua função ao longo da evolução de determinada espécie, ainda se encontram presentes do mesmo modo que outros órgãos, ou seja, tornaram-se vestigiais. Também pode ocorrer de determinada característica perder sua função original, mas adquirir outra, de modo semelhante ao que aconteceu com a primeira fenda branquial, que se transformou no meato acústico nos animais que abandonaram a vida aquática para viverem na terra.

Um ponto relevante levantado por Darwin é o de que um processo semelhante ocorreu na evolução dos padrões motores. Por exemplo, um movimento expressivo com função comunicativa, como o ato de rosnar, teve seu desenvolvimento a partir do padrão motor da mordida. É interessante notar que essa é uma característica expressiva que, nos seres humanos, praticamente desapareceu enquanto forma de agressão.

Colocar que as características comportamentais evoluíram de modo semelhante aos demais órgãos do corpo implica em dizer que ambas possuem o mesmo tipo de transmissão hereditária. Em suma, significa que as características comportamentais de determinada espécie são adaptações ao meio em que ela se desenvolveu, do mesmo modo que suas características fisiológicas, ou seja, por meio de informações acumuladas pela espécie, mediante o princípio de seleção e mutação, ao longo de sua evolução. Esse processo abarca não somente formas rígidas de comportamento, mas também os mecanismos de modificação adaptativa, dentre os quais se inclui a concepção de aprendizado. Por esses motivos, penso ser necessário compreender quais são as bases das expressões, uma vez que é mediante elas que os mais variados

sentimentos são externados, constituindo uma importante forma de comunicação. Antes disso, no entanto, é necessário compreender o que Darwin quer dizer com seleção natural, isto é, como funciona e quais as principais características desse processo.

## 2.1 DA ORIGEM DAS ESPÉCIES

A tese central apresentada por Charles Darwin na obra *A Origem das Espécies* é a de que elas não tiveram uma origem independente umas das outras, sendo que todas derivaram de outras espécies. Ele chega a esta conclusão mediante a observação de afinidades mútuas existentes entre os seres organizados, bem como, das relações embriológicas, distribuição geográfica, sucessão geológica e outros fatos semelhantes que exerceram alguma influência em seu desenvolvimento.

Durante muito tempo, naturalistas pensaram ser as condições exteriores, como, por exemplo, grandes mudanças climáticas, as únicas causas possíveis para explicar a variação das espécies. Embora causas exteriores tenham exercido e, até hoje, exerçam influência no seu desenvolvimento, não se pode creditar exclusivamente a isso a causa de sua variação. Por exemplo, conforme coloca Darwin, é bastante improvável que apenas condições externas tenham moldado o corpo do picanço (*Lanius senator*), cujas patas, cauda, bico e língua estão perfeitamente adaptados para que ele consiga agarrar insetos que se encontram em baixo das cascas das árvores. Uma vez que não é apenas devido às condições exteriores que ocorrem a variação e o desenvolvimento das espécies, o ponto em questão é o de esclarecer quais fatores influenciam sua modificação e co-adaptação. Dentre os diversos estudos realizados por Darwin, é interessante notar que, pela análise de plantas e animais domésticos, ele percebeu, mediante a observação dessa seleção artificial feita pelo homem, que ocorrem por meio desse processo, pequenas e sucessivas variações, o que mostra como é viável pensar que

transformações hereditárias possam ocorrer mediante algum tipo de seleção. É possível constatar, também, que ocorre diariamente, em meio à natureza, uma constante luta pela sobrevivência. De fato, em grande parte das espécies, nascem muito mais seres do que os que conseguem sobreviver e qualquer modificação que apresente uma vantagem, mesmo que mínima, pode ser decisiva para definir quais irão ou não sobreviver.

Como nascem muito mais indivíduos de cada espécie e que não conseguem subsistir; como, por conseqüência, a luta pela sobrevivência se renova a cada instante, segue-se que todo o ser que varia, ainda que pouco, de maneira a tornar-se-lhe aproveitável tal variação, tem maior probabilidade de sobreviver, este ser torna-se também objeto de seleção natural. Em virtude do princípio poderoso da hereditariedade, toda variedade, agente de seleção, tenderá a propagar sua nova forma modificada (DARWIN, 2004, p. 19-20).

Darwin, portanto, defende que as espécies são mutáveis, sendo que todas elas pertencentes ao mesmo gênero podem derivar, de modo direto, de outra espécie distinta. Do mesmo modo, as variedades encontradas nas espécies, quaisquer que sejam, também podem derivar diretamente delas mesmas e, ainda que outros fatores possam ter exercido sua influência, é a seleção natural o processo por trás dessas modificações.

### **2.1.1 Da Seleção Natural**

Darwin coloca que, desde simples diferenças individuais percebidas nos diferentes tipos de criações domésticas de animais até as apresentadas por animais na natureza, há uma forte força de ação das tendências hereditárias. O ser humano não



possui o poder de impedir ou produzir essas transformações. Mesmo assim, pode-se perceber que ele acaba, de modo não intencional, expondo os seres vivos a novas condições e às transformações resultantes disso. Segundo Darwin, este mesmo tipo de transformação ocorre no estado selvagem, só que ao invés da ação do ser humano, o que ocorre é a ação da natureza, lembrando, ainda, da complexidade que existe entre todos os seres orgânicos, seja entre si, seja com relação às condições de vida do lugar onde vivem.

Devido a conformidades de formação infinitamente variadas e às diferentes condições de vida, cada um dos indivíduos das mais variadas espécies podem vir a desenvolver algum tipo de vantagem adaptativa sobre os demais habitantes do local, tanto com relação aos membros de sua espécie como com relação ao de outras. Dada essa vantagem, esses indivíduos terão maior probabilidade de serem bem sucedidos em sobreviver, tendendo a passar essa vantagem para seus semelhantes, até que ela se transforme em algo característico da espécie.

Dei o nome de *seleção natural* ou de *persistência do mais capaz* à preservação das diferenças e das variações individuais favoráveis e à eliminação das variações nocivas. As variações insignificantes, isto é, as que não são nem úteis nem nocivas ao indivíduo, não seriam prejudicadas pela seleção natural e seriam deixadas no estado de elementos variáveis [...] e terminariam por tornar-se fixas, graças à natureza do organismo e às condições de vida (DARWIN, 2004, p. 94).

É importante ressaltar que Darwin entende *natureza* como o resultado complexo e a ação combinada de um número grande de leis naturais, sendo que elas constituem nada mais do que uma cadeia de acontecimentos que se toma como aceitos.

A variabilidade, estando inclusos nesse termo as diferenças individuais dos membros de determinada espécie, está relacionada com as suas condições de vida. A seleção natural ocorre quando há uma mudança nessas condições, posto que oferece uma maior probabilidade para o desenvolvimento de variações vantajosas, o que é fundamental para que ocorra este processo específico de seleção. Uma vez que todos os membros de uma mesma espécie, muitas vezes, lutam entre si com armas praticamente idênticas, e utilizam essas mesmas armas contra outras espécies na luta pela sobrevivência, basta que ocorra uma pequena modificação nos hábitos ou na conformação de uma espécie, ou mesmo de alguns indivíduos, para que se adquira uma vantagem nessa luta sobre os demais. Modificações idênticas podem, ainda, aumentar essa superioridade, desde que essas espécies permaneçam nas mesmas condições de vida, tendo os mesmos recursos para sua defesa e alimentação. Do mesmo modo, quando as condições de vida de um local são alteradas pela invasão de espécies estrangeiras, a tendência é que muitos dos habitantes locais pereçam devido ao aumento da competitividade por território e alimento, permanecendo, dentre as espécies locais, apenas aquelas que dispõem de alguma vantagem no combate contra essa nova espécie invasora.

Pode-se dizer, metaforicamente, que a seleção natural procura, a cada instante e em todo o mundo, as variações mais sutis; repele as que são nocivas, conserva e acumula as que são úteis; trabalha em silêncio, insensivelmente, por toda a parte e sempre, desde que se apresente a ocasião para melhorar os seres organizados relativamente às suas condições de vida orgânicas e inorgânicas (DARWIN, 2004, p. 97).

O processo de seleção natural atua, segundo Darwin, sobre todos os órgãos exteriores e interiores, desde a menor variedade de organização até a mais complexa e sobre todo e qualquer mecanismo vital. A aparência e o apelo sexual de cada espécie também são suscetíveis a esse processo de seleção, desde que esses atributos, de alguma forma, apresentem uma vantagem na luta pela sobrevivência. Sobre o processo de

seleção natural, diz Darwin (2004, p. 96) que ele “[...] dá pleno desempenho aos caracteres que escolhe, o que implica o fato único de sua seleção”. É importante dizer que, na natureza, a mínima diferença na constituição fisiológica ou na conformação dos órgãos pode ser o suficiente para garantir a sobrevivência ou a extinção de uma espécie. É necessário, agora, compreender outros aspectos que influenciam no processo de seleção natural, como, por exemplo, o quanto o hábito influencia na transmissão de características hereditárias.

### **2.1.2 Da influência do hábito<sup>9</sup> nas transmissões de características hereditárias**

Darwin diz que a mudança de hábitos pode exercer uma influência na transmissão de características hereditárias, citando como exemplo, o período em que certas plantas, quando transportadas para climas diferentes, florescem. No caso dos animais, diz ele, essa influência é ainda mais considerável. Um exemplo que elucida a relação entre hábito e hereditariedade é o do considerável tamanho das mamas de cabras e vacas, transmitido por hereditariedade, em lugares onde se tem, por costume, ordenhar esses animais, comparado com lugares onde essa prática não ocorre.

Tratarei mais brevemente do assunto aqui, pois voltarei a ele, de modo mais detalhado, quando irei explicar os três princípios da expressão formulados por Darwin, mais adiante nesse capítulo. Aqui, focarei no que Darwin denomina transformação por correlação, que é quando importantes alterações ocorridas, por exemplo, no embrião,

---

<sup>9</sup>*Hábito*, quando usado dentro do contexto da biologia, refere-se às ações instintivas de animais e às tendências naturais das plantas. Dentro da zoologia, este termo se refere a específicas características comportamentais, mesmo que diretamente relacionadas com a fisiologia de determinado animal. No estudo da botânica, *hábito* é o termo normalmente utilizado para descrever a aparência geral, a forma de crescimento e a arquitetura da planta. É importante ter isso em mente, para que não ocorra confusão com a análise do *hábito* feita por Hume e apresentada anteriormente, no primeiro capítulo.

acarretam em alterações análogas no animal adulto. Um caso interessante é o de plantas que são nocivas a carneiros e porcos de cor branca, mas não oferecem mal algum nos que possuem outro tipo de coloração.

Em casos em que determinada característica se reproduz inúmeras vezes, ocorrendo tanto num indivíduo quanto em seu progenitor, é mais difícil de definir se ela é advinda de algo que atuou sobre eles ou não. No entanto, quando, entre diversos indivíduos que foram expostos as mesmas condições, alguma característica oriunda de algum concurso extraordinário de acontecimentos aparece em apenas um indivíduo em meio a tantos outros que não são afetados e esta característica aparece em seu descendente, é muito provável que ela tenha sido transmitida de modo hereditário.

Segundo Darwin (2004, p.28), “[...] o número e a diversidade dos desvios de conformação transmissíveis por hereditariedade, quer sejam insignificantes, quer tenham uma considerável importância fisiológica, são quase infinitos”. Uma vez que mesmo variações raras podem ser transmitidas às gerações seguintes de modo hereditário, é bastante plausível que as mais comuns também o sejam. De fato, Darwin (2004, p.29) estabelece duas regras gerais para as transmissões hereditárias; a de que “[...] todo caráter, qualquer que seja, se transmite por hereditariedade e que a não-transmissão torna-se exceção”, e que “[...] em qualquer período da vida que uma particularidade apareça de início, tenda a reaparecer nos descendentes numa idade correspondente, algumas vezes mesmo um pouco mais cedo”. Não é a toa que muitas características hereditárias presentes em machos são transmitidas apenas para machos, ou das que ocorrem exclusivamente em fêmeas apareçam apenas nas descendentes do sexo feminino.

### 2.1.3 Da influência dos hábitos alimentares na Seleção Natural

A dieta alimentar das espécies exerce uma forte influência no processo de seleção natural. Indivíduos que possuam alguma vantagem para a captura de seu alimento terão mais chances de sobreviver, tendendo a passar essas características para seus descendentes. Os lobos, por exemplo, caçam diferentes animais com características bastante variadas para se alimentarem.

Darwin supõe um cenário onde o gamo (*Dama dama*), o animal mais rápido do qual o lobo se alimenta, tenha aumentado sua população em determinada região, ou que os animais que normalmente se alimentam dele tenham tido sua população diminuída exatamente na época em que os lobos estão com maior escassez de opções para se alimentarem. Nesse caso, os lobos mais ágeis e velozes teriam maior probabilidade de sobreviver com relação aos mais fortes, porém mais lentos, e tenderiam a sobreviver desde que tivessem força suficiente para dominar suas presas, tanto nesse período quanto em outros em que seriam obrigados a caçar animais maiores. Darwin (2004) ainda menciona o relato do Sr. Pierce, que percebeu que havia duas variedades de lobos nas montanhas de *Catskill*<sup>10</sup>, sendo a que se alimentava principalmente de gamos mais esguia e ágil do que a que normalmente atacava rebanhos bovinos, que era mais pesada e possuía pernas mais curtas. Com relação a esse exemplo, é importante mencionar que não se está falando de uma variação acentuada que se perpetue, mas apenas com relação aos lobos mais rápidos analisados individualmente.

O mesmo parece ocorrer quando, numa determinada espécie de ave que tenha sua alimentação facilitada por um bico curvo, nasça um indivíduo que tenha um bico ainda mais curvo e que obtenha, devido a isso, uma maior vantagem e facilidade para se alimentar. A princípio, parece pouco provável que um único indivíduo possa passar adiante essa variação a ponto de sobrepujar a característica do bico até então padrão na

---

<sup>10</sup> Cadeia de montanhas do estado de Nova York, nos Estados Unidos da América.

espécie. No entanto, este tipo de variação, que não é uma simples diferença individual, sendo algo perfeitamente pronunciado, ocorreu devido a uma forte tendência interna a desenvolvê-la. Mesmo que essa única ave não passe diretamente essa característica para a geração seguinte, desde que as condições ambientes permaneçam as mesmas, haverá, em seus descendentes, uma tendência ainda mais forte a apresentar esse tipo de variação, até que ela sobrepuje o antigo padrão, tornando-se a nova norma na espécie. Contudo, quanto mais acirrada for a luta pela sobrevivência, mais rapidamente a variação se transformará em regra, em virtude da sobrevivência do mais apto.

[...] toda variedade de formação nova seria normalmente local no princípio; o que parece, aliás, ser a norma para as variedades em estado natural, de tal modo que os indivíduos modificados de maneira semelhante devem logo formar um pequeno grupo e tender a reproduzir-se facilmente. Se a nova variedade obtiver êxito, na luta pela sobrevivência, propaga-se lentamente em torno de um sítio central, competindo com os indivíduos que não tenham sofrido alteração alguma e conquistando-os, ampliando sem cessar o círculo de sua atividade (DARWIN, 2004, p. 105).

Dessa forma, toda vez que ocorrer uma grande quantidade de variabilidade, incluindo aqui as diferenças individuais, isso se constituirá num terreno fértil para a ação da seleção natural. De acordo com Darwin (2004, p. 113), “a seleção natural não pode agir, ademais, sem que alguns descendentes herdem variações vantajosas”. Vale salientar que uma multiplicidade de indivíduos que, em determinado tempo, apresentarem uma maior probabilidade de variações vantajosas tenderá a suprir uma variabilidade menor possível de ser encontrada em cada indivíduo isoladamente, sendo este, segundo Darwin, um importante elemento para o êxito desse processo.

#### **2.1.4 Da influência do ambiente no processo de Seleção Natural**

Na natureza ocorre uma constante luta de todos os organismos vivos para se apossarem de qualquer território que seja fértil a sua procriação, o que faz com que aqueles que desenvolverem mecanismos que os auxiliem nessa luta, quaisquer que sejam, obterão maior vantagem sobre os demais e tenderão a sobreviver. O importante aqui é entender que o ambiente em que determinada espécie vive, embora não seja o único fator que influencia o processo de seleção natural, exerce sua influência.

Tome-se como exemplo, todos os indivíduos de certa espécie que habitarem uma região confinada, onde os recursos não sejam abundantes, desde que variem do mesmo modo, ainda que em intensidade diferente, poderão sobreviver. De outro modo, caso a região seja extensa, ela apresentará variadas e distintas condições de vida. As novas variações dessa espécie que se formaram nas diferentes regiões dessa área provavelmente irão se cruzar nos seus limites. Esse cruzamento irá prejudicar principalmente os animais que copulam a cada cruzamento, os que vagueiam por diferentes regiões e os que não se multiplicam de maneira rápida, como, por exemplo, as aves. Nesses animais, as variedades ficam confinadas em áreas isoladas umas das outras. Por outro lado, no caso, por exemplo, dos hermafroditas que cruzam apenas casualmente ou nos animais que copulam para cada fecundação, mas que, no entanto, geram grande quantidade de descendentes, uma nova variedade da espécie poderá surgir de maneira mais rápida em determinado lugar, espalhando-se e sustentando-se de tal modo que os membros da espécie que possuem essa variação cruzem especialmente entre si.

No entanto, as espécies cujos cruzamentos são realizados em grandes intervalos de tempo e que não se multiplicam de maneira rápida tendem a gerar descendentes mais vigorosos e mais fecundos apresentando, por consequência disto, maiores chances de sobreviver e propagar a espécie. Segundo Darwin (2004, p. 114), “o

cruzamento representa importante papel na natureza; graças a ele, os tipos permanecem puros e uniformes na mesma espécie ou na mesma variedade”. Desse modo, a relação entre o habitat da espécie e o modo como o cruzamento é realizado possui um importante papel na seleção natural, posto que, devido a ele, os tipos tendem a permanecer uniformes na mesma espécie ou em sua variação.

O isolamento também representa um elemento importante dentro do processo de modificação das espécies por meio da seleção natural. Em uma determinada região pouco extensa e isolada as condições de vida são geralmente uniformes. Isso influenciará no processo de seleção natural, de modo que todos os membros variáveis da mesma espécie tenderão a se modificar do mesmo modo.

O isolamento apresenta um papel muito importante depois de uma alteração física das condições de vida, como, por exemplo, modificações de clima, abalos sísmicos etc., porque impede a emigração de organismos mais bem adaptados a estas novas condições de vida; encontrando-se assim, na economia natural da região, novos lugares vagos que serão preenchidos, por este motivo, por modificações dos antigos habitantes (DARWIN, 2004, p.115).

Em verdade, o isolamento de uma área pode fornecer as condições necessárias para que uma nova variedade de determinada espécie tenha tempo necessário para se desenvolver, ainda que de forma lenta, constituindo um fator muito importante para a sua sobrevivência. Por outro lado, caso essa área seja muito pequena ou possua recursos escassos, a quantidade de habitantes do local também será reduzida, o que retarda o processo de seleção natural, uma vez que acabam por diminuir as probabilidades de surgirem variações úteis. Para Darwin, a duração do tempo somente é importante, pois quanto maior for, maiores serão as probabilidades de surgirem variações adaptativas vantajosas, permitindo que elas se acumulem a ponto de se tornarem o padrão da espécie.



O isolamento, conforme foi dito, exerce influência importante sobre o processo de seleção natural, mas, no entanto, Darwin coloca que uma vasta região aberta ainda é um terreno mais favorável para a ação da seleção natural, mesmo com relação a espécies que necessitam de um maior período de tempo para se desenvolverem e se perpetuarem. Um vasto território aberto apresenta uma maior variedade de espécies que o habitam, além de relações muito mais complexas entre todos os diferentes organismos vivos que habitam o local. Dado a isso, aumentam as probabilidades de surgirem variações adaptativas vantajosas em determinadas espécies, acelerando o processo.

[...] embora as pequenas regiões isoladas sejam, sob qualquer ponto de vista, bastante favoráveis a produção de novas espécies, as grandes regiões devem, todavia, favorecer as modificações mais rápidas e, além disso, o que é mais importante, as novas formas produzidas nas grandes regiões, tendo já sobrepujado numerosos concorrentes, são as que tomam a extensão mais rápida e que produzem um maior número de variedades e espécies novas. São essas que exercem o papel mais importante na história incessantemente variável do mundo organizado. (DARWIN, 2004, p. 116).

Conforme foi visto, diversos são os elementos que estabelecem as condições para o surgimento de variações nas espécies e seu conseqüente desenvolvimento e fixação, o que acaba por gerar diferenças cada vez mais acentuadas, a ponto de se constituir uma nova espécie.

Em específico para as espécies de animais terrestres, um cenário interessante colocado por Darwin (2004) é o de um extenso continente que sofreu grandes transformações sísmicas, tornando-se um terreno fértil para o surgimento de novas espécies com capacidade de se desenvolverem por um longo período de tempo e ocuparem um vasto território. Enquanto essa região permaneceu junto ao continente, houve uma grande variedade de espécies, todas bastante numerosas, o que acarreta uma intensa luta pela sobrevivência. No momento em que essa área, dado aos seus desníveis,

se separa do continente, transformando-se em numerosas ilhas, provavelmente muitos indivíduos de uma mesma espécie acabaram por habitar uma ilha, enquanto os de outra espécie habitava outra ilha, assim por diante. Como resultado dessa transformação geográfica, acabaram-se os cruzamentos entre indivíduos com distintas variedades assim que elas se tornaram o padrão em determinada ilha. As emigrações territoriais, devido aos obstáculos naturais, também cessaram, de modo que os habitantes modificados acabaram por dominar todo o seu território. Com o passar do tempo, as variedades que viviam em cada ilha acabaram por se modificar e aperfeiçoar, adaptando-se do melhor modo possível as suas condições de vida.

No entanto, devido a novos abalos sísmicos, as ilhas voltaram a se unir ao continente, colocando todas essas, agora distintas espécies, em confronto no mesmo território, dando início a uma nova luta acirrada pela sobrevivência. A tendência é que as espécies que estavam melhor adaptadas, não importando por qual característica, a essa nova realidade sobrepujassem as demais, podendo levá-las à extinção. Essa nova mudança nas condições de vida gerou um terreno fértil para que a seleção natural ocorra. Um ponto fundamental aqui, no entanto, não é apenas entender como as espécies variam, mas perceber que, se há algo que é comum a todas elas, mesmo nas evolutivamente distantes, então está característica provavelmente deve ter se constituído antes de sua separação.

### **2.1.5 Seleção Natural e sociabilidade**

Para que as transformações ocorram numa espécie, é necessário que, uma vez constituída uma variação, ela apareça novamente dentro de um longo período de tempo, possivelmente como diferenças individuais que ofereçam alguma vantagem, sendo necessário que elas se conservem e renovem constantemente. Darwin ressalta um ponto

importante ao colocar que, muitas vezes, conformações e caracteres normalmente considerados como de importância secundária podem ser objeto da seleção natural e oferecer algum tipo de vantagem para a espécie. Por exemplo, tem-se a coloração das penas das aves, um elemento estético que as auxilia na camuflagem para caçar e se esconder, bem como, em algumas delas, serve de atrativo para atrair um par para o acasalamento.

O mesmo pode ser percebido com relação aos animais de comportamento social, como, por exemplo, seres humanos, alguns dos grandes primatas e lobos. Um membro de um grupo social, como um lobo que faça parte de uma alcateia, pode ser o mais rápido e forte, mas se não conseguir se relacionar com os demais membros do grupo, tenderá a ser excluído dele, ficando sozinho e tendo, como consequência, maiores dificuldades para sobreviver.

A variação da seleção natural denominada por Darwin como seleção sexual pode exercer alguma influência nessas relações. Quando os hábitos gerais de machos e fêmeas convergem para um ponto comum, diferindo apenas com relação a características estéticas, como a coloração das penas no caso das aves, essas distinções são resultados quase que exclusivos do processo de seleção sexual. Sendo menos rigorosa que a seleção natural, ela tem como característica distintiva o fato de não influenciar de maneira direta a luta pela sobrevivência com outras espécies ou contra determinadas condições ambientais, mas no embate entre membros de uma mesma espécie para assegurar a posse do sexo oposto. De acordo com Darwin (2004, p. 100-1), “é então possível que a seleção natural modifique os dois sexos em relação aos diferentes hábitos da existência, como algumas vezes sucede, ou que um sexo se modifique relativamente ao outro sexo, o que acontece freqüentemente”. Não há dúvida que, dentre esses animais, o processo de seleção natural e de seleção sexual atuou preservando os indivíduos que possuíam maior sociabilidade e tinham características que favoreciam o convívio social, uma vez que o sucesso da caça e da proteção dependem diretamente dessa convivência.

A seleção natural pode modificar a conformação do filho em relação aos pais e a dos pais relativamente aos filhos. Entre os animais que vivem em sociedade, transforma a conformação de cada indivíduo de tal modo que possa tornar-se útil à comunidade, com a condição, todavia, de a comunidade tirar proveito da alteração (DARWIN, 2004, p. 99).

Uma vez que o processo de seleção natural acaba sempre por selecionar características que contribuam para a sobrevivência da espécie, dentre os animais sociais, é bastante provável que, com o passar do tempo, foram sendo preservadas as características fisiológicas e comportamentais que contribuíram para essa socialização. Isso ficará mais evidente quando me dedicar à explicação do modo e da importância que as características expressivas têm para a comunicação e sociabilidade, bem como da influência que os sentimentos possuem no comportamento dos animais sociais. Sobre as expressões, tratarei a seguir nesse mesmo capítulo, enquanto que a análise mais detalhada dos sentimentos ficará para o último capítulo.

## 2.2 DO ESTUDO DAS EXPRESSÕES

Antes de Darwin se debruçar sobre o estudo dos movimentos expressivos, Charles Bell, fisiologista inglês, em sua obra *Anatomy and Philosophy of Expression*<sup>11</sup>, sedimentou as bases dos estudos que relacionam expressões com sentimentos. Segundo Darwin (2000), sua principal contribuição foi a de apresentar a relação bastante próxima existente entre movimentos expressivos e respiratórios. A obra de Bell, no entanto, apresenta limitações, uma vez que ele, em seu estudo, não investiga a relação entre expressões faciais e sentimentos, algo que Darwin e pesquisadores contemporâneos

---

<sup>11</sup> *Anatomia e Filosofia da Expressão* (tradução de Leon de Souza Lobo Garcia).

farão com maior habilidade e profundidade. Mesmo assim, foi a partir dos estudos de Bell que foi possível para a ciência e a filosofia começar a estabelecer relações entre o fisiológico e fenômenos comportamentais, como, por exemplo, a moral.

Guillaume Duchenne, na obra *Mécanisme de la physionomie humaine*<sup>12</sup>, é citado por Darwin (2000) como um importante contribuidor para seu estudo das expressões. Sua principal contribuição está em seu cuidadoso estudo das contrações musculares isoladas e dos sulcos que estas produzem na pele. Isto é importante, pois ajuda a perceber quais músculos estão, em maior ou menor medida, sujeitos a ações voluntárias, auxiliando a compreender se os movimentos faciais feitos ao se exprimir um sentimento são resultados de um esforço consciente e voluntário ou não.

Darwin (2000) menciona a obra *Principles of Psychology*<sup>13</sup>, de Herbert Spencer, como um dos primeiros autores a estabelecer relações entre sentimentos e expressões. Segundo Spencer, sentimentos negativos como o medo normalmente são manifestados por uma tensão generalizada do sistema muscular. A expressão do medo, por exemplo, caracteriza-se por gritos e um aumento da frequência cardíaca, que pode levar a um suadouro e ao enrubescimento da pele. Do mesmo modo, ações acompanhadas de grande adrenalina e estresse, como o ato de caçar uma presa, também apresentam este tipo de tensão, expressa mediante rosnados, protrusão de garras e dilatação dos olhos e narinas. Spencer ainda acrescenta que sentimentos intensos tendem a serem expressos como ações corporais, sendo que uma sobrecarga do sistema nervoso se manifesta primeiramente pelas vias mais habituais e, somente depois, por vias menos habituais, sempre que as primeiras não forem suficientes. Sobre isso, falarei detalhadamente mais adiante neste capítulo, quando irei mostrar até onde mudanças específicas dos traços e gestos são expressões de determinados sentimentos.

---

<sup>12</sup> *Mecanismo da fisiologia humana* (tradução de Leon de Souza Lobo Garcia).

<sup>13</sup> *Princípios de Psicologia* (tradução de Leon de Souza Lobo Garcia).

A grande diferença de Darwin para a maioria dos seus antecessores e contemporâneos, é que eles entendiam que o homem e os outros animais eram criações independentes entre si. No entanto, sabe-se, por exemplo, que o homem possui os mesmos músculos faciais que os macacos antropóides. Embora pareça bastante óbvio, este fato reforça a idéia de que esses músculos não serviam exclusivamente para exprimir sentimentos, uma vez que há diferenças no modo como diferentes espécies os expressam. Na verdade, quase todos os músculos faciais, conforme Darwin, possuem alguma função distinta da expressão de sentimentos. Isso, no entanto, não nega ou subjuga sua capacidade expressiva. Aliás, a habilidade de expressar sentimentos pode ser observada nas mais diferentes espécies animais. Darwin (2000, p. 20) afirma que “[...] mesmo o homem não consegue exprimir com sinais externos amor e humildade tão claramente quanto um cachorro, quando, com orelhas caídas, boca aberta, corpo torcido e cauda abanando, encontra o amado dono”. Este comportamento, para o autor, caracteriza-se como um instinto necessário tanto quanto o brilho nos olhos e o sorriso no rosto de dois amigos que se encontram.

### **2.2.1 Definição do problema e método de investigação**

Um dos objetivos de Darwin na obra *A expressão das emoções no homem e nos animais* é entender até quando mudanças específicas em certos gestos e traços realmente são expressões de determinados sentimentos. Seis pontos são considerados pelo autor como os mais úteis para estabelecer essa distinção. O primeiro diz respeito à observação de crianças, uma vez que elas exprimem sentimentos numa intensidade muito maior que os adultos. O segundo ponto faz referência ao estudo de pessoas com algum tipo de deficiência mental, posto que exprimem sentimentos de maneira intensa e descontrolada.

A terceira forma de estudo consiste em apresentar fotografias para pessoas de diferentes idades e de ambos os sexos. Nesse ponto, é importante relatar que, segundo Darwin, grande parte das expressões, embora descritas de diferentes formas, foram imediatamente reconhecidas por quase todos os observadores. Contudo, diferentes juízos foram efetuados a respeito de determinadas expressões, o que mostra o quão facilmente a imaginação pode levar ao erro. Em quarto lugar está o estudo de obras artísticas. Este estudo é considerado por Darwin como de pouca ajuda, pois, uma vez que, ao menos em sua época, a beleza era o principal objetivo de um artista, músculos faciais extremamente contraídos, por não terem grande valor estético, são raramente encontrados.

A quinta análise feita por Darwin, sobre a qual irei me dedicar com maior atenção, é a mais importante para estabelecer se o modo como os seres humanos exprimem seus sentimentos é algo inato e natural ou advindo de convenções culturais. Para isso, é preciso estabelecer com que frequência e constância os mesmos gestos e expressões são utilizados para expressarem determinados sentimentos nos mais diferentes modos de vida dos seres humanos. Perceba-se que, caso as expressões sejam fruto de convenções culturais, elas deverão diferir tanto quanto diferem as línguas. Caso contrário, se ocorrer uma similaridade no modo como sentimentos são expressos, este fato irá constituir num forte argumento para a idéia de que sentimentos são expressos de forma instintiva.

Sempre que determinadas mudanças nas feições e no corpo exprimirem as mesmas emoções nas diferentes raças humanas, poderemos inferir, com grande probabilidade, que estas são verdadeiras, ou seja, que são inatas ou instintivas (DARWIN, 2000, p. 24).

O método utilizado por Darwin para abordar essa questão foi enviar um questionário com dezesseis perguntas e algumas observações de procedimento a diversos pesquisadores nos mais diferentes países do mundo. Foram obtidas trinta e seis respostas, sua maioria enviada por missionários e protetores da população nativa desses lugares. As respostas enviadas são resultado de cuidadosa observação das mais diferentes e peculiares culturas humanas, sendo que, em diversos casos, foram registradas as circunstâncias em que cada observação foi feita, o que torna os relatos muito mais confiáveis.

Do mesmo modo que expressamos sentimentos de maneira instintiva e inata, nosso reconhecimento dos mesmos antecede a qualquer julgamento ou reflexão da razão. Darwin coloca que nossa simpatia é facilmente despertada ao contemplarmos certas expressões, o que faz com que sejamos capazes de reconhecê-las, ainda que não saibamos descrevê-las em seus detalhes. Isso ocorre por que, no momento em que identificamos um sentimento, prontamente temos nossa atenção voltada para o prazer ou dor que este provoca e não nos sutis movimentos expressivos que manifestamos ao ter esse sentimento.

No entanto, no momento em que tais sentimentos são colocados como reguladores de comportamento, estando na base das distinções morais, a habilidade de expressá-los e reconhecê-los, sozinha, não é suficiente. Digo isso, pois mesmo que consigamos expressá-los e reconhecê-los, caso sejamos indiferentes aos mesmos, estes nada significarão para nós. A teoria moral de Hume, aqui, ajuda a explicar, mediante a análise da *simpatia*, como esses sentimentos, expressos e reconhecidos, refletem no outro. Este ponto é fundamental para entender como um sentimento pode ser a fonte das distinções morais, estando compatível com a teoria das expressões de Darwin. Tratarei esse assunto mais detalhadamente no último capítulo.



Concluí-se, a partir das informações assim adquiridas, que um mesmo estado de espírito exprime-se ao redor do mundo com impressionante uniformidade; e este feito é ele mesmo interessante como evidência da grande similaridade da estrutura corporal e da conformação mental de todas as raças humanas (DARWIN, 2000, p. 26-7).

O último ponto trabalhado por Darwin diz respeito ao estudo do modo como alguns animais comuns, como cães e gatos, expressam suas vontades e sentimentos. A importância dessa análise está em identificar como os sentimentos são expressos em diferentes espécies e o quanto influenciam no seu comportamento, além de prover uma base mais sólida para que seja possível identificar as causas e origens dos movimentos expressivos. Ainda, conforme Darwin, a imaginação tende a influenciar menos esse tipo de observação, uma vez que o ser humano expressa seus sentimentos de maneira bastante diferente de, por exemplo, cães e gatos.

Muitos são os elementos que tornam difícil o estudo das expressões. Desde o aspecto fugaz de muitos movimentos expressivos, da facilidade com que a simpatia sensibiliza o olhar sempre que certos sentimentos estão presentes, até a forma como a imaginação leva o homem a intuir determinados gestos e expressões mesmo antes delas ocorrerem. Devido a tudo isso, é, segundo Darwin, necessário um estudo detalhado para que se possa identificar com precisão as mudanças de que traços fisiológicos correspondem a determinado sentimento, embora essa análise seja feita intuitivamente no cotidiano da vida social.

Esse estudo é necessário para que se possa esclarecer o principal problema em questão, a saber, estabelecer se a capacidade de expressar e reconhecer sentimentos é inata e natural ou não. Perceba-se que, caso um mesmo princípio explicativo possa ser aplicado tanto ao modo como o homem, quanto como os outros animais, expressam seus sentimentos, então este será um bom argumento de que sentimentos são expressos de modo inato e natural, sendo resultado do processo evolutivo. Como espero mostrar

ao longo desse capítulo, embora os modos de expressão mudem, a capacidade de reconhecer certos sentimentos está presente nas mais variadas e evolutivamente distantes espécies animais. O próximo ponto a ser trabalhado para responder a esta questão está em identificar quais os princípios que regem os movimentos expressivos.

Segundo Darwin, expressão deve ser entendida como modificações ou movimentos em qualquer parte do corpo, como o balançar da cauda de um cão, o levantar de ombros de um homem ou a dilatação dos capilares da pele. Ele identifica, por meio de fatos observados em humanos e outros animais, três princípios como os responsáveis por grande parte das expressões encontradas nas mais diferentes espécies. Entender estes princípios expressivos é importante, pois ajuda a identificar qual a origem dos principais traços expressivos do ser humano e, desse modo, saber se sua origem está em convenções culturais ou é resultado de um processo de seleção natural.

### **2.2.2 Do princípio dos hábitos associados úteis**

O primeiro princípio é denominado por Darwin como *princípio dos hábitos associados úteis*, e faz referência aos movimentos expressivos que auxiliam na satisfação de alguma vontade ou que colaborem para o alívio de alguma sensação. Esses movimentos, por serem repetidos com grande frequência sempre que se está sentindo determinado sentimento, acabam por se tornarem habituais. Sua realização passa a ocorrer sempre que certo sentimento é vivenciado, mesmo que de maneira branda.

Algumas ações complexas têm utilidade direta ou indireta em certos estados de espírito para aliviar ou gratificar sensações, desejos, etc., e toda vez que o mesmo estado de espírito é induzido, mesmo que

pouco intenso, há uma tendência, pela força do hábito e associação, de os mesmos movimentos se repetirem, ainda que não tenham a menor utilidade (DARWIN, 2000, p. 36).

O fato de que movimentos complexos podem ser executados sem o menor esforço consciente da pessoa pode ser considerado como uma evidência da força que o hábito exerce sobre os movimentos expressivos. Fisiologistas colocam que quanto maior a frequência com que as fibras nervosas são excitadas, maior será sua força condutora, tanto com relação aos nervos motores, quanto com os neurais. Na verdade, para que os movimentos expressivos sejam naturais, é necessário que ocorram alterações nas células nervosas e nervos que habitualmente são utilizados na expressão de certos sentimentos.

Um importante exemplo apresentado por Darwin é o da mariposa-beija-flor (*Macroglossa*). Esse tipo de mariposa, assim que abandona o casulo, pode ser vista firmemente inserida nos pequenos orifícios de uma flor. Não há qualquer tipo de aprendizagem da mariposa para que consiga desempenhar uma tarefa que requer tamanha precisão. No entanto, mesmo uma tendência instintiva para a realização de determinada ação requer, muitas vezes e em diferentes graus, a força do hábito. Um cão jovem, muitas vezes, associa um comportamento de caça com situações nas quais esse comportamento não seria o ideal. Pelo hábito, as associações entre comportamento e os diferentes estímulos recebidos do ambiente vão se tornando mais harmônicos.

Uma característica importante presente no modo como sentimentos são expressos é o da associação. Muitos sentimentos são sentidos de modo simultâneo ou sequencial, misturando-se de tal modo que sempre que um deles surge, os outros prontamente são evocados. O importante aqui é entender que, da mesma forma que determinadas ações são facilmente associadas a outras, certos sentimentos também são facilmente associados a outros sentimentos. Isso significa que a expressão de um

sentimento numa pessoa pode exprimir, numa outra, não somente o sentimento específico que ela está sentindo, mas outros que normalmente estão associados a ele.

Outro ponto a ser considerado é o de que, sempre que se está muito afetado por algum sentimento, a capacidade de coordenação motora também fica alterada. Nesse caso, há outro princípio, que não o hábito, que parcialmente entra em ação, a saber, a sobrecarga não direcionada de força nervosa. Uma pessoa pode, ao ficar perplexa com algo, realizar o movimento de coçar a cabeça. Darwin atribui esse movimento ao hábito, pois, uma vez que se tem algum tipo de desconforto no corpo e, sendo a cabeça um local suscetível e importante, coçá-la traz uma sensação de alívio. Diante de um mesmo momento de perplexidade, outro movimento costumeiramente realizado é o de esfregar os olhos, um dos órgãos mais sensíveis do ser humano, como que se buscasse, a partir deles, algum tipo de alívio corporal. É interessante notar como, devido ao seu uso contínuo, os olhos são ativados por associação quando se sente as mais diferentes sensações. Por exemplo, ao concordar com alguém, tem-se a tendência de abrir os olhos e olhar diretamente nos olhos do interlocutor, enquanto que, quando se está tomado por sentimentos negativos, como medo e aflição, o ato de fechar os olhos com força e desviar o olhar é uma constante.

Pode-se dizer, portanto, que muitos movimentos associados foram adquiridos pela repetição. No entanto, muitas das características expressivas que aparecem associadas a certos sentimentos foram herdadas, sendo instintivos. Compreender melhor essa relação será o próximo passo abordado para que se possa esclarecer qual a origem das principais características expressivas encontradas no ser humano. Para isso, é necessário entender o que significa e como funciona o que Darwin chama de *ações reflexas*, posto que essa é um importante ponto para compreender como funcionam os movimentos expressivos.

### 2.2.2.1 Das ações reflexas

Ações reflexas são movimentos de determinados músculos e glândulas realizados a partir da estimulação de algum nervo periférico que transmite seu efeito para as células nervosas presentes em certa região. Isso pode ocorrer, embora não sempre, sem que haja qualquer consciência ou vontade da pessoa. É importante notar como muitas ações reflexas são altamente expressivas, sendo esse o motivo pelo qual penso ser interessante entender seu funcionamento.

As ações reflexas, estritamente falando, devem-se à estimulação de um nervo periférico, que transmite seu efeito a certas células nervosas, que por sua vez põem em ação determinados músculos e glândulas; e tudo isso pode ocorrer sem nenhuma sensação ou consciência de nossa parte, embora muitas vezes elas estejam presentes (DARWIN, 2000, p. 41).

Darwin atenta para o fato de muitas ações reflexas estarem próximas e, portanto, serem dificilmente diferenciadas de ações estabelecidas mediante o hábito. O espirro é um exemplo de uma ação reflexa, enquanto que a respiração é, parte reflexa, parte voluntária, embora seja desempenhada de modo mais eficiente quando não há interferência da vontade consciente. É interessante notar que, embora o ato de espirrar requeira um movimento coordenado de diversos músculos para que seja realizado, a primeira respiração de recém-nascidos é normalmente antecedida de um espirro.

A tosse também é considerada por Darwin como uma ação reflexa. No momento em que se toma consciência de que há alguma partícula irritando as narinas ou a traquéia, ocorrendo uma excitação das células nervosas sensitivas que desencadeiam o

espirro ou a tosse, pode-se tentar expelir voluntariamente essa partícula. No entanto, quando esse movimento é realizado como uma ação reflexa, ele ganha uma precisão, força e rapidez que não pode ser conseguido de outra forma. Possivelmente, isso ocorre porque as células nervosas sensitivas não se comunicam primeiramente com os hemisférios cerebrais para que as células nervosas motoras sejam estimuladas. A comunicação entre as células ocorre, no caso da ação reflexa, de modo direto e, aparentemente, mais eficaz.

Segundo Darwin (2000, p. 43), “o desejo consciente de executar uma ação reflexa algumas vezes freia ou interrompe a sua execução, ainda que os nervos sensitivos certos tenham sido estimulados”. Isso explica porque todos os seres humanos são capazes de exprimir sofrimento quando estão sentindo dor, ou alegria quando sentem algum tipo de prazer. No entanto, poucos conseguem exprimir sentimentos de modo convincente quando não os estão verdadeiramente sentindo, ou seja, quando estão atuando. Muitos dos movimentos expressivos do ser humano são realizados mediante ações reflexas independentes da vontade, sendo esse um importante ponto para a idéia de que as principais características expressivas presentes na raça humana e em outros animais são inatas.

Um exemplo interessante é o do susto, cuja intensidade é relativa à força da imaginação e às condições momentâneas e habituais do sistema nervoso. Um cavalo em repouso, ao ouvir algum barulho, tende a levantar a cabeça e dirigir seu olhar para a direção de onde escutou o ruído, apresentando certa dúvida sobre o perigo que aquele som representa. Por outro lado, um cavalo cujo sistema nervoso já esteja excitado por alguma razão, tenderá a saltar de modo tão forte e violento que o próprio animal não conseguiria fazer caso desejasse. Isso ocorre porque a comunicação entre as células nervosas sensitivas e as células nervosas motoras é tão rápida que não há tempo para questionar-se sobre o quão real é o perigo.

O mesmo parece ocorrer com bebês humanos. Darwin (2000) relata um fato interessante descrito por Müller na obra *Elements of Physiology*<sup>1415</sup>, que o ato de piscar os olhos sempre acontece na ocorrência de um susto repentino, motivado por um barulho e sendo transmitido pelos nervos auditivos. Entretanto, ele constatou que bebês com menos de quinze dias não possuem esta característica. Ao se assustar, o bebê realiza um movimento como que se tentasse segurar em algo para evitar uma queda. Quando seus filhos tinham 114 dias, Darwin realizou um experimento, balançando uma pequena caixa de papelão diante dos olhos da criança, que não piscou. No entanto, ao colocar alguns doces dentro da caixa e os chacoalhando de modo que fizessem barulho, o bebê se assustou e piscou violentamente. Obviamente os bebês não podem ter aprendido o movimento de fechar os olhos pela experiência ou imitação. Embora não se tenha como saber se esse comportamento foi, outrora, fruto de um ato de vontade ou não, atualmente ele parece constituir uma característica inata que se desenvolve e se aprimora com o passar do tempo.

[...] parece provável que algumas ações, de início executadas conscientemente, converteram-se pela força do hábito e da associação em ações reflexas, e foram tão firmemente fixadas e herdadas que são executadas mesmo quando não têm a menor utilidade, toda vez que as mesmas causas, que originalmente as provocaram em nós por meio da vontade, reaparecerem. Nesses casos, as células nervosas sensitivas excitam as células motoras sem comunicar-se com aquelas células das quais dependem nossa consciência e volição (DARWIN, 2000, p. 45).

Não há como precisar, caso tenha sido este o caso, de quando estas ações deixaram de ser executadas apenas como ato de vontade e se tornassem inatos, transformando-se em ações reflexas. Basta dizer, no entanto, que esta é uma característica comum a quase todos os quadrúpedes superiores e, desse modo, sua

---

<sup>14</sup> *Elementos de Fisiologia* (minha tradução).

<sup>15</sup> Tradução inglesa, v, II, p.1311. Apud DARWIN, p.44.

origem deverá se encontrar num período bastante remoto, muito antes do surgimento da espécie humana.

Mesmo que alguns dos movimentos hoje executados como ações reflexas independentes da vontade possam ter sido, outrora, movimentos conscientes, é difícil acreditar que certos movimentos complexamente coordenados para funções específicas tenham sua origem em movimentos executados voluntariamente. Eles podem, sim, pelo hábito, irem se tornando cada vez mais independentes dos hemisférios cerebrais. As reações que acompanham o susto provavelmente têm sua origem na ação de se afastar do perigo o mais rápido possível. O ato de piscar pode ser entendido como uma reação para a proteção dos olhos, que são órgãos bastante sensíveis e vulneráveis. Do mesmo modo, a respiração se torna mais intensa, característica presente sempre que se realiza algum tipo de esforço intenso. O mais interessante, no entanto, é a aceleração cardíaca, presente tanto no homem quanto em outros animais, que acompanha o susto. As palpitações do coração nunca estiveram sob o controle da vontade e é uma ação reflexa do organismo que acompanha grandes descargas de adrenalina em momentos em que os sentidos estão aguçados, seja no caso do susto, ou de outras emoções, como, por exemplo, quando se está apaixonado.

Assim como qualquer instinto ou estrutura corporal, ações reflexas estão sujeitas a pequenas variações, sendo que sua finalidade pode ter se modificado, com o passar do tempo e de modo independente da vontade, para servir a outra finalidade. Segundo Darwin (2000, p. 47), “[...] toda variação que fosse benéfica e suficientemente importante tenderia a ser preservada e herdada”. Perceba-se que ações reflexas são freqüentemente lembradas na descrição de movimentos que exprimem sentimentos.

Tais casos fariam paralelo com aqueles que, temos todas as razões para acreditar, ocorreram com muitos instintos; pois, se alguns instintos foram desenvolvidos simplesmente por um longo e hereditário hábito, outros, altamente complexos, o foram por meio de



preservação de variações de instintos preexistentes – ou seja, por meio da seleção natural (DARWIN, 2000, p. 47).

É importante, aqui, compreender que, embora alguns desses movimentos possivelmente foram adquiridos mediante a vontade de aliviar sensações desagradáveis ou de satisfazer determinado desejo, para posteriormente se transformarem em ações reflexas, outras parecem jamais terem sido utilizadas por intermédio de uma vontade consciente.

Toda vez que algum tipo de sentimento, durante um longo período de tempo, tenha sido acompanhado de execução de certos movimentos, numa tentativa de trazer alívio para dor ou de prolongar o estado de satisfação, eles serão desencadeados sempre que determinado sentimento ou alguma sensação semelhante à provocada por ele for vivenciada, mesmo que de modo mais brando. Esses movimentos são altamente expressivos e estão muito próximo das ações reflexas.

[...] sempre que qualquer sensação de desejo, aversão, etc. tenha ocasionado algum movimento voluntário durante uma longa série de gerações, uma tendência à execução de movimento similar será quase certamente desencadeada toda vez que a mesma – ou semelhante e associada – sensação, etc., ainda que fraca, for experimentada [...] tais movimentos são freqüentemente, ou no geral, herdados; e eles assim pouco diferem das ações reflexas (DARWIN, 2000, p. 53).

Mesmo que, pela vontade, tente-se reprimir alguns desses movimentos expressivos, atuando principalmente nos músculos parcialmente controlados pela vontade, os movimentos associados tendem a continuar agindo nos músculos cujo movimento ocorre independente dela, sendo seu movimento altamente expressivo. Uma

característica interessante é que os músculos utilizados para reprimir certos sentimentos são também meios de expressão. Ou seja, o ato de tentar reprimir a expressão de um sentimento possui características expressivas. Este ponto faz referência ao segundo princípio formulado por Darwin, que irei abordar a seguir.

### **2.2.3 Do princípio da antítese**

Conforme dito anteriormente, determinados sentimentos provocam certos movimentos que originariamente podem ter sido úteis não somente para exprimir sentimentos, mas que adquiriram essa funcionalidade com o passar do tempo. É interessante notar, também, que quando um sentimento oposto é vivenciado, há uma tendência involuntária e forte a se fazer um movimento contrário ao que é feito quando se vivencia certo sentimento, mesmo que esses movimentos nunca tenham tido alguma outra utilidade. Dado a facilidade com que, no caso dos seres humanos, expressões naturais e inatas muitas vezes são confundidas com expressões artificiais e convencionadas, Darwin prefere, para elucidar estes movimentos expressivos, o estudo de expressões em outras espécies de animais, como, por exemplo, os cães.

É possível perceber as intenções hostis de um cachorro quando ele se aproxima de alguém, visto que caminha de maneira tensa, contraindo os músculos e pronto para liberá-los numa forte descarga de energia, a cauda rígida e erguida, a cabeça numa leve inclinação para frente e o olhar fixo em sua presa, com as orelhas levemente voltadas para trás e os caninos expostos, algumas vezes acompanhados de um rosnado amedrontador. Todos esses movimentos expressivos possuem outra utilidade, que é a de preparar o corpo do cão para o esforço que será realizado durante o ataque, sendo todos eles plenamente compreensíveis a partir desse ponto.

Diferente é o comportamento do cão que se aproxima de um grande amigo. Ao invés de caminhar de modo tenso e altivo, ele caminha de maneira relaxada e mais próximo do chão, abaixando e abanando sua cauda, com a cabeça numa inclinação que expõe mais o peito, uma parte do corpo que os cães parecem considerar de grande vulnerabilidade, as orelhas inclinadas de modo relaxado e não rígido e, pelo repuxar delas, as pálpebras se alongam e deixam os olhos mais abertos, o que expõe mais a pupila. Estes movimentos não possuem nenhuma outra utilidade, a não ser a de exprimir a afeição e o carinho que o cão sente pelo outro ser em questão. A origem destas características expressivas está exatamente no princípio da antítese, pois os movimentos que exprimem afeição são realizados de modo exatamente oposto aos utilizados quando o cachorro adota uma postura combativa.

No caso tanto do cachorro quanto do gato, temos todos os motivos para acreditar que seus gestos de hostilidade e afeição são inatos ou herdados, pois eles são praticamente idênticos nas diferentes raças da espécie, e em todos os indivíduos da mesma raça, jovens ou velhos (DARWIN, 2000, p. 62).

Note-se que todo cão, independente da raça, adota um comportamento semelhante para exprimir raiva ou afeição, o que é um forte indício esses gestos são herdados e inatos. Essa uniformidade no modo como sentimentos são expressos também ocorre, como mostrarei mais adiante, com os seres humanos, o que constitui num forte indício de que os movimentos expressivos utilizados pelo homem são naturais e inatos. Entender a origem do princípio da antítese ajudará a compreender melhor a importância que expressar e reconhecer sentimentos tem como meio de comunicação, tanto entre humanos como com relação a outros animais.

### 2.2.3.1 Da origem do princípio da antítese

Embora a capacidade de expressar e reconhecer sentimentos, desejos e intenções seja útil para qualquer animal, esta capacidade adquire fundamental importância dentre os animais sociais. A capacidade de comunicação, no caso destes animais, entre jovens e velhos, entre os sexos ou mesmo com outras espécies funciona como um modo de manter a convivência interna, de coordenar caçadas e, como apresentarei no último capítulo, de regular o comportamento dos membros do grupo.

Para animais sociais, o poder de intercomunicação entre os membros de uma mesma comunidade – e com outras espécies, ou entre os sexos, assim como entre jovens e velhos – é da maior importância. Isso geralmente se faz através da voz, mas é certo também que gestos e expressões são mutuamente inteligíveis (DARWIN, 2000, p.65).

Pode-se objetar que, uma vez que a capacidade de intercomunicação é bastante útil para os animais e, em especial, para os animais sociais, uma vez que se expressa determinado sentimento mediante certos movimentos expressivos, pode-se usar intencionalmente movimentos opostos para exprimir um sentimento contrário. Dizer que um movimento é agora inato não constitui uma garantia de que, outrora, ele não tenha sido praticado intencionalmente, uma vez que, para Darwin, um movimento intencional, se praticado por diversas gerações, pode se tornar algo herdado. No entanto, como o próprio Darwin coloca, nenhum dos movimentos enquadrados no princípio da antítese parece ter tido essa origem.

Deve-se considerar que todos os movimentos expressivos que se enquadram no princípio da antítese são comuns a todos os indivíduos de uma mesma espécie, sendo esta um forte indício de sua origem inata, posto que é pouco provável que tenham sido conscientemente inventados e tido sua execução ensinada a ponto de se tornarem uma característica tão universal. Um bom exemplo disso é o movimento de encolher os ombros para demonstrar impotência ou desculpa. Esse gesto não só é praticado por todos os seres humanos ao redor do planeta, mas também por crianças e mesmo por cegos.

O gesto é, às vezes, usado conscientemente, mas é extremamente improvável que ele tenha sido deliberadamente inventado e depois fixado pelo hábito; pois não só as crianças também encolhem os ombros nessas mesmas situações, mas também o movimento [...] é acompanhado de uma infinidade de pequenos movimentos acessórios que nem um homem em mil percebe, a menos que tenha se dedicado especialmente ao tema (DARWIN, 2000, p. 67).

Isso se torna mais evidente ao se avaliar os movimentos expressivos dos cachorros. Quando dois cães estão mordendo e rosnando durante uma brincadeira, é bastante óbvio que se entendem em seus gestos e grunhidos, sabendo diferenciar esta atitude de uma briga de verdade.

[...] de fato, parece haver algum grau de conhecimento instintivo em filhotes de gatos e cachorros de que não devem abusar de seus pequenos e afiados dentes e unhas nas brincadeiras, ainda que isso às vezes ocorra, provocando o choro (DARWIN, 2000, p. 67).

Essa idéia é bastante plausível, afinal, caso contrário, dificilmente um filhote sobreviveria à primeira brincadeira que realizasse. Do mesmo modo, quando um cão morde a mão de um ser humano por quem tem estima como forma de brincadeira e o faz com um pouco mais de força, ao ser censurado, abana o rabo e diminui a pressão dos caninos, demonstrando sua disposição amigável e comunicando ao outro que aquilo não passa de uma brincadeira. É absurdo pensar que os cães tenham pensado e, depois, ensinado a todos os outros cães que deveriam abanar a cauda como sinal de cordialidade e deixá-la rígida quando estivessem numa situação hostil, ou que devessem empinar as orelhas em determinadas situações ao invés de abaixá-las simplesmente porque acreditavam que sentimentos opostos deveriam ser expressos por movimentos expressivos opostos.

[...] é impossível acreditar que eles tenham jamais pensado em abaixar as orelhas, em vez de empiná-las, ou abanar a cauda para baixo em vez de erguê-la rígida etc., tudo isso porque sabiam que esses movimentos eram contrários àqueles praticados num estado de espírito oposto e feroz (DARWIN, 2000, p.68).

Todo movimento executado exige a ação de determinados músculos e um movimento contrário necessita do movimento de outro conjunto de músculos, como quando se vira a cabeça para a direita ou se puxa ou empurra um objeto. Quanto maior for o sentimento ou desejo que motiva determinada ação, maior e mais perceptível será o movimento expressivo utilizado. Tanto um homem adulto quanto uma criança, ao gritar com fúria com outro alguém, movem seus braços como que se quisessem afastar a pessoa, mesmo que ela esteja há uma grande distância deles. Do mesmo modo, um movimento contrário, semelhante ao ato de puxar, é realizado quando se deseja que alguém se aproxime. A execução de movimentos opostos realizados sob a influência de sentimentos contrários é uma característica presente em todos os animais, mas parecem ter uma grande importância dentre os animais sociais, como é o caso do ser humano, uma vez que comunicam as intenções com que se está realizando certa ação,

aumentando a capacidade comunicativa e possibilitando uma maior interação entre os membros do grupo.

#### **2.2.4 Do princípio das ações devidas à constituição do sistema nervoso**

Também conhecido como *princípio da ação direta do sistema nervoso*, Darwin descreve como algumas ações que expressam certos sentimentos são resultado da constituição do sistema nervoso, agindo de forma independente de uma vontade racional e, em grande medida, do hábito. Toda vez que ocorre um forte estímulo no aparato sensorio uma grande força nervosa é gerada, sendo transmitida, mediante as conexões de células nervosas, em determinadas direções e, conforme o grau de implicação dos músculos, nos movimentos executados habitualmente. De fato, todo o movimento possível de ser realizado por qualquer animal, incluindo o homem, é determinado pelo modo como é constituído o sistema nervoso. No entanto, no caso deste princípio, consideram-se apenas os movimentos executados independente da vontade, hábito ou do princípio da antítese.

Por ser uma característica presente, se não em todos, ao menos na maioria dos animais, o tremor muscular constitui um bom exemplo desse princípio. O tremor não possui nenhuma utilidade e, muitas vezes, acaba atrapalhando a própria coordenação motora, mas constitui uma característica que normalmente acompanha grandes descargas emocionais. É interessante notar, entretanto, que bebês não apresentam tremores em situações em que os adultos apresentam, mas, ao contrário, têm convulsões, que também é uma reação do sistema nervoso independente de se querer ou não tê-la. As causas do tremor podem ser as mais diversas e mesmo ser contrárias. Podem ser ocasionados por frio, febre, envenenamento do sangue, medo e pavor, fadiga excessiva, ferimentos graves como queimaduras, grande tristeza, assim como alegria e

outras sensações prazerosas ou, inclusive, pela perda de força na velhice. Dessas sensações, as que mais provocam temor são o medo, raiva, tristeza e alegria intensos.

Como o tremor é algumas vezes provocado pela fúria, muito antes de o cansaço tomar conta, e como outras vezes acompanha uma grande alegria, parece que qualquer estimulação intensa do sistema nervoso é capaz de interromper o fluxo contínuo de força nervosa para os músculo (DARWIN, 2000, p.72).

Outro exemplo interessante é a relação que ocorre entre o coração e o cérebro sempre que algum sentimento provoca alguma excitação do sistema nervoso. O coração é um órgão extremamente sensível ao estímulo dos nervos sensitivos. Desse modo, toda vez que o cérebro recebe algum estímulo, o coração é direta e instantaneamente afetado.

[...] quando o coração é afetado, ele reage sobre o cérebro; e o estado do cérebro, por sua vez, reage, por meio do nervo pneumogástrico, sobre o coração; assim, a partir de qualquer estímulo, haverá muita ação e reação mútua entre os dois mais importantes órgãos do corpo (DARWIN, 2000, p. 72).

Como não está sob o controle da vontade, o coração é facilmente afetado por meio das associações habituais. Por exemplo, uma pessoa tomada pela fúria, pode comandar muitos dos movimentos do seu corpo, mas não consegue impedir seu coração de bater mais rapidamente. Da mesma forma, os músculos faciais cujo movimento é mais independente da vontade são os únicos a expressarem um sentimento que se tenta esconder. Isso, muitas vezes, ocorre com a tristeza, visto que se pode controlar muitos



músculos que a expressam, mas como as glândulas lacrimais são mais independentes da vontade, dificilmente se consegue conter as lágrimas quando se está nessa situação.

Darwin sugere que, para que esse princípio seja melhor compreendido, ou seja, para que se esclareça melhor a relação direta que o sistema nervoso exerce nos movimentos expressivos, devem-se observar os movimentos provocados pelas mais intensas sensações. Dedicarei o próximo tópico ao estudo da ação direta do sistema nervoso em sensações de dor, uma vez que Darwin também se dedicou a esse estudo, o que possibilitará uma melhor análise desse princípio.

#### 2.2.4.1 Da relação entre a ação direta do sistema nervoso em movimentos expressivos provocados pela sensação de dor

Toda vez que um animal é afligido pela agonia de uma dor, é possível perceber seu corpo se contorcendo, acompanhado de vocalizações, como gritos, grunhidos e uivos, que variam conforme a espécie. Um movimento presente tanto no ser humano como em outros mamíferos é a forte contração dos lábios e o cerramento dos dentes, caracterizado como o ato de “ranger os dentes”. Darwin cita o exemplo de uma vaca que sofria de uma inflamação intestinal e, como resposta a dor, era possível ouvir o ranger dos seus dentes. O mesmo acontece no parto de um hipopótamo, onde a fêmea abre e fecha a boca, batendo seus dentes de modo semelhante a uma mulher que cerra os dentes ao dar a luz a um bebê. Isso ocorre porque todos os músculos do corpo são acionados pelo sistema nervoso com tamanha intensidade que não é possível controlá-los pela vontade.

Um nervo sensitivo quando irritado transmite algum influxo para a célula nervosa da qual se origina; e esta transmite seu influxo primeiro para a célula nervosa correspondente do lado oposto do corpo, e depois para cima e para baixo ao longo da coluna cerebrosinal para outras células nervosas, com maior ou menor amplitude, dependendo da força do estímulo; de tal maneira que, ao final, o sistema nervoso inteiro pode ser afetado (DARWIN, 2000, p. 74).

Note-se que quando ocorre uma grande estimulação do sistema cerebrosinal há uma grande liberação de força nervosa que, segundo Darwin, é feita mediante sensações intensas, movimentos violentos, pensamento ativo ou aumento da atividade glandular. Essa sobrecarga de energia primeiramente passará por caminhos mais habituais e, somente depois, caso seja necessário, tomará outros caminhos não tão habituais. Isso significa que os músculos respiratórios e faciais, que são os mais utilizados, serão os primeiros a ser acionados, o que faz com que expressem de modo mais intenso essas sensações. Somente depois a carga nervosa atinge as extremidades superiores, seguida das inferiores até atingir todo o corpo.

[...] verdade inquestionável que, a qualquer momento, a quantidade existente de força nervosa liberada, que de uma maneira desconhecida produz em nós o estado que chamamos sentimento, *deve* tomar alguma direção para ser gasta – *deve* gerar uma manifestação equivalente de força em algum lugar (SPENCER, apud DARWIN, 2000, p.74).

Darwin coloca, no entanto, que todo sentimento, por mais intenso e forte que seja, dificilmente levará a alguma ação se, pela força do hábito, não desencadeie algum tipo de movimento voluntário realizado para que ele seja aliviado ou satisfeito. Da mesma forma, sempre que uma ação deste tipo é realizada com essa intenção, ela é amplamente determinada pelos movimentos que, impulsionados pelos mesmos

sentimentos, freqüentemente são realizados, de forma muitas vezes voluntária e com objetivos definidos. A reação de todos os animais, quando afligidos por uma dor intensa, é a de contorcer violentamente seus corpos, constituindo os mais diversificados esforços para que escapem de sua causa. Percebe-se que a contração muscular é uma constante sempre que se experimenta algum tipo de dor intensa. Uma vez que os órgãos vocais e os músculos torácicos são usados freqüentemente, eles são, muitas vezes, os primeiros a serem acionados pelo sistema nervoso, o que produz gritos, soluços, grunhidos, uivos e demais vocalizações que expressam dor.

Mas o benefício obtido com esses gritos provavelmente desempenha aqui um importante papel; pois a maioria dos animais jovens, quando ameaçados ou sofrendo, gritam por seus pais para ajudá-los, como o fazem os membros de uma comunidade para ajudar-se mutuamente (DARWIN, 2000, p. 75).

É importante notar que Darwin faz, nesse ponto, uma importante constatação sobre a importância de se conseguir expressar e reconhecer sentimentos, uma vez que é mediante a vocalização, principalmente para animais jovens, humanos inclusos, como pode ser percebido em bebês, que eles chamam seus pais quando estão em perigo ou sentindo algum desconforto, além de auxiliar membros de um mesmo grupo a interagir a se ajudar mutuamente.

A própria consciência interna das limitações do sistema nervoso tende a se reforçar, mesmo que em menor grau, na violência dos movimentos realizados quando se sente uma dor intensa. Darwin cita como exemplo o caso de marinheiros que colocavam na boca e mordiam um pedaço de chumbo sempre que eram, por algum motivo, chicoteados, como forma de agüentar a dor do açoite. Pode-se dizer, portanto, que a difusão não direcionada de força nervosa, dentre as células nervosas que primeiramente são afetadas, que constitui aqui nos movimentos associados à tentativa de se livrar,

mediante a luta, de algum sofrimento, combinada com o esforço voluntário para se tentar aliviar a dor, são a origem dos movimentos violentos e, muitas vezes compulsivos, realizados para se aliviar um sofrimento intenso, explicando a base das vocalizações comumente conhecidas por expressar este tipo de sensação. Embora muitos sentimentos provoquem movimentos expressivos claros e intensos, outros dificilmente são percebidos por sinais externos claros. Entender a distinção entre sensações excitantes e deprimidas é importante para que se possa entender o que se encontra na base dos movimentos expressivos.

#### 2.2.4.2 Da distinção entre sensações excitantes e deprimidas

Uma das distinções possíveis de serem feitas entre sentimentos é entre os que são excitantes e os que são deprimidos. Sempre que a energia e rapidez com que os órgãos da mente e do corpo desempenham suas funções for maior do que a habitual, pode-se dizer que se está num estado de excitação, ocorrendo o oposto quando se está deprimido. A fúria e a alegria são bons exemplos de sensações excitantes, uma vez que ambas desencadeiam movimentos energéticos e aumentam a frequência cardíaca e respiratória.

Alguns dos sintomas característicos da fúria são a perturbação e aceleração cardíaca, que leva a um impedimento do refluxo sanguíneo, causando enrubescimento da pele ou o seu contrário, deixando-a extremamente pálida, enquanto a respiração se torna pesada e forçada, levando a uma dilatação e tremor das narinas. A voz também fica afetada pela contração muscular e, não raramente, o corpo todo treme, enquanto os dentes ficam cerrados e toda a musculatura fica estimulada e preparada para a realização de uma ação violenta. Neste último ponto está a distinção entre os movimentos de dor e fúria, uma vez que, enquanto na primeira o movimento consiste em se debater ou

contorcer freneticamente, no segundo, há claramente um comportamento de preparação para um combate.

Grande parte dos sintomas da fúria tem sua origem na ação direta da estimulação do sistema sensorio. Todo animal, quando se sente ameaçado ou é atacado, usa toda sua força no combate, ataque e defesa, e agirá com fúria sempre que tiver a intenção de atacar sua presa ou inimigo. O esforço muscular associado a este tipo de sensação advém desse comportamento natural, que afeta, de maneira direta ou não, vários outros órgãos, da mesma forma que o faz uma dor intensa.

[...] podemos ter certeza de que qualquer sensação ou emoção, como dor ou fúria intensas, que habitualmente levou a forte atividade dos músculos, irá imediatamente influenciar o fluxo de força nervosa para o coração, mesmo que no momento não haja nenhum esforço muscular (DARWIN, 2000, p. 78).

É importante perceber que o coração, uma vez que é tão facilmente afetado por qualquer tipo de esforço, recebe diretamente o fluxo de força nervosa, mediante os canais habitualmente utilizados, a saber, dos nervos sensitivos e dos nervos de movimentos involuntários e voluntários. Isso faz com que ele seja afetado por sentimentos e sensações opostas, mas que tem em comum o fato de serem excitantes, como é o caso da fúria e da alegria.

A alegria sempre está acompanhada de uma sensação prazerosa e é normalmente expressada por movimentos sem grande finalidade e pelos mais variados sons, cujo objetivo nada mais é do que expressar esse sentimento. Aqui se enquadram as gargalhadas e o bater de palmas dos humanos, os pulos de alegria presentes em diferentes espécies de animais, os latidos e vocalizações dos cães, dentre tantos outros

comportamentos encontrados nas mais diferentes espécies. A alegria aumenta a frequência cardíaca, que estimula o fluxo de sangue e acaba por estimular o cérebro que, por sua vez, reage sobre todo o corpo. A sobrecarga de força nervosa não direcionada e o estado de estimulação dos sentidos são os responsáveis pelo aumento do batimento cardíaco e dos movimentos realizados para expressar esse sentimento.

Perceba-se, no entanto, que não é a obtenção do prazer que provoca essas reações, mas sim a antecipação desse tipo de sensação. Um cão, por exemplo, saltita de excitação e felicidade ao perceber que irá caminhar com seu dono, mas não demonstra esse mesmo comportamento quando realiza o ato de caminhar. Isso ocorre porque em todos os animais, inclusive o ser humano, a obtenção de prazeres, como a caça que propicia alimento ou a corte, está associada a movimentos musculares ativos. O simples ato de se movimentar, após um longo período de inatividade muscular, seja por confinamento ou descanso, já é uma fonte de prazer, como pode ser notado nas brincadeiras de animais jovens. Segundo Darwin, esse é o único princípio que pode explicar o motivo pelo qual um prazer intenso se manifesta por meio de movimentos musculares, que adquirem, aqui, uma grande capacidade de expressar sentimentos prazerosos.

Entretanto, muitas sensações podem ser excitantes num primeiro momento, mas depois se tornarem deprimidas. A tristeza é um caso em que isso ocorre. Uma grande perda, da alguém por quem se tem muita estima, pode, num primeiro momento, causar um estado de excitação. Por exemplo, é comum que pessoas nessa situação caminhem de forma desorientada ou que contorçam as mãos e, em caso mais extremos, que cheguem a arrancar seus cabelos e roupas, bem como outros movimentos variados, mas violentos. O alívio causado pela movimentação muscular explica parte desse comportamento, assim como a descarga não direcionada de força nervosa.

No entanto, o pensamento de que algo mais poderia ser feito para se salvar o ente querido é tão constante nesses casos quanto os outros sintomas e esse vínculo de

sentimento exerce forte influência no comportamento, o que faz com que, pelo princípio do hábito associado, que se queira realizar alguma atitude ativa e, portanto, energética. No momento em que se percebe que não há nada mais a ser feito, o estado de excitação dá lugar há uma dor e tristeza profunda, levando o corpo a um estado de prostração e esgotamento emocional. Esse comportamento é caracterizado pela diminuição da circulação sanguínea, pela baixa frequência respiratória e por longos suspiros e um olhar distante e perdido no horizonte, como que se não se soubesse o que buscar ou não houvesse onde se fixar.

Como o hábito associado já não o impele à ação, seus amigos os estimulam a reagir voluntariamente e não se deixar levar por uma dor silenciosa e paralisante. O esforço físico estimula o coração, e isso reage no cérebro, que ajuda a mente a suportar esse peso (DARWIN, 2000, p. 83).

Um comportamento interessante encontrado principalmente em animais sociais é o do incentivo e motivação, por parte daqueles que tem estima por quem se encontra nessa situação, para que se realize, agora de modo voluntário, algum tipo de movimento ou ação. Esse comportamento é fundamental, uma vez que o movimento muscular estimula o batimento cardíaco e a circulação, que acaba reagindo no cérebro e torna a mente mais capaz de suportar a dor da perda.

### **2.2.5 Da relação entre o princípio dos hábitos associados úteis e da ação direta do sistema nervoso**

Pode-se dizer que a maioria dos sintomas apresentados quando se tem sensações excitantes ou deprimidas tem sua origem na ação direta do sistema sensório sobre o nervoso. No entanto, o princípio dos hábitos associados parece ser responsável, ao menos em parte, por alguns dos sintomas apresentados por ambos os tipos de sensações.

Creio que podemos concluir que o princípio do hábito associado tem desempenhado um importante papel na causa dos movimentos que exprimem as diversas sensações e emoções fortes citadas, considerando, primeiramente, outras emoções fortes que normalmente não necessitam, para seu alívio ou gratificação, de qualquer movimento voluntário; e em segundo lugar, o contraste existente na natureza entre os assim chamados estados de espírito excitados e deprimidos (DARWIN, 2000, p. 80).

Com relação ao princípio da ação direta do sistema nervoso sobre o corpo, cujos movimentos são realizados de modo independente da vontade, é possível concluir que ele influencia e determina muitos dos movimentos expressivos. Este princípio constantemente atua sobre o corpo em combinação com os demais princípios aqui apresentados, por exemplo, ações influenciadas por ele atuam junto com outras cuja base é o princípio dos hábitos associados. Isso significa que movimentos realizados sobre a influência de determinados sentimentos, que possuam utilidade, direta ou não, para aliviar ou satisfazer certas sensações, ainda hoje são executados, de modo análogo, pelo hábito, mesmo que não possuam nenhuma outra utilidade aparente.



Pode-se dizer, também, que os movimentos expressivos que não se encontram, ou se encontram em menor grau, sob o controle da vontade tendem a ser mais duradouros e expressivos, sendo, algumas vezes, influenciados pelo princípio da antítese. Uma vez que os princípios fundamentais que regem os movimentos expressivos, sua origem e modo de atuar, estão expostos, fica mais fácil identificar se o modo como sentimentos são expressos e reconhecidos possui ou não uma base natural e instintiva. Para esclarecer esse ponto, utilizarei um importante estudo realizado por pesquisadores canadenses e norte-americanos, onde expressões de vergonha e orgulho em atletas olímpicos e para-olímpicos foram estudadas e, creio, apresenta um resultado bastante conclusivo para esta questão.

### 2.3 DAS EXPRESSÕES NÃO-VERBAIS BIOLOGICAMENTE INATAS DOS SENTIMENTOS

Relatarei aqui uma pesquisa desenvolvida pelos psicólogos David Matsumoto e Jessica L. Tracy na qual se buscou examinar se as expressões não-verbais reconhecidamente associadas com os sentimentos de orgulho e vergonha poderiam ser um comportamento biologicamente inato como resposta para o sucesso ou fracasso. Nesta pesquisa em específico, foram estudadas as expressões espontâneas de orgulho e humildade em atletas com visão normal, cegos congênitos e não-congênitos, em resposta as mesmas situações de sucesso ou fracasso, a saber, vitória e derrota nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Para-Olímpicos.

Os resultados são interessantes, uma vez que atletas de mais de 30 países, cegos congênitos ou não e de visão normal apresentaram o mesmo comportamento caracterizado como expressão de orgulho em resposta ao sucesso, assim como apresentaram comportamentos associados com a vergonha como resposta ao fracasso.

No entanto, a cultura apareceu como um moderador das expressões de vergonha em atletas com visão normal, uma vez que ela foi menos aparente entre culturas altamente individualistas, principalmente na América do Norte e o oeste da Eurásia. Dado que atletas com cegueira congênita de diferentes culturas realizaram as mesmas expressões características da vergonha que outros atletas com visão normal como resposta para o fracasso ou de orgulho para o sucesso, as conclusões gerais são consistentes com a idéia de que os movimentos expressivos associados com orgulho e vergonha são inatos, mas a expressão da vergonha foi, muitas vezes, intencionalmente inibida por atletas com visão normal advindos de acordo com os padrões culturais em que foram criados.

### **2.3.1 Das características e funcionalidades dos sentimentos de orgulho e vergonha**

A idéia de vitória normalmente está acompanhada de algum tipo de sensação excitante e prazerosa. É possível perceber, em muitos aspectos da vida, que pessoas, seja após vencerem uma competição olímpica, ou serem bem sucedidas em seu trabalho ou na escola, não ficam simplesmente excitados e felizes, mas sentem-se orgulhosos, vivenciando um sentimento bastante significativo experimentado como resposta ao sucesso em algo. O ser humano, como outros animais sociais, tem no sucesso de suas ações o significado de como os outros irão percebê-lo e onde ele se colocará numa hierarquia social. Esse é o mesmo motivo pelo qual a derrota é acompanhada da vergonha, um sentimento deprimido que tende a causar agonia e dor.

Orgulho e vergonha não estão normalmente incluídos no pequeno conjunto de sentimentos considerados como inatos, de base biológica, pan-culturalmente experimentados, os quais são comuns em outros animais sociais, como lobos e grandes primatas, e identificados por expressões não-verbais muitas vezes discretas, porém

universalmente reconhecida por membros da espécie. Ainda assim, estudos recentes, como irei apresentar a seguir, sugerem que tais sentimentos apresentam a maioria desses aspectos. Especificamente, ambos os sentimentos parecem estar associados como expressões não-verbais distintas e interculturais, muito semelhante a comportamentos relacionados com dominação e submissão encontrados em animais de comportamento social.

Conforme diversos estudos relatados por Tracy e Matsumoto (2008) a expressão não-verbal de orgulho é identificada com precisão em crianças com cerca de quatro anos de idade e adultos nas mais diferentes culturas, incluindo sociedades semi-alfabetizadas e altamente isoladas, que dificilmente aprenderam a usar essas expressões mediante o contato com outras culturas contemporâneas<sup>16</sup>. Os movimentos expressivos incluem características tais como postura ativa e cabeça inclinada para trás, a saber, um comportamento semelhante ao encontrado entre chimpanzés que derrotaram um rival<sup>17</sup>, bem como o ato intimidador de bater as mãos no peito encontrado em gorilas das montanhas<sup>18</sup> e o “ar confiante” observado em outros primatas<sup>19</sup>.

A expressão de vergonha também é identificada nas mais variadas culturas, incluindo as mesmas sociedades altamente isoladas onde se identificou comportamentos expressivos que manifestavam orgulho. A expressão característica da vergonha é a de uma leve inclinação da cabeça para baixo, um movimento que pode ser explicado pelo princípio da antítese formulado por Darwin e apresentado anteriormente nesse capítulo. Se for levado em conta a importância da expansão postural na expressão do orgulho, a vergonha também é expressa pela postura de ombros caídos que leva ao encolhimento do peito, similar, por analogia, a postura de submissão adotada por diferentes espécies

---

<sup>16</sup> Tracy, JL, Robins RW (2004) Show your pride: Evidence for a discrete emotion expression. *Psychol Sci* 15:194-197; Tracy, JL, Robins RW, Lagattuta KH (2005) Can children recognize the pride expression? *Emotion* 5:251-257 e Tracy, JL, Robins RW (2008) The nonverbal expression of pride: Evidence for cross-culturally recognition. *J Pers Soc Psychol* 94: 516-530.

<sup>17</sup> DeWall F (1989) *Chimpanzee Politics* (Johns Hopkins, MD).

<sup>18</sup> Schaller GB (1963) *The Mountain Gorilla: Ecology and Behavior* (Univ of Chicago Press, Chicago, IL).

<sup>19</sup> Maslow AH (1936) The role of dominance in the social and sexual behavior of infra-human primates: I. Observation at Vilas Park Zoo. *J Gerontol* 48:261-277.

de animais, como chimpanzés, macacos, babuínos, ratos, coelhos, muitos crustáceos, lobos, elefantes e salamandras<sup>20</sup>. Como resultado destes estudos, surge a possibilidade de que os sentimentos de orgulho e humildade sejam uma característica presente em todos os seres humanos, assim como em outros animais sociais, que se desenvolveu de acordo com uma função adaptativa específica, que é a de servir como um regulador de comportamento social.

Dado que o orgulho emerge como resposta ao sucesso, seu movimento expressivo tem a função de comunicar esse sentimento para os outros membros do grupo, desse modo, elevando seu status com relação aos demais. Uma vez que movimentos expressivos possuem uma origem puramente funcional, a postura altiva, a cabeça inclinada para trás e o ato de inflar e bater no peito quando se sente orgulho, provavelmente tem sua origem como um modo de aparecer maior perante outros membros do grupo, chamando atenção para si e intimidando os demais. A veracidade de um comportamento pode ser estabelecida com bases em saber se ele é perigoso para o remetente. Caso se realize movimentos expressivos a despeito dos riscos inerentes de fazê-lo, como o ato de revelar sua presença para um predador como resultado da ação de alertar outros para o perigo iminente, os demais podem confiar na sinceridade da mensagem enviada. Sendo assim, o risco potencial de uma postura altiva normalmente associada com o orgulho pode ter se originado como uma forma de expressar a crença na própria capacidade de dominação e sucesso. Do mesmo modo, embora movimentos expressivos associados à vergonha e submissão fazem com que o animal, humano ou não, se coloque numa posição mais baixa que seu adversário, colocando-se sob o seu controle, fazer isso também indica a veracidade de sua submissão e fraqueza perante o outro.

Esse comportamento tem sua origem como uma forma de expressar a aceitação por parte do derrotado do poder daquele que o sobrepujou, evitando a necessidade de

---

<sup>20</sup> DeWall F (1989) *Chimpanzee Politics* (Johns Hopkins, MD); Maslow AH (1936) The role of dominance in the social and sexual behavior of infra-human primates: IV. The determination of hierarchy in pairs and in a group. *J Gerontol* 49:161-198, Keltner D, Buswell BN (1997) Embarrassment: Its distinct form and appeasement function. *Psychol Bull* 122:250-270.

um conflito violento e, dessa forma, poupando recursos energéticos e a própria vida. Segundo Tracy e Matsumoto (2008, p. 1), “by nonverbally communicating an awareness of one’s transgression, the individual can maintain his/her reputation as a trusted group member who accepts social norms<sup>21</sup>”. Aqui se pode perceber a segunda importante função, fortemente presente em animais sociais, dos movimentos que expressam vergonha, que é o de despertar a simpatia daqueles que observaram a derrota, comunicando de maneira não-verbal aos seus companheiros que se está atento da transgressão que foi cometida, mas mantendo sua reputação como um membro confiável do grupo que aceita e se submete as normas sociais do mesmo.

A questão a ser levantada é se os movimentos expressivos característicos dos sentimentos de orgulho e vergonha são biologicamente inatos e, portanto, instintivos, ou se são resultado de aprendizado mediante formas de comunicação influenciadas por diferentes padrões culturais. Perceba-se que mesmo se esse comportamento for encontrado em diferentes culturas, não se pode saber se o fazem porque estão imitando outros membros do grupo ou porque os seres humanos evoluíram de modo semelhante a outros animais sociais, para expressar esse comportamento de modo inato e instintivo, talvez como um padrão fixo de ação nessas socialmente importantes situações. Para solucionar esta questão, é preciso verificar se esta expressão espontânea de movimentos expressivos associados com os sentimentos de orgulho e vergonha estão presentes em pessoas que não poderiam ter aprendido a executá-los pela observação de seus semelhantes.

A pesquisa feita por Tracy e Matsumoto examinou exatamente movimentos expressivos de orgulho e vergonha como resultados de vitória e derrota em atletas com cegueira congênita, ou seja, que nunca foram capazes, desde seu nascimento, de ver qualquer tipo de expressão que indicasse algum desses sentimentos, sendo impossível que eles as aprendessem mediante imitação ou outro tipo de aprendizado. Caso pessoas com cegueira congênita apresentarem os mesmos movimentos expressivos, nas mesmas

---

<sup>21</sup> Ao comunicar não-verbalmente sua percepção de uma transgressão, o indivíduo pode manter sua reputação como um membro confiável do grupo que aceita as normas sociais (minha tradução).

situações em que são encontrados em pessoas com visão normal, isso irá fornecer um argumento bastante sólido para a idéia de que estas expressões e, conseqüentemente, os sentimentos de vergonha e orgulho, possuem uma origem biologicamente inata. Afinal, seria altamente improvável que estas pessoas tivessem aprendido todos os sutis sinais que acompanham a expressão desses sentimentos sem que jamais os tenham visto. Esta idéia ganhará ainda mais força se for constatado que atletas com cegueira congênita advindos de diferentes culturas expressarem estes sentimentos da mesma forma.

### **2.3.2 Evidências para uma origem biologicamente inata para os sentimentos de orgulho e vergonha**

O estudo realizado Tracy e Matsumoto buscou identificar as respostas espontâneas de comportamento de atletas expressos ao vencer ou perder lutas de judô durante as Olimpíadas e Paraolimpíadas de Atenas, em 2004. Atletas com visão normal, cegueira congênita e não-congênita, foram marcados dentro das dimensões culturais de coletivismo versus individualismo, no sentido da ênfase que é dada em seu país de origem para as necessidades individuais em oposição do grupo, valores tradicionais em oposição a seculares, apontando a importância que a religião em contraposição com valores laicos e a relação existente entre sobrevivência e auto-expressão e a importância dada à segurança, saúde e infra-estrutura do país de origem, além das dimensões geográficas dos diferentes países dos atletas. Desse modo, se expressões dos sentimentos de orgulho e vergonha como respostas para a vitória ou a derrota diferirem com relação aos atletas de diferentes culturas, elas surgirão mais provavelmente em comparação com as variantes culturais apresentadas.

A pesquisa avalia expressões de orgulho e vergonha com base no comportamento espontâneo e não-verbal apresentado por atletas nas mesmas situações.

Os resultados demonstram, primeiramente, que os movimentos expressivos presentes na manifestação do sentimento de orgulho foram apresentados em resposta ao sucesso em atletas de culturas tipicamente coletivista, individualista, tanto de fortes valores religiosos quanto seculares e de países economicamente distintos, tanto pelos que possuíam visão normal quanto por portadores de deficiência visual, seja ela congênita ou não. Em segundo lugar, diversos movimentos expressivos característicos do sentimento de vergonha foram apresentados pelos três grupos de atletas.

Estes resultados não podem ser atribuídos com qualquer variação compartilhada com outros sentimentos negativos e deprimentes. De fato, segundo Tracy e Matsumoto (2008, p. 4), “shame relevant behaviors were a better predictor of whether an individual lost than were behaviors associated with any other negative emotion except fear<sup>22</sup>”. No entanto, a resposta comportamental associada à vergonha foi mais fraca em atletas com visão normal advindos de países cuja cultura possui uma forte característica individualista, em sua maioria localizados na América do Norte e no oeste da Eurásia. Somado a isso, dois comportamentos que normalmente são associados com a expressão da vergonha, a saber, a cabeça inclinada para baixo e a tentativa de esconder o rosto, não fazem parte das expressões espontâneas associadas a este sentimento.

Uma possível explicação para essa diferença de comportamento entre atletas de diferentes culturas está em que alguns deles, em particular os advindos de culturas de características individualistas, que estigmatizaram a demonstração de vergonha como sinal de fraqueza de caráter, embora a tenham sentido, voluntariamente tentaram suprimir a demonstração desse sentimento. Em contraste, atletas advindos de culturas com características mais coletivas, onde a vergonha é uma resposta apropriada para transgressões sociais e é considerada um sentimento socialmente válido, não tinham nenhum motivo para reprimir sua vergonha diante de um fracasso público. Contudo, os resultados obtidos no estudo dos atletas que possuem cegueira congênita ajudarão a

---

<sup>22</sup> Comportamentos relevantes de vergonha foram um melhor preditor para se saber quando um indivíduo perdeu do que comportamentos associados a qualquer outra emoção negativa, exceto o medo (minha tradução).

esclarecer melhor este ponto. Atletas com esse tipo de deficiência advindos tanto de culturas com características coletivas quanto de culturas com fortes traços individualistas não reprimiram as expressões de vergonha como resposta a sua derrota pública.

[...] the fact that these individuals showed the greatest evidence of a shame behavioral response suggests that these behaviors are the evolved, innate response, and the absence of a clear shame expression among sighted athletes from certain cultures represents culture-specific emotion regulation<sup>23</sup> (TRACY e MATSUMOTO, 2008, p. 4).

Esse comportamento é bastante compreensível, uma vez que pessoas que nunca enxergaram em suas vidas estão menos atentas a normas culturais específicas que possam regular a expressão de certos sentimentos, e podem ser menos sensíveis com relação às distinções feitas sobre que comportamento é ou não apropriado em determinada situação.

Os resultados dessa pesquisa implicam, primeiramente, que a inter-cultural expressão de orgulho não é simplesmente um estereótipo amplamente difundido, mas uma discreta configuração de comportamento produzido em situações naturalmente válidas e que deve ter evoluído como uma resposta comportamental inata para ações bem sucedidas. Os movimentos expressivos apresentados tanto pelos atletas com visão normal, quanto pelo portadores de cegueira congênita, foram idênticos entre si e entre os encontrados nas mais variadas culturas. A única exceção foi a ausência do movimento de colocar as mãos no quadril, um componente da expressão de orgulho

---

<sup>23</sup> [...] o fato de que esses indivíduos apresentaram as maiores evidências de uma resposta comportamental de vergonha, sugere que esse comportamento é uma resposta inata, resultado do processo evolutivo, e a ausência de uma expressão clara de vergonha entre atletas com visão normal de certas culturas representa uma regulação de certas emoções específica daquela cultura (minha tradução).



reconhecido que não foi apresentado durante demonstrações de orgulho após atividades bem sucedidas.

The finding that congenitally blind individuals Who could not have learned to show the pride expression from watching others nonetheless displayed these same behaviors in the same situation suggests that this behavioral response to success is unlikely to be learned<sup>24</sup> (TRACY e MATSUMOTO, 2008, p. 4).

Uma vez que pessoas com cegueira congênita não poderiam ter aprendido a expressar orgulho mediante a imitação das expressões de seus semelhantes, e pelo fato de que eles apresentaram as mesmas expressões que atletas com visão normal ou que ficaram cegos quando já eram adultos, sugere que os movimentos expressivos que expressam os sentimento de orgulho não são resultado de aprendizado ou relativos a diferentes padrões e normas culturais. Embora os pais possam ensinar crianças cegas a realizarem alguns desses movimentos mediante um contato físico direto, como mover os braços da criança para cima e dizer que devem fazer isso quando sentirem orgulho, é absurdo pensar que eles possam ensinar, dessa maneira, todos os sutis movimentos que acompanham a expressão desse sentimento, muito menos que todos os pais ao redor do mundo tenham decidido ensinar seus filhos a expressarem orgulho da mesma forma. A única resposta que parece coerente para explicar esse fato é a de que eles reagem dessa forma porque seres humanos possuem uma propensão biológica inata para exprimirem orgulho dessa forma.

A expressão do sentimento de orgulho parece adquirir um critério evolutivo interessante, ao aparentemente cumprir com um dos critérios centrais para que se

---

<sup>24</sup> A constatação de que indivíduos com cegueira congênita, que não poderiam ter aprendido a mostrar expressões de orgulho pela observação de outras pessoas, não obstante, apresentaram esses mesmos comportamentos, nas mesmas situações, sugere que é pouco provável que a resposta comportamental para o sucesso seja algo aprendido (minha tradução).

estabeleça a existência de uma funcionalidade universal. Isso significa que esses movimentos expressivos constituem uma característica psicológica que evoluiu para servir a uma particular função adaptativa, constituindo numa adaptação utilizada para assegurar uma posição hierárquica dentro de uma hierarquia social.

By responding to success with behaviors that expand the body and are reliably identified as pride, individuals advertise their accomplishment, and thereby may ensure their continued status and acceptance within their social group<sup>25</sup>” (TRACY e MATSUMOTO, 2008, p. 4).

Da mesma forma, movimentos expressivos associados com o sentimento de vergonha, como os ombros caídos e o peito recolhido, não são meros estereótipos culturais, mas sim respostas comportamentais que realmente se desenvolveram em ambientes onde esse comportamento desempenhou uma função adaptativa importante como uma resposta inata e natural ao fracasso. No mais, os movimentos característicos que expressam vergonha estão em direta oposição aos que expressam orgulho e podem ser explicados conforme o princípio da antítese formulado por Darwin e apresentado anteriormente nesse capítulo.

Em um nível geral, os resultados apresentados por Tracy e Matsumoto (2008) sugerem que os movimentos expressivos associados com os sentimentos de orgulho e vergonha caracterizam um comportamento expressivo não-verbal e espontâneo, além de atender para a importância do corpo na expressão de sentimentos. Ao prover evidências de que comportamentos interculturais reconhecidos como expressões não-verbais de orgulho e vergonha apresentados como resposta ao sucesso ou fracasso, tanto por

---

<sup>25</sup> Ao responder ao sucesso com comportamentos que expandem o corpo e são identificados de forma confiável como orgulho, indivíduos anunciam seu feito e, desse modo, podem assegurar a continuidade de sua posição e aceitação dentro do seu grupo social (minha tradução).

peessoas com visão normal quanto por cegos congênitos e não-congênitos dentre as mais variadas culturas, é mostrado, primeiramente, que essas expressões não são meros estereótipos associados intuitivamente com orgulho e vergonha, mas sim comportamentos biologicamente inatos apresentados como respostas para o sucesso e o fracasso. Em segundo lugar, conclui que os movimentos expressivos dos sentimentos de vergonha e orgulho estão em perfeita compatibilidade com os princípios da expressão apresentados por Darwin na obra *A expressão das emoções no homem e nos animais*.

Em suma, os resultados suportam a idéia de que determinados sentimentos, nesse caso, o de orgulho e vergonha, evoluíram como mecanismos adaptativos cuja função é regular o comportamento de um grupo de indivíduos, promovendo e inibindo ações e, com isso, regulando sua posição dentro do grupo. Entendido isso, é possível, agora, retornar sob uma nova perspectiva para a análise do problema relativo a uma fundamentação naturalizada do fenômeno moral, posto que se têm as bases para explicar de modo mais claro e objetivo como sentimentos podem ser reguladores de comportamento dentro de pequenos grupos sociais. Por meio do conceito de simpatia formulado por Hume que, agora, pode ser visto sob uma ótica evolutiva, é possível apresentar uma base natural e calcada em sentimentos para o fundamento das distinções morais sem que se caia, necessariamente, num relativismo moral. Procurarei mostrar, na parte final desse trabalho, como o intercâmbio de sentimentos propiciado pela simpatia faz com que sentimentos e vontades subjetivas adquiram força a ponto de convergirem para um lugar comum dentro do grupo, transformando-se em sentimentos sociais inteligíveis entre os membros dessa comunidade, adquirindo, desse modo, força suficiente para constranger ações e regular os membros do grupo.

### **3 NATURALIZAÇÃO DO FENÔMENO MORAL**

Pensar o fenômeno moral como algo natural e entender a importância da sociabilidade, humana ou não, para que ele ocorra, faz com que se busque em algum traço específico encontrado nas espécies com características sociais seu fundamento. Conforme Tugendhat (1997, p. 92), “[...] se não nos compreendemos como membros da comunidade moral (de qualquer que seja), desaparece a possibilidade da aprovação e da crítica, e com isto, também, dos sentimentos morais”. Embora, conforme apresentei no primeiro capítulo, seja possível distinguir entre o certo e o errado por meio de deliberações racionais, esse tipo de distinção não possui força motivadora. As deliberações e justificações advindas da razão não constituem, por esse motivo, uma característica essencial para a capacidade de pertencer a uma comunidade moral, dado que não existe, em verdade, a opção de pertencer ou não a um, visto que, como ocorre com todos os animais sociais, já se nasce no seio de um grupo cujas relações são pautadas por afetos.

Relações baseadas em sentimentos ocorrem tanto entre grandes primatas como entre outros mamíferos, como, por exemplo, os lobos. Mais adiante, apresentarei como é possível encontrar relações de constrangimento e reciprocidade mútuas em alcatéias, o que, penso, constitui num forte argumento a favor do fundamento natural do fenômeno moral. O interessante, também, será perceber a grande semelhança encontrada entre a

estrutura e comportamento de uma alcatéia de lobos selvagens e uma típica família humana.

Perceba-se que o que caracteriza uma relação como moral é exatamente o fato dela estar baseada em afetos, posto que desse modo os membros do grupo não são indiferentes uns aos outros e essa relação manterá sua força e, também, a obrigação e vigência de sua norma, enquanto um dos lados mantiver sua exigência. No caso dos seres humanos, muitas vezes, ocorre de justificações serem exigidas, por algum dos membros do grupo, para que se realize determinada ação. No entanto, essa justificação nunca ganha maior força do que os afetos envolvidos na relação entre os membros, a saber, o fato de que quem está pedindo o favor é alguém por quem se tem estima, e uma justificativa obtusa pode ser relevada diante do medo da perda da amizade.

O importante aqui é entender o que se encontra na base do comportamento que faz com que se queira permanecer ou abandonar uma comunidade moral. No conflito entre desejos pessoais e sociais, o que emerge de essencial nas relações morais são os sentimentos que sustentam os laços sociais mais íntimos. Desse modo, o fundamento das distinções morais não se encontra, nem numa base transcendente, nem em deliberações que requerem algum tipo de justificação racional para que se aceite as regras do grupo, mas em instintos sociais que regulam o comportamento.

O ponto chave para entender como isso é possível está em encontrar uma característica natural que permita um intercâmbio de sentimentos, fazendo com que as vontades e anseios de um ser interfiram em outro e vice-versa. Desse modo, o sentimento deixará de ser algo individual e meramente subjetivo, para ganhar um lugar comum em todos os membros do grupo, dando a esses afetos a intersubjetividade necessária para regular o comportamento. O caminho para essa resposta tem início na filosofia de Hume, em sua análise da simpatia, que pretendo retomar nesse último capítulo, buscando ampliar esse conceito e compreendê-lo sob a luz do evolucionismo.

### 3.1 DO PRINCÍPIO DA SIMPATIA COMO UMA QUALIDADE NATURAL

O ser humano não é indiferente com relação ao que está a sua volta. Conseqüentemente, ele se importa como outros o vêem, ou seja, com as opiniões alheias. Nesse sentido, preocupações com a reputação e o caráter passam a ter grande importância no seu comportamento. É interessante notar como certas conquistas pessoais, quando não são amparadas por sentimentos alheios, parecem perder muito de sua força. Por exemplo, tanto crianças quanto adultos, tanto pessoas dotadas de grande conhecimento acadêmico quanto aquelas que nunca entraram numa biblioteca, tem seu comportamento afetado pelo modo a fazer com que aqueles que estão a sua volta se sentem com relação a sua pessoa e suas conquistas. Dificilmente um homem mantém sua posição quando todos os seus amigos são contrários a ela. Segundo Hume, é o princípio da simpatia que opera de modo que não só os próprios sentimentos, mas também os dos que lhe são queridos, influenciem e regulem o comportamento dos seres humanos, do mesmo modo que o fazem com relação a outros animais sociais.

Não há na natureza humana qualidade mais notável, tanto em si mesma como por suas conseqüências, que nossa propensão a simpatizar com os outros e a receber por comunicação suas inclinações e sentimentos, por mais diferentes ou até contrários aos nossos (THN, II, i, 11, § 2, p. 351).

É na simpatia que se encontra a conformidade observável no comportamento humano, posto que este é um comportamento encontrado não somente em todas as culturas, mas também em outras espécies de animais sociais. Segundo Quinton (1999, p. 42) “a origem da moralidade nas paixões é a simpatia, a inclinação natural de agradarmo-nos com a felicidade dos outros e sentirmos desconforto com seu

sofrimento”. Uma expressão alegre no rosto de uma pessoa mostra seu bem-estar e desperta um sentimento de satisfação em todos os que se interessam por ela, do mesmo modo que uma expressão de tristeza inspira, em outras pessoas, desalento e preocupação. Muitos sentimentos são sentidos muito mais por essa comunicação de sentimentos propiciada pela simpatia do que por uma inclinação individualista da pessoa.

Conforme Hume, a simpatia, não sendo ela mesma uma paixão, consiste na capacidade básica para que seja possível ter certos sentimentos morais. Kemp Smith, importante estudioso do pensamento humeano, concorda com essa idéia. Ele afirma que “a place has still to be allowed for ‘a quality of human nature’ than which none [...] is more important, viz. sympathy. Not being [...] itself a passion, it cannot be brought under any of the headings in the classification of the passions<sup>26</sup>” (SMITH, 2005, p. 169). A princípio, têm-se o conhecimento do sentimento de outros seres mediante seus efeitos ou por sua expressão corporal, mas, por associação, estes sinais levam outro ser a conceber a idéia de certas paixões que lhe são familiares, posto que já estão presentes nele, ainda que de forma latente. Nessa comunicação de sensações, ambos os seres vivenciam o mesmo sentimento, podendo diferir quanto ao grau de força ou vivacidade, sendo que o princípio da simpatia caracteriza-se por permitir essa comunicação de sentimentos, regulando sua vivacidade e força.

The operation of this important process of conversion Hume traces to a “quality in human nature” seemingly in itself quite trivial (this being a main reason why its importance had not hitherto been recognized) but than which none, he declares, is more important in its consequences – namely, the capacity which an impression has of

---

<sup>26</sup> Um lugar ainda há de ser concedido para “a qualidade da natureza humana”, do qual nada é mais importante, viz. simpatia. Não sendo [...] ela mesma uma paixão, não pode ser colocada sob quaisquer das posições na classificação das paixões (minha tradução).

transfusing the intensity proper to itself, *quâ* impression, into any ideas that may happen to be associated with<sup>27</sup> (SMITH, 2005, p. 171).

A primeira forma pela qual um ser humano reconhece o sentimento de outro é mediante as expressões físicas e outros signos externos. Ao reconhecer expressões que indicam certo sentimento em alguém querido, por meio da qualidade natural da simpatia, passa-se a ter, em si, o sentimento presente em outro ser, sendo esse sentimento equivalente a qualquer afeto original.

Conforme foi visto no segundo capítulo, o modo como os homens e outros animais expressam e reconhecem sentimentos é natural e inato, havendo grande semelhança, por exemplo, no modo como todos os membros da espécie humana expressam seus sentimentos. Do mesmo modo, todo sentimento que uma pessoa reconhece em outra encontra um paralelo nela mesma. Essa comunicação de sentimentos somente é possível porque há uma conformidade na espécie com relação ao seu aparato afetivo. Afinal, não é possível que a qualidade natural da simpatia propicie a uma pessoa certo sentimento se esta não está apta a sentir.

No entanto, é importante notar que mesmo que algumas pessoas sejam mais sensíveis aos sentimentos alheios que outras, mesmo que haja graus de sensibilidade diferentes, há o interesse pelo bem-estar alheio, manifestado principalmente pelo cuidado e interesse mútuo entre os que nutrem entre si amizade. O que ocorre com relação à qualidade natural da simpatia é o mesmo que ocorre com o resto do corpo, ou seja, embora ocorram diferenças com relação à forma ou ao tamanho, sua estrutura e composição são as mesmas.

---

<sup>27</sup> O funcionamento desse importante processo de conversão, Hume coloca numa “qualidade na natureza humana”, aparentemente bastante trivial em si mesma (sendo esta a principal razão pela qual sua importância não tenha sido, até então, reconhecida), mas a qual nenhuma outra, ele declara, é mais importante em suas conseqüências – a saber, a capacidade pela qual uma impressão tem de transmitir a intensidade própria a ela, *quâ* impressão, em qualquer idéia que possa estar associada com ela (minha tradução).



No primeiro capítulo, descrevi duas virtudes consideradas por Hume como as que granjeiam a maior estima por parte dos homens; a virtude natural da benevolência e a virtude artificial da justiça. Entender o papel que a qualidade natural da simpatia desempenha para que essas virtudes sejam elevadas a tão alto grau auxiliará na compreensão de como é o seu funcionamento, além de fornecer uma abordagem mais completa do pensamento de Hume sobre esse princípio.

### **3.1.1 Da relação entre a qualidade natural da simpatia e as virtudes naturais**

A simpatia é uma qualidade natural que não só exerce uma forte influência no comportamento humano como também constitui um fundamento importante das distinções morais com relação as virtudes artificiais. Uma vez que ela exerce uma influência sobre este tipo de virtude, parece plausível a idéia de que a simpatia também está presente na origem de outras virtudes cuja tendência também é promover o bem social. A virtude natural da benevolência e a caridade, docilidade, generosidade, dentre outras características semelhantes, que dela decorrem, ocupam um lugar de destaque no que tange as qualidades naturais e, uma vez que tendem a promover o bem social, devem ser consideradas, também, virtudes sociais.

Essa suposição se torna necessariamente uma certeza quando descobrimos que a maior parte dessas qualidades que *naturalmente* aprovamos têm de fato essa tendência, e tornam os homens bons membros da sociedade; ao passo que as qualidades que *naturalmente* desaprovamos têm uma tendência contrária, e tornam qualquer relacionamento com a pessoa perigoso ou desagradável (THN, III, iii, 1, § 10, p. 617).

Um argumento que é muito utilizado nas discussões sobre a fundamentação da moral é o de que, mediante a educação e as convenções culturais, políticos habilidosos utilizam conceitos como os de honra e vergonha para reprimir os instintos selvagens e egoístas dos homens e levá-los a agir para o bem público. Conforme dito anteriormente, palavras como condenável ou louvável, elogiável ou odioso, seriam ininteligíveis aos homens, como que se pertencessem a um idioma completamente desconhecido, caso não haja, anteriormente, um sentimento natural de aprovação ou não que faz com que se prefira estas virtudes em detrimento de seu oposto.

[...] as distinções morais surgem, em grande parte, da tendência das qualidades e caracteres para promover os interesses da sociedade, e que é nossa consideração por esse interesse que faz com que as aprovemos ou desaprovemos (THN, III, iii, 1, § 10, p.618).

A consideração que os seres humanos têm pelo bem social se dá mediante o princípio da simpatia. Este princípio leva o homem para além de si mesmo, pois faz com que ele não mais tenha interesse apenas por si, mas se importe com o bem-estar daqueles por quem tem amizade, proporcionando acessos de prazer ou dor ante ações que possam ser úteis ou não para o grupo social como que se elas lhe proporcionassem benefícios ou prejuízos próprios.

### **3.1.2 Da relação entre a qualidade natural da simpatia e as virtudes artificiais**

A qualidade natural da simpatia também está na base das distinções morais artificiais. Conforme visto no primeiro capítulo, numa sociedade, poucas virtudes são

tão apreciadas quanto a da justiça, assim como a injustiça parece constituir um dos vícios mais detestados. Note-se que a justiça, e sua ausência, despertam de modo bastante intenso sentimentos de aprovação para com a primeira e censura para com a segunda.

A justiça tem seu valor moral devido a sua tendência para promover o bem da humanidade, sendo uma invenção artificial destinada a esse propósito. O mesmo pode ser dito do direito e de seus diversos ramos ou mesmo do estudo da etiqueta. Todos estes exemplos têm em comum o objetivo de promover o bem-estar social.

Ora, como o meio para se obter um fim só pode ser agradável enquanto o fim é agradável; e como o bem da sociedade, quando nosso próprio interesse ou o de nossos amigos não está envolvido, só agrada por simpatia, essa simpatia é a fonte do apreço que temos por todas as virtudes artificiais (THN, III, iii, 1, § 9, p.617).

Mesmo que os inventores dessas convenções pudessem ter em vista seus próprios interesses, a apreciação humana se estende para muito além do interesse egoísta, chegando até épocas e países distantes, que nada influenciam na vida ou nos interesses próprios das pessoas. No caso da justiça, por exemplo, basta que se perceba sua tendência benéfica para a sociedade para que se experimente um sentimento de aprovação para com ela. Uma vez que o meio para um fim somente é agradável se o fim também o é, a justiça, nos casos em que não há nenhum outro interesse pessoal envolvido, somente agrada e tem sua aprovação devido a força que a qualidade natural da simpatia exerce no comportamento humano.

### **3.1.3 Da qualidade natural da simpatia e a relação entre virtudes naturais e artificiais**

No que tange a distinção entre as virtudes naturais e as artificiais, a diferença está em que a primeira tem seu bem derivado de um ato isolado, enquanto que a segunda adquire seu valor de um sistema geral de ações.

[...] o bem originado das virtudes naturais normalmente ocorre em todo caso em que ele é exercido, enquanto o bem originado das virtudes artificiais só ocorre como resultado da existência de uma prática geral do seu exercício, e por isso não pode ocorrer em cada caso particular (SCHNEEWIND, 2001, p. 401).

Quando se busca reconfortar alguém que passa por alguma adversidade, a motivação deste agir está num sentimento natural de preocupação e caridade. Há, aqui, uma inclinação natural de interesse pelo outro, onde a dor e a alegria deste indivíduo afetam aqueles quem têm por ele algum tipo de relação afetiva, que passam a sentir em si o sentimento presente nele. A motivação desta ação está num interesse natural, que é possibilitado pela qualidade natural da simpatia.

Por outro lado, ao se analisar as ações de um tribunal isoladamente, nem sempre as decisões do juiz estarão em harmonia com os seus sentimentos ou mesmo daqueles envolvidos no julgamento. Agora, no momento em que um conjunto de leis, de modo geral, é vantajoso para a sociedade e para os que nela vivem, ele passa a despertar um natural sentimento de aprovação. Aquilo que esses dois tipos de virtudes têm em

comum é a influência que a qualidade natural da simpatia exerce na preferência que temos por elas.

A moralidade se introduz tanto naturalmente, porque simpatizamos com as vítimas da injustiça – seja mediante nossa afeição por elas, seja, nos casos em que isso não ocorre, mediante nosso posicionar-se imaginariamente em seu lugar –, quanto artificialmente, porque aqueles que nos educam e governam vêem como seu trabalho treinar-nos para aplicar epítetos eulogísticos em conformidade com as regras da justiça e epítetos dialogísticos em seu rompimento, dessa forma, suscitando e fortalecendo os sentimentos morais com os quais o uso desses epítetos é associado (AYER, 2003, p. 122-3).

A qualidade natural da simpatia é mais forte com relação às virtudes naturais do que com relação às artificiais. Afinal, os sentimentos são mais afetados por aquilo que é familiar do que pelo que possui características mais gerais. Desse modo, esses sentimentos são menos incitados quando o objeto para o qual se dirigem é, em certa medida, vago e indeterminado. No caso da justiça, é todo o sistema, e não determinado ato particular, que faz com que essa virtude ganhe o apreço dos homens. Do mesmo modo, nem sempre a pessoa pela qual se tem algum apreço é beneficiada por um ato singular de justiça, mas é mediante a percepção das ações que visam o bem de uma sociedade como um todo que a justiça obtém sua aprovação e valor moral.

Por outro lado, todo ato particular de benevolência para com alguém é considerado como uma ação bondosa. O objeto dessa ação é uma pessoa em particular, e não a sociedade como um todo. Portanto, é mais plausível pensar que as virtudes naturais são as que possuem maior base passional. Do mesmo modo, a aprovação que os homens fazem da justiça é também derivada destas inclinações naturais e do modo como este se desenvolveu enquanto animal social.

As ações que provocam prazer no ser humano são tomadas por este como virtuosas, enquanto as que causam dor são tomadas como viciosas. Esse prazer tem sua origem num caráter ou ação que é útil a si ou para o grupo e que acaba sendo agradável para a pessoa e para os outros com os quais convive. Perceba-se que, nessa relação baseada em dores e prazeres, os interesses individuais são muitas vezes negligenciados em favor de interesses sociais que visam o bem-estar do grupo.

Os sentimentos e, conseqüentemente, os interesses das pessoas são, muitas vezes diferentes entre si, mas, pela qualidade natural da simpatia, esses interesses particulares dão lugar a interesses sociais. A saber, o prazer e a dor são incitados não somente pelo que afeta diretamente uma pessoa, mas também pelo que afeta aqueles que estão a sua volta e lhe são queridos. O sentimento converge para um lugar comum, que é o grupo.

[...] e embora esses interesses e prazeres nos afetem de maneira mais fraca que os nossos, são mais constantes e universais, e por isso contrabalançam estes últimos até mesmo na prática, além de serem os únicos admitidos na especulação como critérios de virtude e moralidade (THN, III, iii, 2, § 30, p. 631).

No que se refere ao fundamento das distinções morais, este está ligado às sensações de prazer e dor que os seres humanos estão aptos a sentir. O sentimento moral, por sua vez, está atrelado a estas sensações, que estão intimamente ligadas com o convívio social e com o interesse que se tem em proporcionar bem-estar para aqueles com quem se estabelece laços afetivos.

### **3.1.4 Da relação entre a qualidade natural da simpatia e as sensações de prazer e dor**

A capacidade de se ter acesso a sensações de prazer e dor é de fundamental importância para entender como o sentimento pode ser um regulador de ações. Sobre o pensamento de Hume, afirma Smith (2005, p. 164), “the distinction between the good and the evil, thus taken in their widest scope, is therefore ‘founded on pleasure and pain<sup>28</sup>’”. No momento em que um sentimento não provoca nenhuma dessas sensações, há indiferença e as ações de outros não despertaram nenhum interesse. Perceba-se que prazer e dor fazem com que se tenha preferência por determinada ação em detrimento de outra, que se prefira, por exemplo, alegria à tristeza ou esperança ao medo.

O fundamento das distinções morais parece depender inteiramente de certos sentimentos específicos que provocam determinadas reações de prazer ou dor. Esses sentimentos, presentes em especial nos animais sociais, quando provocam satisfação, fazem com que a causa que os despertou seja tomada como virtuosa. Do mesmo modo, quando determinada ação provoca uma sensação desprazerosa, a mesma é tomada como viciosa. O prazer despertado por um sentimento moral, no entanto, é sempre advindo de comportamentos que propiciam o bem público.

Note-se que uma ação somente é considerada como viciosa ou virtuosa enquanto signo de alguma qualidade ou caráter que desperte um interesse público, sendo que os que praticam esta ação tornam-se objeto de exigências mútuas. Para que uma ação desperte um sentimento e este, por consequência, manifeste uma sensação prazerosa ou não, é necessário que haja uma constituição natural apta a receber estes sinais. Caso contrário, estas ações não influenciariam os sentimentos e não seria possível realizar qualquer tipo de juízo com relação a elas. Ações são indicadores de

---

<sup>28</sup> A distinção entre o bem e o mal, tomadas em seu âmbito mais amplo, é, portanto, “fundada sobre o prazer e a dor” (minha tradução).

caráter muito melhores que as palavras, sendo que é enquanto indicadores que elas se fazem acompanhadas de algum elogio ou censura. Entender como as ações ou sentimentos de outro ser podem afetar uma pessoa e, ainda, como é possível que se tenha um interesse por ela, será de fundamental importância para entender como a capacidade de comunicação de sentimentos pode regular nossas ações.

### **3.1.5 Da qualidade natural da simpatia e a comunicação de sentimentos**

O modo como funciona a mente e o aparato afetivo de todos os seres humanos é muito semelhante. Não existe sentimento capaz de motivar uma pessoa que também não possa estar presente em qualquer outra, mesmo que em graus diferentes. De acordo com Schneewind (2001, p. 399), “a simpatia é uma capacidade animal que permite que os sentimentos dos outros reverberem dentro de nós”. A qualidade natural da simpatia permite que ocorra o que se pode chamar de intercâmbio de sentimentos, por exemplo, os sentimentos que afligem uma pessoa também afetam outra, e ambas acabam por vivenciar o mesmo estado de espírito, ainda que em graus diferentes.

A forma como se estabelece a utilidade ou não de um objeto depende fortemente da simpatia. No momento em que um objeto tende a produzir prazer em seu possuidor, ele passa a ser visto como agradável. Da mesma forma, um objeto que produza o efeito contrário é tido como desagradável. Desse modo, a comodidade de um lar ou a segurança de um transporte ganham seu valor pela utilidade e prazer que proporcionam aos seus possuidores. Nesse sentido, agrada pela tendência que tem em despertar prazer ou pelo benefício que traz para quem o possui. Um objeto ou ação que desperte prazer em quem o possui, ou que seja ele mesmo uma causa própria de prazer, ganha também o apreço das pessoas que não o possuem, mas que tem algum laço



afetivo com o dono desse objeto. Isso ocorre devido à capacidade de ser simpático ao prazer ou dor alheios.

The affections of others are at first know to us only by their effects, i.e. by their external bodily signs. These signs through association recall *in idea* the passion which have accompanied them in ourselves in the past. This is the first stage in the process of communication. The second stage consists in the conversion of the passions thus ideally entertained into the actual passions themselves<sup>29</sup> (SMITH, 2005, p. 170).

Com relação às distinções entre certo e errado, no momento em que alguém expressa um sentimento, ao se perceber isso, prontamente se passa dos seus efeitos para as suas causas. Forma-se, então, uma idéia tão viva desse sentimento que ela prontamente se converge no próprio sentimento. Segundo Hume (THN, III, iii, 1, § 6, p. 615), “somos sensíveis apenas as suas causas ou efeitos. É desses que inferimos a paixão; conseqüentemente, são eles que geram nossa simpatia”. Por exemplo, **A** está se sentindo triste e **B**, ao reconhecer instintivamente esse sentimento pela expressão de **A**, tem em si a idéia de tristeza. **B** reconhece o sentimento de tristeza, mas o sente de modo menos vivaz que **A**. Pela qualidade natural da simpatia, esse sentimento ganha intensidade a ponto da idéia de tristeza que **B** tinha se transforme numa impressão, podendo ganhar a mesma força e vivacidade que o sentimento vivenciado por **A**. Entender como funciona, quais são as bases e que característica propicia esse intercâmbio de sentimentos nos ajudará a entender a natureza do sentimento moral.

---

<sup>29</sup> Os afetos de outros são primeiramente conhecidos por nós somente por seus efeitos, i.e. pelos seus sinais corporais externos. Esses sinais, mediante associação, remontam à *idéia a paixão* que os acompanhou, em nós mesmos, no passado. Este é o primeiro estágio no processo de comunicação. O segundo estágio consiste na conversão das paixões, assim, idealmente presentes, nas paixões propriamente ditas.

A qualidade natural da simpatia, no entanto, não pode ser simplesmente a habilidade psicológica de reproduzir estados de prazer e dor motivados por sentimentos alheios, posto que essa perspectiva, quando vista sozinha, pode receber as mais diferentes fundamentações. Mais do que isso, ela precisa ser compreendida como um processo biológico que permite a interação social, a criação de laços afetivos e, conseqüentemente, o convívio em grupo, estando presente não só no ser humano, mas em outras espécies animais de comportamento social, o que parece colaborar com a idéia de que ela é uma qualidade natural, sendo resultado de um longo processo evolutivo. Este ponto é central para que se possa compreender e explicar o fenômeno moral sob uma visão naturalizada.

### 3.2 CONEXÕES EVOLUCIONISTAS

Instintos sociais constituem uma característica fundamental para que um animal seja denominado social, sendo que esses instintos persistem e atuam continuamente em toda a sua vida. No entanto, tais instintos podem atuar de forma bastante diferente dentre as variadas espécies de animais sociais. No caso das abelhas e formigas, por exemplo, os instintos sociais podem determinar os papéis específicos de um indivíduo na organização do grupo e a função que ele deverá realizar. Por outro lado, em outras espécies, os instintos sociais podem funcionar como uma tendência a preferir a vida social e estar disposto a colaborar com seus companheiros de grupo. Por instintos sociais, Darwin entende:

[...] the social instincts lead an animal to take pleasure in the society of its fellows, to feel a certain amount of sympathy with them, and to perform various services for them. The services may be of a definite and evidently instinctive nature; or there may be only a wish and

readiness, as with most of the higher social animals, to aid their fellows in certain general ways. But these feelings and services are by no means extended to all the individuals of the same species, only to those of the same association<sup>30</sup> (DARWIN, 1981, p. 55).

Em verdade, pode-se perguntar como esses animais possuem tais instintos. Darwin responde a isso dizendo que esses instintos sociais são úteis para eles, e, portanto, devem ter sido preservados pelo processo de seleção natural. Entretanto, há de se observar aqui que a idéia de sentimento moral não está necessariamente incluída, apenas por esse argumento, na definição de instintos sociais. O importante é que se possa compreender que a capacidade de realizar distinções morais pode ter se desenvolvido a partir da combinação de instintos sociais por meio da seleção natural.

Suponha que determinado animal social tenha adquirido a capacidade de compreender e reconhecer, ainda que de modo instintivo, as motivações e interesses de outros membros do grupo. Isto certamente irá intensificar a qualidade natural da simpatia, entendida aqui como uma das características presentes nos instintos sociais. Lembrando que a simpatia é a capacidade de representar os sentimentos dos outros dentro de si, é bastante plausível supor que o grau de simpatia, de alguma forma, também será ampliado.

Há de se perceber que os instintos sociais não são necessariamente os mais fortes em cada ocasião em que determinado animal age, e eles podem ceder temporariamente algumas outras motivações mais fortes, como a fome ou o sexo. Os seres humanos, por exemplo, possuem motivações anti-sociais ou egoístas, bem como motivações sociais e, devido à alta inteligência da espécie, pode-se até mesmo se tornar

---

<sup>30</sup> [...] os instintos sociais levam um animal a sentir prazer no convívio com seus companheiros, a sentir certa simpatia para com eles, e executar vários serviços para eles. Estes serviços podem ser de uma definida e evidente natureza instintiva; ou podem ser apenas um desejo e vontade, como acontece com a maioria dos animais sociais superiores, para ajudar seus companheiros de um modo geral. Mas esses sentimentos e serviços não são de forma alguma estendidos para todos os indivíduos da mesma espécie, apenas para com os do mesmo grupo.

mais astuto no modo como satisfazer as motivações egoístas, em vez das sociais. A chave para responder ao conflito entre interesses sociais e pessoais está na característica duradoura dos instintos sociais.

Os instintos sociais podem ceder eventualmente a outras motivações mais intensas, mas, no entanto, ele permanece presente e tende a, eventualmente, persistir sobre as demais motivações. Entender o que ocorre quando o instinto social, ao entrar em conflito com outros desejos, acaba por ser subjugado, fará com que se compreenda como esses instintos sociais regulam o comportamento. Por exemplo, é bastante comum o sentimento de *vergonha de si mesmo* quando não se consegue corresponder às expectativas do grupo no qual se vive e se mantém laços de amizade. Segundo Darwin, (1981, p. 62-3) “[...] however great weight we may attribute to public opinion, our regard for the approbation and disapprobation of our fellows depends on sympathy, which [...] forms an essential part of the social instinct, and is indeed its foundation–stone<sup>31</sup>”. Caso desejos egoístas sejam colocados em prioridade ao que o grupo deseja, um sentimento negativo irá fazer com que aquele que tenha realizado essa ação se sinta mal consigo, posto que falhou com as expectativas daqueles por quem nutre estima. Em outras palavras, terá um sentimento desagradável que provoca desconforto.

At the moment of action, man will no doubt be apt to follow the stronger impulse; and though this may occasionally prompt him to the noblest deeds, it will more commonly lead him to gratify his own desires at the expense of other men. But after their gratification when past and weaker impressions are judged by the ever–enduring social instinct, and by his deep regard for the good opinion of his fellows, retribution will surely come. He will then feel remorse, repentance,

---

<sup>31</sup> Qualquer que seja o peso que possamos atribuir a opinião pública, nossa consideração pela aprovação e desaprovção de nossos companheiros depende da simpatia, que [...] constitui uma parte essencial do instinto social, sendo, de fato, sua pedra fundamental (minha tradução).

regret, or shame; this latter feeling, however, relates almost exclusively to the judgment of others<sup>32</sup> (DARWIN, 1981, p. 64).

De fato, quando uma vontade ou desejo não é saciado, uma espécie de sensação desagradável surge. Uma vez que os instintos sociais são duradouros, cada vez que ocorrer esse conflito, essa sensação desagradável irá se repetir.

O mesmo acontece com relação aos sentimentos agradáveis, que proporcionam satisfação e prazer. Se determinado animal seguiu os instintos sociais, em vez de outros desejos, a sua ação lhe dará prazer, posto que ele estará agindo totalmente em conformidade com a sua natureza social duradoura. Para que isso ocorra, é necessário que os membros do grupo interajam entre si com frequência, e eles devem ser capazes de responder ao comportamento um do outro. Conforme Tugendhat (1997), no que tange a relação entre animais sociais, pertencer a um grupo pode ser definido como estar apto não só para seguir uma regra, mas também para reagir quando ocorre uma quebra na norma, seja ela cometida por si ou por outro membro do grupo.

No momento em que se busca uma explicação naturalizada para o fenômeno moral, compatível com a teoria da evolução proposta por Darwin, bem como de outras teorias de cunho evolucionista, como as relativas à expressão de sentimentos apresentadas no segundo capítulo, é necessário que as características naturais apresentadas até aqui tenham evoluído da mesma forma que todo o resto. Nesse sentido, os elementos necessários para que se realize distinções morais mediante sentimentos

---

<sup>32</sup> No momento da ação, o homem, sem dúvida, estará apto a seguir o impulso mais forte; e embora isso possa, ocasionalmente, levá-lo a nobres feitos, irá mais comumente levá-lo a satisfazer seus próprios desejos em detrimento do de outros homens. Mas, depois de saciado, quando as impressões mais fracas estiverem sob o juízo do sempre duradouro instinto social, e por sua profunda consideração pela opinião positiva de seus companheiros, a retribuição certamente virá. Ele, então, sentirá remorso, pesar, arrependimento ou vergonha; este último sentimento, no entanto, relaciona-se quase exclusivamente ao julgamento dos outros (minha tradução).

não pode ser exclusiva dos seres humanos, mas deve ter tido sua origem muito antes, devendo estar presentes em outros animais sociais.

A despeito das intrigantes habilidade cognitivas presentes em outras espécies de animais, o fato de serem diferentes de nós em muitos aspectos e da dimensão destas capacidades serem ainda bastante obscuras, julgo que ficará mais fácil entender esse comportamento de grupo se analisarmos outra espécie que não somente a humana. Para isso, utilizarei um artigo do biólogo norte-americano L. David Mech, chamado *Alpha Status, Dominance, and Division of Labor in Wolf Packs*<sup>33</sup>, onde ele descreve o comportamento de lobos, entre os anos de 1986-1999, da ilha de Ellesmere<sup>34</sup>.

### 3.2.1 Os lobos de Ellesmere

O comportamento apresentado anteriormente é observável em espécies das quais nossa linha evolutiva há muito tempo se separou, mas que, assim como os humanos, são considerados animais sociais. Alcatéias de lobos (*Canis lúpus*) têm sido usadas, já há muito tempo, como exemplos em descrições de relações comportamentais entre membros de grupos sociais. A visão errônea, embora mais conhecida, é a da alcatéia como um grupo de indivíduos numa constante luta pelo domínio, mas controlados pelo casal *alfa*.

O problema, aqui, é que grande parte das pesquisas sobre a dinâmica comportamental dos lobos têm sido realizada com animais vindos do cativeiro. Estas alcatéias são compostas com a junção de lobos das mais variadas procedências,

---

<sup>33</sup> *Posição Alfa, Dominação e Divisão do Trabalho em Alcatéias de Lobos* (minha tradução).

<sup>34</sup> Ilha localizada no território de *Nunavut*, no Canadá, é a mais setentrional ilha do Arquipélago Ártico Canadense.

colocados em um lugar determinado para viverem juntos. Neste tipo de formação social, eles acabam por formar uma hierarquia semelhante a dos lobos selvagens, mas, segundo Mech, isso se deve mais a capacidade de organização social da espécie do que a qualquer outro fator. É interessante notar como, nessas alcateias, lobos utilizam de uma postura mais agressiva, posto que são, a princípio, estranhos entre si, para definir as posições hierárquicas.

No entanto, o mesmo não ocorre em alcateias encontradas na natureza. Estas incluem, normalmente, um casal e sua prole dos últimos três anos, ou então duas ou três famílias de lobos. Ocasionalmente, um lobo sem relações familiares é aceito na alcateia ou um jovem lobo que tenha ganhado o apreço de algum jovem membro da alcateia é aceito, muitas vezes para substituir algum outro lobo que tenha morrido.

Neste tipo de alcateia, o casal *alfa* é, simplesmente, o macho e a fêmea procriadores, ou seja, os pais da alcateia, e disputas por domínios com outros lobos do mesmo grupo são raras, senão inexistentes. Segundo Mech (1999, p. 5) “[...] calling a Wolf an alpha is usually no more appropriate than referring to a human parent or a doe deer as an alpha<sup>35</sup>”. Note-se que tanto entre lobos como entre humanos, um pai ou uma mãe são dominantes com relação à sua prole e, nesse sentido, *alfa* não acrescenta muita informação. Chamar uma loba de *alfa*, por exemplo, seria o mesmo que chamá-la de progenitora, matriarca ou simplesmente, mãe. Isso não enfatiza sua posição na alcateia como animal dominante de um modo direto, mas representa seu papel na mesma como progenitora, o que é uma constatação de grande importância. Entretanto, o ponto relevante aqui não é a terminologia *alfa*, mas o que ela falsamente implica, a saber, uma hierarquia inflexível com uma dominação baseada na força.

Em seu estudo dos lobos da ilha de Ellesmere, Mech constatou que os únicos indícios consistentes de hierarquia na alcateia estudada se deu em certas interações

---

<sup>35</sup> [...] nomear um Lobo como alfa é, geralmente, tão apropriado quanto se referir a um pai humano ou a uma cervo fêmea adulta como alfa (minha tradução).

sociais. De fato, a submissão em si mostrou-se tão importante quanto a dominação em termos de promover relações amistosas ou para reduzir certa distância social. Mech (1999) relata uma observação feita em 22 de junho de 1991, onde uma fêmea retornou para a alcatéia com uma carcaça que, de acordo com o autor, servia mais para uma distração do que como uma fonte de alimento. Ao invés de levá-la direto para os filhotes, ela entregou a carcaça para o macho *alfa*, que a tomou prontamente, mas não a levou para a fêmea *alfa*, ficando cerca de 30 minutos entretido com a carcaça. No entanto, num outro momento, quando a alcatéia continha filhotes e lobos jovens, o macho *alfa* prontamente regurgitava a comida ou a deixava para sua parceira, permitindo que ela pegasse a comida diretamente de sua boca e a entregasse aos filhotes. É importante ressaltar que qualquer tentativa de furtar comida da fêmea reprodutora foi fortemente censurada pelos membros da alcatéia, sendo que o isolamento do grupo parecia ser a pena mais temida. O lobo censurado prontamente adotava uma posição semelhante a que Darwin (2000) descreve nos cães quando são censurados pelo seu dono, que é andar próximo ao chão, com o rabo entre as pernas e as orelhas baixas.

O que define a posição hierárquica entre os lobos não é a força bruta, mas sentimentos mais sutis. Tais sentimentos, como o cuidado e o afeto com os filhotes, a obrigação do macho *alfa* em prover o sustento de sua parceira e a tenacidade com que o faz, a censura para com os lobos que não colaboram com a harmonia da alcatéia e a vergonha decorrente disso, parecem permear as relações, servindo como verdadeiros guias de conduta, que fazem com que os lobos aprovem ou desaprovem determinadas ações. De acordo com Mech (1999, p. 11), “[...] social interactions among Wolf-pack members are not very different in intensity or quality from those among members of any other group of related individuals<sup>36</sup>”. Uma típica alcatéia deve ser vista, portanto, como uma família onde os pais adultos são responsáveis por guiar as atividades do grupo e dividir a liderança num sistema de divisão de trabalho em que a função primária da fêmea é o cuidado com a prole enquanto o macho alfa cuida da defesa da fêmea e dos filhotes e a provê com alimento e os cuidados durante as viagens associadas com isso.

---

<sup>36</sup> [...] interações sociais entre membros de uma alcatéia de lobos não são muito diferentes em intensidade ou qualidade das encontradas entre membros de qualquer outro grupo de indivíduos com relação estabelecida (minha tradução).



Não é o meu interesse central descrever minuciosamente o comportamento de diferentes espécies de animais sociais, mas penso que o exemplo acima já é o suficiente para perceber como operam os sentimentos e como é possível que eles funcionem como reguladores do convívio social, mesmo em espécies evolutivamente distantes da humana. Isso permite, agora, que se volte com mais clareza para o problema central desse trabalho.

### 3.3 DA QUALIDADE NATURAL DA SIMPATIA E DO SENTIMENTO MORAL

Sempre que uma pessoa recebe um elogio devido a alguma qualidade sua ou por algo que tenha feito, ela é tomada por um sentimento prazeroso. Esta pessoa, caso considere-se digna do elogio, passa a ver a si mesma sob a mesma perspectiva que seu admirador. Há, aqui, dois momentos distintos: primeiramente tem-se o prazer despertado pela admiração de outra pessoa e, em segundo, decorrente desse prazer, vem a auto-satisfação por ter sido reconhecido pela ação benéfica que foi realizada e pelo seu reconhecimento.

[...] nada mais natural que abraçarmos nesse ponto as opiniões dos outros – tanto pela simpatia, que torna todos os seus sentimentos intimamente presentes em nós, como pelo raciocínio, que nos faz considerar seu julgamento como uma espécie de argumento em favor daquilo que afirmam (THN, II, i, 11, § 9, p. 355).

Tanto a qualidade natural da simpatia, quanto a razão, exercem influência no comportamento humano, em especial, no que tange aos julgamentos feitos acerca do próprio caráter. No entanto, em ambos os casos, esse julgamento está sempre acompanhado de um sentimento. Conforme Hume, esses sentimentos constantemente perturbam o entendimento, precipitando o ser humano a todo o tipo de opinião e influenciando o modo como o homem julga as ações, sejam as suas próprias ou as de outros.

Aprovamos e desaprovamos porque não podemos fazer de outro modo. Podemos evitar sentir dor quando o fogo nos queima? Podemos evitar simpatizar com nossos amigos? Esses fenômenos são menos necessários ou menos poderosos em suas conseqüências por estarem na esfera subjetiva da experiência? (WESTERMARCK, apud DE WALL, 2007, p .236)

Conforme visto no capítulo anterior, a expressividade do homem e de outros animais sociais permitiu que se manifestassem vontades e desejos individuais. Com o desenvolvimento da linguagem, esses anseios podem ser mais bem objetivados e se transformarem em normas sociais, opiniões públicas e orientações sobre como, por exemplo, determinada pessoa deverá agir para propiciar o bem-estar da sociedade. Essas normas e opiniões parecem trazer agregadas a si uma noção de artificialidade, posto que seriam criações humanas.

Não há como negar a existência de regras artificiais feitas para que se mantenha a ordem social, no entanto, é importante enfatizar que a força que a opinião pública possui depende principalmente da qualidade natural da simpatia, que está na base do que Darwin chama de instinto social e constitui a pedra fundamental para que seja possível uma convivência em grupo.

Não é qualquer julgamento sob algo que se tenha feito que carrega consigo a força necessária para que essa opinião alheia funcione como um regulador de comportamento. Embora todo o elogio seja agradável, a satisfação é maior quando advinda daqueles por quem se nutre grande estima. A desaprovação ou censura, quando feita por uma pessoa pela qual se é indiferente, despertará no máximo um leve incômodo, mas não será capaz de fazer com que o alvo desse juízo mude seu comportamento. O que causa os sentimentos de, por exemplo, culpa e vergonha, é exatamente o desprezo das pessoas pelas quais se nutre algum valor.

O sentimento, pra que tenha força moral, depende da qualidade natural da simpatia, sendo que ela depende do tipo de relação que há entre as pessoas e o grupo do qual fazem parte. Segundo Hume (THN II, i, 11, § 19, p. 358), “o prazer que obtemos com o elogio surge de uma comunicação de sentimentos”. É interessante perceber que, por exemplo, as relações de contigüidade e parentesco, se não tem como objeto a mesma pessoa, contribuem em menor grau para a simpatia. Sobre isso, afirma Ayer (2003, p. 112), que “a simpatia varia em grau, e sua força depende de uma variedade de outras relações que se pode ter em relação a seu objeto; não é simplesmente proporcional ao que se considera ser o valor ou necessidade do objeto”. Um homem que é constantemente desprezado, mas que vive sozinho entre estrangeiros, não é tão afetado por essa situação quanto outro que é diariamente exposto ao desprezo de seus familiares e amigos. Nesse último caso, ocorre um duplo desprezo, o da família, por quem se tem necessariamente laços de consangüinidade e na maioria das vezes, de contigüidade, e com os amigos, por quem há apenas o laço de contigüidade. No entanto, como as pessoas que são objetos dessas relações não são as mesmas, embora ambas as relações exerçam influência, ela não é tão forte quanto, por exemplo, nas pessoas que são familiares e amigos. Desse modo, quanto maior for o número de relações existentes entre as pessoas, maior será a influência que o sentimento de uma terá sobre o comportamento de outra.

### 3.3 DOS SENTIMENTOS MORAIS COMO FUNDAMENTO DAS DISTINÇÕES MORAIS

As considerações apresentadas até o momento parecem mostrar que a capacidade de se ter acesso a sensações de prazer e dor é de fundamental importância para uma teoria que coloca o sentimento como fundamento das distinções morais. Mesmo esta sendo uma discussão ainda aberta, as evidências apresentadas até então parecem corroborar a idéia apresentada por Hume, que é a de que as distinções morais possuem como base um sentimento de aprovação ou desaprovação com relação ao que se está sendo julgado.

A teoria humeana sobre o fundamento das distinções morais é uma excelente forma de se abordar a questão, mas pode ser mais bem refinada se a olharmos a luz de teorias mais atuais sobre os sentimentos morais. Conforme anteriormente apresentado, sempre que uma conduta é desaprovada, o sentimento presente nesse juízo varia de acordo com quem está sendo condenado e pelo que o estão condenando. Aquele que realizou a ação, ao perceber que esta foi desaprovada por seus familiares ou amigos, tende a sentir culpa e vergonha, que causam desprazer e fazem com que ele se sinta mal por ter praticado tal ação. Os amigos ou familiares, por sua vez, podem sentir desgosto, raiva ou indignação, dependendo da proximidade com o autor da ação, do tipo de ação feita, o grau de rejeição poderá ser maior ou menor, posto que diferentes sentimentos poderão estar envolvidos no julgamento.

O tipo do sentimento de desaprovação está associado à relação afetiva que há entre o autor da ação e aqueles que a desaprovam, bem como do tipo de ação que foi realizada. A intensidade do sentimento é algo que está intimamente ligado a esses fatores. Considere-se, por exemplo, o sentimento de indignação. No momento em que uma pessoa é gravemente ferida por alguém, um ente querido pode ter acesso a sentimentos de raiva e fúria, que o impelem a reagir ao presenciar tal ato. Caso essa

mesma pessoa não tenha sofrido, como causa de uma ação de outra pessoa, nenhum ferimento grave, não tendo sua vida sido posta em risco em nenhum momento, pode-se vivenciar, por parte de seus entes queridos, um sentimento de desaprovação mais brando.

Note-se que o importante aqui não é fazer um catálogo dos diferentes sentimentos e da intensidade com que se apresentam ao se fazer um juízo moral, mas entender que sempre que se julga algo como certo ou errado, algum sentimento sempre estará na base desse juízo, sendo este uma expressão de uma disposição emocional subjacente. Desse modo, julgar algo como moralmente certo ou errado consiste em ter um sentimento que provoca uma sensação, prazerosa ou não, e que incita a tomar um posicionamento perante a ação observada.

A standing judgment that something is wrong consists in the standing disposition [...], and an occurrent judgment will ordinarily contain emotional disposition. The emotion serves as the vehicle of the concept “wrong” in much the same way that an image of some specific hue might serve as the vehicle for the thought that cherries are red<sup>37</sup> (PRINZ, 2006, p. 34).

Esses sentimentos que permitem distinguir entre o certo e o errado nada mais são do que sensações de prazer e dor particulares. A aprovação ou censura de um caráter ou ação está baseado nas sensações, prazerosas ou não, que são proporcionadas. Desse modo, virtude ou vício são, simplesmente, um sentimento de satisfação ou não, originado pela contemplação de determinado caráter ou ação. Conforme Hume (THN, III, ii, 2, § 3, p. 511), “não inferimos que um caráter é virtuoso porque nos agrada; ao

---

<sup>37</sup> Um juízo permanente de que algo é errado consiste numa disposição permanente [...], e um juízo ocorrente irá ordinariamente conter uma disposição emocional. A emoção serve como um veículo para o conceito de “errado”, exatamente da mesma forma que a imagem de um tom específico de cor serve de veículo para o pensamento de que cerejas são vermelhas (minha tradução).

sentirmos que nos agrada dessa maneira particular, nós de fato sentimos que é virtuoso”. O importante aqui é entender que o próprio sentimento constitui o elogio ou a reprovação, uma vez que não nos perguntamos sobre a causa de determinada satisfação ou repulsa antes de senti-las.

Juízos morais têm como base sentimentos morais, ou seja, um juízo é a expressão de um sentimento de aprovação ou desaprovação perante a ação que alguém tenha realizado. Sentimentos, por sua vez, têm a capacidade de provocar reações de prazer e dor, que fazem com que seja possível distinguir os sentimentos em bons ou maus e, conseqüentemente, faz com que se julgue as ações como corretas ou erradas. Sobre o pensamento de Hume, afirma Schneewind (2001, p. 399), que “concentrando as nossas simpatias naqueles que são mais diretamente afetados pela pessoa que estamos julgando, conquistamos um ponto fixo que vai permitir que todos se sintam da mesma maneira”. O sentimento só adquire força moral quando, possibilitado pela qualidade natural da simpatia, os interesses dos membros de determinado grupo convergem para um lugar comum, fazendo com que estes percam sua característica individualista, transformando-se num interesse social, onde o que é bom para um é o que será bom para todos.

Por fim, pode-se dizer que sentimentos estão intrinsecamente ligados com o modo como os homens, enquanto animais sociais, realizam distinções morais, e não só exercem grande influência nos mesmos, mas são fundamentais para que tais juízos sejam feitos. Ao menos no que tange às distinções entre bom e ruim que são realizadas por homens e outros animais sociais, elas estão embasados em certos sentimentos morais que provocam sensações de prazer ou dor.

## CONCLUSÃO

O problema sob o qual o pensamento de Hume gira em torno tanto no *Tratado da Natureza Humana*, como nas *Investigações sobre os princípios da moral*, é saber qual é o princípio que fundamenta o modo como são realizadas as distinções morais. Segundo o autor, embora se possa, mediante deliberações racionais, discernir entre o que é bom ou ruim, apenas o sentimento motiva o ser humano a abraçar uma virtude e repudiar um vício. Toma-se uma ação como virtuosa se baseando na sensação agradável que é proporcionada, ocorrendo o oposto com ações consideradas viciosas. Hume coloca, portanto, o sentimento como a base pela qual são realizadas as distinções morais.

Todas as coisas as quais se agrega algum mérito se acomodam de modo natural à classificação de agradável ou útil. Desse modo, Hume conclui que o mérito das virtudes sociais está em sua utilidade, seja com relação ao próprio indivíduo ou a outros, e que os seres humanos possuem uma inclinação natural a gostar de coisas ou ações benevolentes que ajudam a manter a sociedade em harmonia. Mesmo que essa inclinação natural propiciada pela qualidade natural da simpatia pela benevolência seja incapaz, sozinha, de motivar os seres humanos, é ela quem estabelece uma ponte entre sentimentos de diferentes pessoas e permite que ocorra um interesse mútuo pelo bem estar daqueles por quem se nutre algum afeto. Hume acrescenta que a simpatia pode

influenciar as decisões da mente, não deixando os seres humanos indiferentes sobre as ações de outros e produzindo uma preferência por tudo aquilo que é útil e agradável ao convívio social em detrimento ao que lhe é pernicioso e prejudicial.

Embora a abordagem da questão feita por Hume esteja correta, ela é limitada para uma proposta de naturalização do fenômeno moral. Apesar de explicar o modo como a qualidade natural da simpatia opera, a saber, transformando a idéia que se tem de um sentimento ao ele ser percebido em alguém e como, pela simpatia, esse sentimento é transformado em uma impressão vivaz na pessoa que o percebeu, essa explicação ainda contém um forte elemento subjetivo e é limitada para explicar toda a complexidade desse fenômeno. Hume reconhece a importância do convívio social para a explicação do fenômeno moral, mas permanece preso a uma explicação de caráter individual, posto que não abandona a idéia de que a moral é um fenômeno interno do indivíduo. Sua filosofia permite uma excelente aproximação inicial para o problema da fundamentação da moral e de como a expressão de juízos morais possuem um aspecto intersubjetivo, apontando o caminho para uma explicação mediante a análise da qualidade natural da simpatia. Entretanto, a abordagem dessas questões pode se tornar mais completa se a teoria humeana for apresentada como compatível com as teorias evolucionistas, tanto como foi formulada por Darwin, como no modo como hoje é discutida dentro da psicologia cognitiva e da biologia evolutiva.

Dois pontos se apresentaram como fundamentais para se oferecer um caminho de resposta para essa questão. O primeiro foi entender como sentimentos são expressos e reconhecidos. Isso é fundamental, pois, uma vez que o modo como sentimentos são expressos e reconhecidos se dê de modo instintivo, então há uma grande probabilidade de os sentimentos que estão sendo expressos tenham essa mesma origem. Afinal, é absurdo pensar que o efeito possua uma origem diferente de sua causa. Conforme foi observado, Darwin realizou na obra *Expressão das emoções no homem e nos animais* um estudo detalhado sobre esse tema, servindo ainda de base para outros estudos contemporâneos e mais específicos, que ajudaram a clarificar a questão de os movimentos expressivos possuírem uma origem natural ou cultural.



O mérito de Darwin, e sua grande contribuição para a abordagem pretendida consiste em sua descrição dos princípios mais importantes que regem as expressões. Sua análise e comparação desses princípios não somente no ser humano, mas como em outros animais reforçam a idéia de uma origem natural para os movimentos expressivos e, conseqüentemente, para os sentimentos que são expressos. Por meio de sua análise, foi possível constatar que sentimentos são manifestados de modo instintivo, conclusão corroborada pelo estudo de Tracy e Matsumoto sobre o modo como atletas olímpicos, com visão normal e para-olímpicos com cegueira, congênita ou não, expressavam seus sentimentos, em particular, os de vergonha e orgulho. Darwin já havia constatado grande regularidade no modo como seres humanos das mais variadas culturas expressavam determinados sentimentos do mesmo modo e isso foi comprovado pelos estudos contemporâneos relatados. Do mesmo modo, foi constatado que a habilidade de reconhecer sentimentos também é instintiva e Darwin atenta que é impossível reconhecer e descrever todos os movimentos presentes na expressão de sentimentos sem que se dedique especificamente a sua observação.

Embora essas conclusões reforcem a idéia de que há um forte elemento natural e instintivo numa explicação do modo como são feitas as distinções morais, ela pouco acrescenta à questão principal especificamente. Seu mérito está em colocar que sentimentos como os de vergonha e orgulho, por exemplo, uma vez que são expressos e reconhecidos de modo instintivo, são expressões naturais da espécie e não advindas de convenções culturais.

No entanto, a capacidade de expressar e reconhecer sentimentos de nada adianta se aqueles que expressam e reconhecem esses sentimentos forem indiferentes com relação a eles. Hume já havia constatado que os seres humanos não eram indiferentes aos sentimentos alheios, a saber, se importavam com o que aqueles por quem nutriam afeto sentiam, sendo suscetíveis a dor ou ao prazer alheio. O segundo ponto importante para responder a um aparente relativismo que a abordagem pretendida poderia apresentar, foi o de buscar uma explicação mais refinada do conceito de simpatia apresentado por Hume, que não se limite a meros movimentos psicológicos do

sujeito, mas que, se lida à luz de teorias evolucionistas, possa ser apresentado como uma qualidade natural que consista numa vantagem evolutiva não só dos seres humanos, mas também de outros animais sociais.

Darwin apontou que tanto seres humanos como outros animais expressam sentimentos por princípios semelhantes e um elemento que poderia clarificar melhor a questão sobre o fundamento da moral foi exatamente entender se esses sentimentos afetavam outros animais do mesmo modo que afetavam os seres humanos. O estudo de uma alcatéia de lobos foi escolhido, devido ao fato destes animais, já há muito tempo, serem usados como exemplos em estudos sobre sociabilidade animal e, também, por sua espécie estar distante, sobre o ponto de vista da evolução e diferenciação das espécies, dos seres humanos. Foi constatado que a hierarquia da alcatéia não é definida pela força, mas o elemento que regula o comportamento entre os lobos são sentimentos sutis, semelhantes aos de uma família humana. A capacidade de realizar distinções entre ações que traziam o bem para a alcatéia e as que não traziam, ou seja, ações consideradas boas ou ruins, consiste num elemento fundamental para a convivência e, uma vez que a capacidade de caça e defesa dos lobos depende da força do grupo, o elemento que possibilita uma convivência social se constituiu como uma grande vantagem na luta pela sobrevivência da espécie.

O objetivo não é estabelecer comparações pontuais entre homens e outros animais, mas apresentar como a capacidade de fazer distinções de cunho moral está ligada a instintos sociais, o que reforça a idéia da uma origem natural do fenômeno moral e abre espaço para uma explicação mais objetiva de como sentimentos podem ser reguladores de comportamento. A capacidade de realizar distinções entre ações consideradas boas ou ruins não é de exclusividade dos seres humanos, sendo uma característica presente em outros animais sociais e consistiu numa vantagem evolutiva, sendo compatível com o processo de seleção natural apresentado por Darwin na obra *A Origem das Espécies* e isso representa um ganho com relação a abordagem apresentada por Hume, que era limitada a uma descrição de processos psicológicos.

Perceba-se que tanto o homem como outros animais tem acessos a sensações de prazer e dor, buscando sempre alcançar a primeira e evitar a segunda. Sentimentos podem ser divididos em prazerosos ou não, sendo que os que provocam prazer são considerados como bons e os que causam dor, como ruins. Por meio da qualidade natural da simpatia, aqui entendida como um elemento natural presente em espécies cujo convívio social foi ou é fundamental a sua sobrevivência, é possível que o sentimento de alguém seja sentido, de modo intenso, por outros que tenham alguma relação de afeto para com ele, fazendo com que a dor ou o prazer alheio se transforme numa dor ou prazer próprio, o que faz com que não se seja indiferente ao que outro sente.

As distinções morais são a expressão de um sentimento de aprovação ou não de uma ação. No momento em que sentimentos provocam sensações de prazer e dor, acaba por se fazer uma distinção entre ações boas e ruins, estando isso na base do julgamento de determinada ação. No entanto, esse sentimento somente perde seu aspecto subjetivo e adquire força moral quando converge para um lugar comum, que são as relações sociais pautadas por afetos existentes entre os membros de um grupo, fazendo do interesse particular um interesse pelo bem-estar social. O esclarecimento que emerge deste estudo é de que há uma relação próxima entre a capacidade de se fazer distinções morais e as características naturais que permitem o convívio social entre determinados animais, sendo a qualidade natural da simpatia o principal elemento que permite que normas morais sejam reguladoras de comportamento no homem e em mamíferos de vida social complexa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYER, A. J. *Hume*. São Paulo, Ed: Loyola, 2003.

BELL, C. *The anatomy and philosophy of expression*, 7ª Ed. [S.l.]: Bell, 1890.

BRITO, A. N. 2003. Entre sentimentos e razões: uma investigação sobre os fundamentos da moral. PQ-CNPq, In: [web.me.com/andebrito](http://web.me.com/andebrito)

\_\_\_\_\_. 2006. Valor interesse e Liberdade na moral naturalizada. PQ-CNPq: [web.me.com/andebrito](http://web.me.com/andebrito)

BRITO, A. N. de. 2001. *Hume e o empirismo na moral*. *Philósophos*, Goiânia, v.6, n. 1 e 2, p.11-25.

DARWIN, C. *A origem das espécies*. São Paulo: Ediouro, 2004.

\_\_\_\_\_. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. Princeton: Princeton, 1981 (1871).

DUCHENNE (de Boulogne), G.B. *Mécanisme de la physionomie humaine*. 10ª ed. Atlas. Paris: J.-B. Bailliere et Fils, 1876.

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Traduzido por José Oscar de Almeida Marques. São Paulo, Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Traduzido por Débora Danowski. São Paulo, Unesp, 2001.

MASLOW, AH (1936) The role of dominance in the social and sexual behavior of infra-human primates: I. Observation at Vilas Park Zoo. *J Gerontol* 48:261-277.

MECH, L. D. 1999. Alpha Status, Dominance, and Division of Labor in Wolf Packs. *Canadian Journal of Zoology* 77(8):1196-1203.

PRINZ, J. The Emotional Basis of Moral Judgments. *Philosophical Explorations*, Volume 9, Number 1, Number 1/March 2006, pp. 29-43(15)

QUINTON, A. *Hume*. São Paulo: Unesp, 1999.

SCHALLER, GB (1963) *The Mountain Gorilla: Ecology and Behavior* (Univ of Chicago Press, Chicago, IL).

SCHNEEWIND, J. B. 2001. Hume e a virtude naturalizada. In: \_\_\_\_\_, *A invenção da autonomia: uma história da filosofia moral moderna*. Traduzido por Magda França Lopes. São Leopoldo, Unisinos, p. 389 – 413. (Coleção Idéias).

SMITH, N. K., *The philosophy of David Hume: a critical study of its origins and central doctrines*. London: Macmillan, 2005.

SPENCER, H. *The Principles of Psychology*: London: Longman, Brown, Green and Longmans, 1855.

STROUD, B. *Hume*. London, Routledge, 1977.

TRACY, J. L., & MATSUMOTO, D. (2008). The spontaneous display of pride and shame: Evidence for biologically innate nonverbal displays. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105, 11655-11660.

TRACY, JL, ROBINS RW (2008) The nonverbal expression of pride: Evidence for cross-culturally recognition. *J Pers Soc Psychol* 94: 516-530.

\_\_\_\_\_ (2004) Show your pride: Evidence for a discrete emotion expression. *Psychol Sci* 15:194-197.

TRACY, JL, ROBINS RW, LAGATTUTA KH (2005) Can children recognize the pride expression? *Emotion* 5:251-257.

TUGENDHAT, E. *Lições sobre ética*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

WAAL, F de. *Eu, primata: por que somos como somos*. Traduzido por Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WALL, F de (1989). *Chimpanzee Politics* (Johns Hopkins, MD); Maslow AH (1936) The role of dominance in the social and sexual behavior of infra-human primates: IV. The determination of hierarchy in pairs and in a group. *J Gerontol* 49:161-198, Keltner D, Buswell BN (1997) Embarrassment: Its distinct form and appeasement function. *Psychol Bull* 122:250-270.

WESTERMARCK, E. *The origin and development of moral ideas*, v. 1. 2ª ed. Londres, Macmillan, 1912 (1908).